

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

VALDINÉIA DE OLIVEIRA SANTANA

**RESERVAS EXTRATIVISTAS ESTADUAIS DE RONDÔNIA: UMA HISTÓRIA EM
CONSTRUÇÃO**

MARÍLIA-SP
2007

VALDINÉIA DE OLIVEIRA SANTANA

**RESERVAS EXTRATIVISTAS ESTADUAIS DE RONDÔNIA: UMA HISTÓRIA EM
CONSTRUÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - campus de Marília, como requisito para a obtenção do Título de Mestrado em Ciências Sociais.

Orientador:
Prof. Dr. Mauro de Mello Leonel Junior

MARÍLIA-SP
2007

VALDINÉIA DE OLIVEIRA SANTANA

**RESERVAS EXTRATIVISTAS ESTADUAIS DE RONDÔNIA: UMA HISTÓRIA EM
CONSTRUÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - campus de Marília, como requisito para a obtenção do Título de Mestrado em Ciências Sociais.

Data: 15 de Fevereiro de 2007.
Banca Examinadora

Prof. Dr. Mauro de Mello Leonel Junior
FFC/UNESP
(Presidente da banca e orientador)

Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi
FFC/UNESP

Profa. Dra. Rosa Ester Rossini
USP

Profa. Dra Mirian Claudia Lourenção Simonetti
FFC/UNESP (1ª Suplente)

Profa. Dra Wilma Marques Leitão
UFPA (2ª Suplente)

DEDICATÓRIA

Para Walter,
com todo amor

AGRADECIMENTOS

A Deus, Criador, pelo dom da vida.

Aos meus pais Nésio e Anésia, minha irmã Lucilene e meu irmão Eduardo por incentivarem essa realização.

Aos Seringueiros e Seringueiras de Rondônia - sem os quais este trabalho não seria possível - por compartilharem sua história.

Ao Prof. Dr. Mauro de Mello Leonel Junior, pela paciência, pelas orientações valiosas, pela indicação de focalizar este estudo nas áreas de Reserva Extrativista de Rondônia. Meu agradecimento por mostrar o caminho para um estudo que me fez entrar em contato com uma região por mim antes desconhecida, mas que hoje carrego no coração.

Ao Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi, por sua orientação ainda na graduação e pela leitura minuciosa do texto. Suas considerações em muito ajudaram na construção deste texto e com certeza também ajudarão na construção de futuros trabalhos.

À Prof^a Dra. Rosa Ester Rossini, que conheci no dia da qualificação. A ela que já teve a oportunidade de trabalhar na região de Rondônia e que conhece a realidade local, por colaborar com este trabalho, com sua experiência e através de uma leitura cuidadosa do texto, contribuindo através de suas sugestões.

À Prof^a Dra. Mirian Claudia Lourenção Simonetti, que também me acompanha desde a graduação, um agradecimento especial, porque foi graças a ela, que entrei em contato com a questão ambiental, ainda durante suas aulas.

À Prof^a Dra. Wilma Marques Leitão, que ainda não tive o prazer de conhecer, mas que se mostrou muito atenciosa através de nossa comunicação via e-mail, obrigada por aceitar tão prontamente fazer parte desta banca de mestrado, ainda que como suplente.

Um agradecimento especial a todos os professores e funcionários da UNESP, da graduação e pós-graduação, em especial à funcionária Aline, à Prof^a Célia Tolentino, Prof. Aluísio Schumacher, Prof^a Ethel, Prof. Giovanni Alves, Prof. Marcos Alvarez, Prof. Tullo, Prof^a Sueli Mendonça, Prof. Edemir, Prof^a Carmem. Não cito todos aqui, mas obrigada, por tudo, a todos.

RESUMO

Este trabalho consistiu em uma investigação, desenvolvida numa perspectiva sócio-ambiental, das 21 reservas extrativistas estaduais de Rondônia, da organização política de seus gestores e das condições de vida de sua população. Em geral, as reservas do Estado vêm sofrendo fortes pressões causadas por invasões, geralmente com a finalidade de extrair madeira de forma ilegal. Os moradores de reserva têm hoje como grande desafio a criação de condições principalmente econômicas que possibilitem sua permanência dentro do perímetro da reserva, mas ainda há outros desafios, como buscar a educação dos filhos, condições dignas de saúde. A criação das reservas extrativistas permite a permanência das populações tradicionais (seringueiros, ribeirinhos) nas áreas, mas a preservação ambiental é requisito essencial para sua manutenção. A propriedade da reserva é cedida de forma coletiva aos moradores através de concessão real de uso. Espera-se com ela uma redução das taxas de desmatamento e uma gestão democrática dos recursos ambientais.

Trabalhamos com as Reservas Extrativistas Estaduais de Rondônia, avaliando a participação política de seus habitantes, reunidos em associações ligadas à OSR (Organização dos Seringueiros de Rondônia), na luta pela preservação de seu espaço e pela estruturação do movimento de defesa das reservas extrativistas estaduais e federais existentes no estado.

Palavras-chave: Reservas Extrativistas; Desenvolvimento Sustentável; Preservação ambiental.

ABSTRACT

This work consisted of an investigation, developed in a socio environmental perspective, of 21 Extractive Reserves of Rondonia, of the political organization of their authors, and the life conditions of its population. In general, the state reserve is having strong pressures caused by invasions, usually with the objective of having the wood extraction in an illegal way. The inhabitants of these reserves have as a big challenge the creation of mainly economical conditions which can provide its staying inside the reserve perimeter, but, there are other challenges; how to provide the children education, and an honored health situation.

The creation of extractive reserves provides the staying of the traditional population (rubber tree collectors, and riparian) in these areas, but the environmental preservation is an essential requirement for its maintenance. The reserve property is given in a collective way to the inhabitants through the real concession of its use. Its expected from this a reduction in tax deforestation and a democratic stewardship of the environmental resources.

We worked with the State Extractive Reserves of Rondonia, evaluating the political participation of its inhabitants, united in organizations connected to the OSR (Rubber Tree Collectors Organization from Rondonia), in the battle for its space preservation and for the building of the defense movement of state and federal extractive reserves existing in the state.

Key words: Extractive Reserves; sustainable development; environmental preservation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	12
CAPÍTULO I: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL -----	16
1.1 Desenvolvimento e sustentabilidade: essa combinação é possível? -----	16
1.2 O Movimento Ambientalista no Brasil e a valorização da experiência extrativista -----	28
1.3 Amazônia: sua biodiversidade, ocupação e seus ciclos econômicos-----	39
1.3.1 Amazônia: um espaço a ser preservado -----	39
1.3.2 Ocupação e ciclos econômicos -----	46
CAPÍTULO II: EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: AS EXPERIÊNCIAS DO ACRE E DE RONDÔNIA-----	57
2.1 Acre: uma história de extrativismo e luta-----	57
2.2 Rondônia: da ocupação territorial à formação das atuais reservas extrativistas-----	63
2.2.1 Ocupação territorial -----	63
2.2.2 Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico-----	79
CAPÍTULO III: PERSPECTIVAS PARA O EXTRATIVISMO EM RONDÔNIA -----	84
3.1 Gestão das reservas extrativistas do Estado-----	84
3.2 Reservas extrativistas estaduais de Rondônia-----	98
3.3 Unidades de Conservação e desmatamento no Acre e Rondônia-----	112
3.4 Os principais produtos extrativistas -----	115
3.5 Manejo Florestal Madeireiro-----	121
3.6 Ecoturismo nas reservas-----	126

CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	129
BIBLIOGRAFIA -----	132
ANEXOS -----	139
APÊNDICES-----	142

SIGLAS

ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AGUAPE	Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé
ASAEX	Associação de seringueiros do Baixo Rio Ouro Preto
ASBSAA	Associação dos Soldados da Borracha e Seringueiros Agroextrativistas de Ariquemes
ASM	Associação de Seringueiros de Machadinho D'Oeste
ASMOREMA	Associação de Seringueiros e Moradores da Reserva Rio Preto Jacundá Tabajara
ASMOREX	Associação dos Seringueiros e Moradores da Reserva Rio Preto Jacundá Tabajara
ASMUCUN	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do lago do Cuniã
ASROP	Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto
ASVA	Associação de Seringueiros do Vale do Anari
BASA	Banco da Amazônia S. A.
BENTIVI	Associação dos Seringueiros e Moradores da Reserva Jaci-Paraná
CNMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional de Seringueiros
CNUMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COOSERON	Cooperativa de Seringueiros Extrativistas de Rondônia
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional
CUNPIR	Coordenação da União das Nações Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas
ECOPORE	Ação Ecológica do Vale do Guaporé
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IAMA	Instituto de Antropologia e Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDIA	Instituto de Pesquisa em Defesa da Identidade Amazônica

SIGLAS

MAB	Movimento dos Atingidos pelas Barragens
MFC	Manejo Florestal de Base Comunitária
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSR	Organização dos Seringueiros de Rondônia
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PAE	Projeto de Assentamento Extrativista
PIC	Projetos Integrados de Colonização
PAIC	Programa de Apoio às Iniciativas Comunitárias
PIN	Projeto de Integração Nacional
PLANAFORO	Plano Florestal de Desenvolvimento Agroflorestal de Rondônia.
PNF	Programa Nacional de Florestas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento Agroflorestal de Rondônia
PPA	Plano Plurianual do Governo Federal
PRIMAVERA	Associação de Seringueiros do Rio Pacaás Novos
PROARCO	Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal
PROBOR	Programa de Incentivo à Produção da Borracha Natural
PWCC	Public Works Construction Company
RESEX	Reservas Extrativistas
SADEN	Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional
SAEPR	Secretaria de assuntos Estratégicos da Presidência da República
SEDAM	Secretaria do Estado de Desenvolvimento Ambiental
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha
TORMB	Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
WWF	Worldwide Fund for Nature (Fundo Mundial para a Natureza)
ZEE	Zoneamento Econômico-Ecológico
ZSEE	Zoneamento Socio-econômico-ecológico

INTRODUÇÃO

No mundo todo o discurso em torno do desenvolvimento sustentável e de sua necessidade tem crescido, já que a idéia de preservar os recursos de hoje para que não faltem às futuras gerações, colocada como central para aqueles que defendem esta forma de desenvolvimento, ganhou muitos adeptos.

Neste trabalho estão contribuições de vários autores, de diferentes áreas, mas todos, cada qual a sua maneira, vislumbram o futuro do saber científico e suas implicações para a realidade. Conforme Demo (1995, p.11):

Reconhecendo o caráter problematizante da metodologia, decorre ser mister aceitar que tudo em ciência é discutível, sobretudo nas ciências sociais. Não há teoria final, prova cabal, prática intocável, dado evidente. Isto é uma característica, não uma fraqueza, o que funda, ademais, à necessidade inacabável da pesquisa, seja porque nunca esgotamos a realidade, seja porque as maneiras como a tratamos podem sempre ser questionadas.

O objetivo de nosso trabalho é contribuir para o estudo do tema Reservas Extrativistas que, resumidamente, são áreas da União usadas mediante concessão, sob regulamentação do governo federal e/ou estadual. Não há título de propriedade individual da terra e nelas residem grupos e culturas tradicionais que se dedicam à extração de produtos de valor comercial, como o látex, a castanha-do-pará e óleos vegetais, além da caça e da pesca não predatórias e roçados de subsistência (GIANSANTI,1998).

A Lei Federal nº 7804, de 18 de julho de 1989, prevê:

Art. 9º

[...]

VI – a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal, tais como áreas de proteção ambiental de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas.

A importância deste trabalho encontra-se principalmente na tentativa de vincular os danos ambientais existentes em nosso país a uma longa trajetória de desigualdades sociais e muitas vezes de descaso com a população menos favorecida, e também vinculá-lo a questão da participação política, ou da participação mais democrática desses grupos nas políticas públicas que envolvem seu espaço.

Tratamos aqui da importância do avanço do movimento ambientalista no Brasil e fizemos um breve comentário sobre a questão do desenvolvimento sustentável. Foi necessário para esse trabalho conhecer um pouco sobre a região da floresta amazônica - afinal, lá estão a maioria das reservas extrativistas existentes - e de como foi se dando sua ocupação tendo como pano de fundo o crescimento da exploração da borracha e a perspectiva de lucros que ela seria capaz de gerar. Trabalhamos um pouco com o conceito de reservas extrativistas e sua criação, para partirmos enfim para a formação das Reservas Estaduais Extrativistas de Rondônia, observando certos antecedentes que justificavam seu nascimento. Fez-se importante ainda perceber a situação das reservas extrativistas nos dias atuais, as condições de vida das populações que nelas vivem e as perspectivas de vida e de manutenção da reserva. Discutimos também o papel do governo no que diz respeito à criação de políticas públicas para a defesa e manutenção das reservas. Para alcançar nossos objetivos foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de conhecer as contribuições científicas que pudessem nos guiar para o entendimento do tema escolhido. Nosso objetivo foi selecionar, analisar e interpretar essas contribuições.

Fizemos também uma Pesquisa Documental, utilizando dados do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente, de Organizações Não-Governamentais e outros que puderam contribuir para o estudo do tema.

Por fim, realizamos algumas entrevistas com alguns líderes de associações de seringueiros extrativistas que estiveram no mês de maio de 2005 na cidade de Porto Velho e

com alguns moradores das reservas extrativistas localizadas em Machadinho D'Oeste – cidade onde estão 17 das 21 Reservas Extrativistas Estaduais de Rondônia, todas oriundas de antigos seringais desativados. Além de visita à Reserva Extrativista Castanheira, onde pudemos realizar também entrevistas e ter uma noção de como é organizada internamente uma reserva extrativista.

Nosso intuito, através das entrevistas, era falar com as pessoas e deixar que elas dessem suas impressões sobre o lugar onde vivem, trabalham, como moram, onde estudam, se tem assistência à saúde, se saem ou não da reserva. As entrevistas colhidas foram gravadas para posterior transcrição.

No que se refere à construção do saber científico, optamos por uma pesquisa descritiva e apostamos em um diálogo interdisciplinar entre as ciências. Isso se deve ao fato de estudos relacionados à temática ambiental exigirem uma abordagem mais ampla que permita entender a dinâmica que envolve a relação homem e natureza.

Podemos afirmar que o debate ambiental caracteriza-se em nossos dias pela exigência mínima de uma pluralidade de olhares e suas conseqüências para o coletivo e para os sujeitos. Essa exigência é necessária para que pensemos toda a dinâmica sócio-ambiental levando em conta os diferentes níveis de degradação e contaminação de recursos naturais, e as transformações sócio-culturais e tecnológicas que afetam a sociedade atual (BARBOSA, 1998).

A contribuição dos estudiosos do tema pode nos ser útil em momentos diferentes da construção do saber. Reconhecemos que todas as metodologias têm suas limitações (FEYERABEND, 1975). Graças a isso podemos compreender que a ciência é um processo de construção e que não necessariamente precisa de um fim em si mesma. Além do mais a idéia de um conhecimento cumulativo (KUHN, 1960), não nos deixa esquecer que a produção do conhecimento passa por um processo de aperfeiçoamento contínuo, ao longo da história da

humanidade, em que o resgate e o estudo do pensamento de diversos autores é essencial para a construção e renovação dos saberes.

1. Perspectivas para o desenvolvimento sustentável no Brasil

1.1. Desenvolvimento e sustentabilidade: essa combinação é possível?

Não podemos esquecer que o termo desenvolvimento sustentável tem sido usado para indicar um meio de se preservar os recursos de hoje para que não falem às gerações futuras. Leonel (1998) já salientava que “há sempre uma contradição a ser superada entre desenvolvimento, que quer dizer crescimento e ampliação de uso dos recursos, e sustentabilidade, que busca sua poupança” (p.240) e que “a sustentabilidade oferece uma representação alternativa do desenvolvimento e não apenas a recusa ideológica de qualquer desenvolvimento” (p.241).

O termo, no entanto, tem causado muitas polêmicas, já que muitas vezes é apropriado de diferentes maneiras por diferentes grupos sociais.

Três posições diferentes a respeito de qual seria a melhor maneira de adotar o desenvolvimento sustentável seriam predominantes no Brasil: a estatista, a comunitária e de mercado. Na estatista, o Estado através dos mecanismos normativos, reguladores e promotores, é o lócus privilegiado da nova forma de desenvolvimento sócio-ambiental; na comunitária, são as comunidades organizadas, seja através dos movimentos sociais ou Organizações Não-Governamentais que através da promoção de um novo sistema de valores baseado na solidariedade, atuam como lócus privilegiado para uma alocação social e ambientalmente sustentável dos recursos; por fim vem o mercado que espera ser também o lócus privilegiado desse desenvolvimento ambientalmente sustentável, através de taxas e tarifas de poluição comercializáveis (VIOLA, 1992).

A maioria do ambientalismo específico e do sócio-ambientalismo identifica-se com a posição comunitária; entre os cientistas predomina a posição estatista, já a posição de

mercado é predominantemente entre os empresários que se orientam para a sustentabilidade (VIOLA, 1992).

O conceito de desenvolvimento sustentável seria creditado a um engenheiro florestal norte-americano, Gifford Pinchot, primeiro chefe do serviço de florestas do país no século XIX, que segundo destaca A. Diegues (1994 apud GIANANTI, 1998, p.9), defendia a preservação apoiada em três princípios básicos: “o uso dos recursos naturais pela geração presente, a prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos cidadãos”.

Em 1969, durante a Assembléia Geral da ONU a degradação ambiental já era tema de preocupações gerais, mas foi o desastre ecológico na Baía de Minamata, no Japão, contaminando pescadores e moradores por mercúrio vertido de indústrias locais, que denotou a solicitação sueca de que a ONU votasse uma resolução a favor da realização de uma conferência internacional sobre meio ambiente (HERCULANO, 1992).

A proposta foi aprovada e a decisão de que a Conferência fosse em Estocolmo foi decidida pela XXIV Assembléia Geral.

Na XXVI Assembléia Geral da ONU, ainda em 1971, os países primeiro-mundistas pretenderam passar uma resolução que transformava os recursos naturais em patrimônio da humanidade e os colocava sob a administração de um Fundo Mundial (HERCULANO, 1992).

Em 1972, realizou-se na Suécia a Conferência da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ou simplesmente Conferência de Estocolmo.

A preocupação básica da Conferência era conter as várias formas de poluição, o que fez com que os debates fossem marcados pela polarização entre os defensores do chamado crescimento zero (representantes de países centrais e membros da comunidade científica, reunidos no chamado Clube de Roma) e os adeptos do desenvolvimentismo. Os primeiros

advogavam a contenção dos índices de crescimento econômico dos países pobres, diante da ameaça de esgotamento dos recursos naturais que o ritmo da exploração da natureza poderia causar. Já os desenvolvimentistas, em boa parte representados por enviados de países do Terceiro Mundo, entre eles o Brasil, reivindicavam o direito ao desenvolvimento, mesmo trazendo impactos ambientais, entre eles o Brasil (GIANSANTI, 1998).

Em decorrência da Conferência de Estocolmo foram criados o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), o Programa Observação Terra (Earthwatch) que monitoram as diversas formas de poluição e também a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNMAD). Essa Comissão composta por 21 países-membros da ONU, durante cinco anos (1983/1987) pesquisou a situação de degradação ambiental e econômica do planeta (HERCULANO, 1992).

Conforme Giansanti (1998), o debate em torno de desenvolvimento e sustentabilidade ganhou novos contornos, quando em 1973 Maurice Strong (secretário da CNUMAD) apresentou o conceito de ecodesenvolvimento para servir como alternativa de desenvolvimento de áreas rurais de países subdesenvolvidos e Ignacy Sachs economista reformulou o conceito estendendo-o às áreas urbanas para designar um enfoque de planejamento de estratégias para adequar crescimento econômico e gestão racional do meio ambiente.

De acordo com Barbieri (1997, p.38):

O conceito tradicional de sustentabilidade tem sua origem nas Ciências Biológicas e aplica-se aos recursos renováveis, principalmente os que podem se exaurir pela exploração descontrolada, como são os casos dos cardumes de peixe e das espécies vegetais das florestas naturais.

Vale ressaltar que a idéia de desenvolvimento sustentável tem suas bases na idéia de ecodesenvolvimento. Em linhas gerais ambas tratam de uma forma de pensar novas modalidades de desenvolvimento, que não seguissem nem a tendência de desenvolvimento

zero, como pregava o Clube de Roma, nem a dos desenvolvimentistas. De acordo com Barbieri (1997), Sachs defendia que a idéia de sustentabilidade não deveria se limitar apenas à visão tradicional de estoques e fluxos de recursos naturais e capitais, mas considerar também outras dimensões como a sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Isso envolveria entre outras coisas, uma melhoria nos direitos e condições de vida das populações; uma gestão eficiente dos recursos, a adoção de tecnologias limpas que poupassem recursos; uma melhor distribuição do território, contemplando a questão rural-urbana e a concentração excessiva em áreas metropolitanas e envolveria ainda concepções de desenvolvimento que respeitassem as peculiaridades de cada ecossistema, de cada cultura e cada local.

Em 1980, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) lança o documento Estratégia Mundial para a Conservação, visando a elaboração de políticas de desenvolvimento sustentável.

Em 1987 a idéia de desenvolvimento sustentável ganhou reconhecimento efetivo, a partir da publicação do Relatório Nosso Futuro Comum, que ficou conhecido como Relatório ou Informe Brundtland. Esse Relatório leva o nome da primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland coordenadora dos trabalhos da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. O conceito de desenvolvimento sustentável adotado é o de que *é aquele que supre às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações atenderem as suas próprias necessidades.*

O relatório apresenta 109 recomendações visando concretizar propostas definidas em 1972.

Em Junho de 1992, no Rio de Janeiro foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (CNUMAD), organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas), sobre as possibilidades de desenvolvimento sustentável,

dando continuidade à Conferência de Estocolmo/1972. Paralelamente a este evento realizou-se o Fórum Global de ONGs, reunindo em torno de 4.000 entidades da sociedade civil e do mundo todo. Aos dois eventos se denominou popularmente Eco-92 (BARBIERI, 1997), ou Rio-92. O conceito de desenvolvimento sustentável adotado foi o mesmo da Comissão Brundtland de que seria aquele que supre as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades. Como resultado da Conferência foi elaborada a Agenda 21, seu documento mais importante, com propostas que implementadas contribuiriam para um desenvolvimento sustentável.

O Brasil foi um dentre os 178 países que assinaram a Agenda 21, se comprometendo a mudar sua postura frente à questão ambiental, e assim como todos os outros signatários, assumiu o compromisso de implementar a sua própria Agenda 21.

O texto da Agenda 21 Global está estruturado em quarenta capítulos divididos em quatro seções, intituladas respectivamente: Seção I- Dimensões sociais e econômicas; Seção II – sem título, Seção III- Fortalecimento dos papéis dos grupos principais, Seção IV- Meios de implementação (BARBIERI, 1997). Os capítulos tratam dos mais diversos temas, envolvendo cooperação internacional, combate à pobreza, padrões de consumo, demografia, desflorestamento, ecossistemas, agricultura, recursos hídricos, organização dos grupos sociais.

Dentro das metas da Agenda 21 Global foi criada a Agenda 21 Brasileira, que tendo por objetivo a instituição de um modelo de desenvolvimento sustentável que levasse em conta as potencialidades e vulnerabilidades do país, enfocou 06 (seis) temáticas principais: Agricultura Sustentável; Cidades Sustentáveis; Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável; Infra-Estrutura e Integração Regional; Gestão de Recursos Naturais e Redução das Desigualdades Sociais.

Dez anos após a Eco-92, ocorreu a Conferência RIO + 10, em Johannesburgo na África do Sul, de 26 de Agosto a 04 de Setembro de 2002.

Houve poucas mudanças em relação à Conferência de 1992, discutiu-se muito a melhor maneira de tornar viável os objetivos decididos nas Conferências.

Entre os principais assuntos abordados estão a questão da água e do saneamento básico, o objetivo é que até 2015, haja uma diminuição pela metade da quantidade de pessoas sem acesso a eles. Outra questão trata da eficiência energética e do uso de energia renovável. Espera-se ainda que até 2010, os países em desenvolvimento tenham acesso a tecnologias alternativas que visem diminuir a emissão de produtos que interferem na camada de ozônio. Espera-se a redução da perda de biodiversidade até 2010; a reversão da tendência de degradação dos recursos naturais e a restauração de pesqueiros até 2015, e o estabelecimento de áreas marinhas protegidas até 2012. Espera-se ainda que até 2020, os produtos químicos sejam utilizados e produzidos de forma a minimizar os prejuízos à saúde e que haja também cooperação para reduzir a poluição do ar (englobando os gases do efeito estufa). Ficou também estabelecido um empenho em buscar maior acesso a mercados alternativos (por exemplo, por meio de blocos econômicos) com o fito de o país se desenvolver, em diminuir subsídios às exportações e também em promover um conjunto de programas, no prazo de dez anos, para incentivar o consumo e a produção sustentável (DINIZ, 2002).

Quanto ao Brasil, o que temos é uma tentativa de ampliar os esforços para a realização prática de nossa Agenda 21.

A primeira fase foi a construção da Agenda 21 Brasileira. Esse processo que se deu de 1996 a 2002, foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS) e teve o envolvimento de cerca de 40.000 pessoas de todo o Brasil. O documento Agenda 21 Brasileira foi concluído em 2002.

Já a partir de 2003, a Agenda 21 Brasileira não somente entrou na fase de implementação assistida pela CPDS, como também foi elevada à condição de Programa do Plano Plurianual.

Em 2004 o Programa Agenda 21 passou a integrar o Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), tornando-se uma das bases para a formulação das políticas públicas estruturais do país no quadriênio 2004/2007. O objetivo seria implantar os princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira na formulação de políticas públicas locais e nacionais, de forma a estabelecer prioridades a serem definidas e executadas em parceria governo-sociedade civil visando a promoção de um desenvolvimento sustentável. Mas para que tal aconteça ainda falta implementar as Agendas 21 locais, que sejam baseadas na Agenda 21 Brasileira, e não fujam das estratégias da Agenda Global. O Ministério do Meio Ambiente prevê a formação continuada de agentes regionais que promovam esse desenvolvimento local, por meio da disseminação dos princípios da agenda e que contribuam no processo local de formação e implementação da mesma (BRASIL, 2006).

Conforme palavras da Ministra Marina Silva (BRASIL, 2006), retiradas do site do Ministério do Meio Ambiente:

Estamos vivendo um momento em que a sociedade brasileira aos poucos está conhecendo os fundamentos da Agenda 21, compreendendo o nosso esforço em favor da sustentabilidade socioambiental em âmbito nacional e local. Inclusão social e qualidade ambiental constituem o elemento novo do ciclo de desenvolvimento que o nosso governo está estimulando. É com esses princípios que estaremos assegurando a participação social no debate e na proposição de políticas e ações apropriadas em todas as áreas de governo. O compromisso do MMA tem sido contribuir para que se realize essa transição que propõe a Agenda 21.

Embora muito se fale sobre o desenvolvimento sustentável, temos de reconhecer que há várias formas de tratar a polêmica em torno dele, e que muitas vezes ele se apresenta como a proposta de uma nova sociedade, um equívoco que temos de evitar, pois longe de um novo estilo de desenvolvimento, a proposta de desenvolvimento sustentável que temos visto significa sim “uma soma de mecanismos de ajustes em prol de um capitalismo soft” (HERCULANO, 1992, p.44).

Seja como for, gostaríamos de acrescentar aqui que o conceito de desenvolvimento sustentável é construído historicamente. Thomas (1988), tratando das mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais na Inglaterra, do período de 1500 a 1800, nos fornece a noção de como se desenvolve toda uma nova sensibilidade em torno de plantas e animais que permite respeitá-los hoje em dia.

Em maior ou menor quantidade, essa discussão não deixa de passar pelo viés da teologia. A tradição judaico-cristã teria sido decisiva na questão da separação entre humanidade e natureza.

Na Inglaterra dos Períodos Tudor e Stuart a visão tradicional era de que o mundo fora criado para o bem da humanidade e as outras espécies seriam subordinadas aos seus desejos e necessidades. Qualquer teólogo ou intelectual que quisesse justificar essa idéia poderia apelar para os filósofos clássicos e mesmo para a Bíblia (THOMAS, 1988).

Alguns fatores, no entanto, influenciam no processo que aos poucos introduz mudanças na visão antropocêntrica do mundo, como a astronomia, a botânica e a zoologia, que embora em seu início tenham se voltado para a utilidade que teriam para o homem, serviram também para ampliar seu olhar sobre o mundo e aumentar a percepção de que fazemos parte de um ecossistema maior.

A botânica em princípio nasceu para identificar usos e virtudes das plantas, essencialmente para a medicina, mas também para a culinária e a manufatura (THOMAS, 1988). Do mesmo modo teria sido com a zoologia que em fins do século XIX, tinha por objetivo aclimatar e desenvolver novos animais domésticos não somente por sua diversidade e beleza como também utilidade para o gênero humano.

Já a invenção do microscópio em fins do século XVII, revelou milhões de seres animados, protozoários e bactérias, “que viviam em completa indiferença às preocupações

humanas, ocupando um mundo de beleza e complexidade sobre o qual nenhum homem jamais pousara os olhos” (THOMAS, 1988, p200).

A genealogia intelectual que dá origem ao chamado homem de sentimento teria sua origem entre os teólogos latitudinários¹ do período da Restauração, os quais, em reação a Hobbes, ensinavam que os instintos inatos do homem eram generosos, não sendo natural encontrar prazer na crueldade (THOMAS, 1988).

Em relação à questão teológica, o autor faz a seguinte colocação:

No entanto, sugerir que a preocupação com os direitos dos animais se tenha desenvolvido logicamente a partir de elementos latentes na tradição judaico-cristã é apenas uma petição de princípios. Pois se a possibilidade intelectual sempre esteve presente, por que somente nos inícios do período moderno se consumou?

A resposta parece ser a seguinte os processos puramente intelectuais precisaram ser estimulados pela transformação social externa (THOMAS, 1988, p.217).

Entre outros fatores podemos perceber que com a emergência de uma ordem industrial, que principia na Inglaterra, os animais foram ficando à margem do processo de produção. Aos poucos as pessoas começam a trabalhar em indústrias movidas por meios não animais, principalmente após a introdução do vapor, o que também gera mudanças e os animais em muitos casos passam a ser considerados bichos de estimação. Em algum momento, infligir dor aos animais passa a ser considerado por algumas pessoas ato de crueldade. Com a flora, se dá processo semelhante, de forma que possa vir a existir um dilema campo ou cidade:

... Esse antigo ideário pastoral sobreviveu moderno mundo industrial adentro. Pode ser visto nas imagens do campo tão utilizadas para anunciar bens de consumo; e no vago desejo de tantas pessoas de findar seus dias numa cabana no campo. Por sentimentais que sejam, tais sensibilidades refletem o desconforto gerado pelo progresso da civilização humana; e uma relutância a aceitar a realidade urbana e industrial que caracterizava a vida moderna (THOMAS, 1988, p.301-302).

¹ Teólogos que compartilhavam da idéia de que a igreja anglicana tivesse bases mais amplas, acolhendo em seu seio todo particularismo, mediante o reconhecimento mútuo dos artigos da fé cristã, sendo que todos que acreditassem em Cristo pudessem ser inscritos nela, ainda que interpretassem de forma diferente as Escrituras.

Thomas (1988) afirma que em 1969 já se apresentava uma das contradições da civilização moderna que é o conflito entre as novas sensibilidades (o respeito à fauna e à flora) e os fundamentos materiais das sociedades humanas.

Hoje podemos crer que a questão apenas foi reformulada, porém manteve sua essência. No lugar dos fundamentos materiais se coloca a busca por um desenvolvimento econômico capitalista que se pretende ilimitado e no lugar das novas sensibilidades a idéia de sustentabilidade ambiental que também envolveria uma sustentabilidade econômica, mas que não se encaixa na idéia de desenvolvimento econômico material vigente.

Reafirmamos que é necessário pensar que os conceitos são construídos historicamente, e que há todo um processo gerador das mudanças. O avanço da ciência e da tecnologia tem grande influência sobre nossas formas de perceber e interpretar o mundo.

A tecnologia acabou se tornando sinônimo de competição global, sendo que com vistas à participação no mercado global, cada dia novas tecnologias são criadas, para que aumente a acumulação e novos investimentos possam ser feitos em tecnologia. Trata-se do esquema clássico do progresso técnico que se apresenta como necessidade inalienável do capital e uma de suas fatalidades. Na metáfora marxista ao promover sua expansão o capital cria condições para sua destruição, assim tem de estar continuamente superando as barreiras que ele mesmo estabelece, ainda que gerando outras em nível superior (DUPAS, 2000).

Não é à toa, que o conceito de desenvolvimento sustentável, vem à tona em nossos dias, seria ótimo aliar desenvolvimento (enquanto crescimento econômico) e sustentabilidade (“economia” de recursos), porque ambos os conceitos nos parecem importantes, mas é correntemente aceito que essa fórmula não é possível, o possível é criar mecanismos para tentar amenizar o impacto causado pelo avanço do desenvolvimentismo ávido de novos espaços para aumento da acumulação. Capra (1982, p.13) acredita que nossa sociedade como um todo se encontra numa crise de percepção, temos taxa de inflação, desemprego, crise

energética e também na saúde, poluição, desastres ambientais e uma onda crescente de violência e crimes, segundo o autor tudo “são facetas diferentes de uma só crise, que é essencialmente, uma crise de percepção”.

O problema estaria no fato de que crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico estariam inextricavelmente ligados, e que os indivíduos e instituições, entusiasmados com as maravilhas tecnológicas, acreditassem que para todos os problemas, inclusive de natureza política, psicológica, ou ecológica, haveria uma solução tecnológica:

Ao consumo exagerado de energia contrapõe-se a energia nuclear, a falta de visão política é compensada pela fabricação de mais bombas e mísseis, e o envenenamento do meio ambiente natural é remediado pelo desenvolvimento de tecnologias especiais que, por seu turno, afetam o meio ambiente de forma ainda ignorada. Ao procurarmos soluções tecnológicas para todos os problemas, limitamo-nos usualmente a transferi-los de um ponto para outro no ecossistema global, e, com muita frequência, os efeitos colaterais da “solução” são mais perniciosos do que o problema original (CAPRA, 1982, p.209-210).

A solução seria uma redefinição da tecnologia, uma mudança em sua direção acompanhada de uma reavaliação de seu sistema de valores, que nos voltássemos a tecnologias brandas, que promovessem a resolução de conflitos, os acordos sociais, a cooperação, a reciclagem e a redistribuição de riqueza (CAPRA, 1982).

De fato talvez seja esta a essência que deva assumir o desenvolvimento sustentável hoje. Sendo desenvolvimento e sustentabilidade coisas diferentes, sabemos que estamos em um momento histórico em que não podemos abrir mão de nenhum deles, então que se use a tecnologia voltada ao desenvolvimento de uma forma mais coerente, que reduza os impactos sobre o ambiente, e que envolva a relação custo-benefício social e não apenas individual e que na tomada de decisões a seguinte pergunta seja respondida: há mesmo necessidade deste ou daquele uso?

Além de que existem recursos renováveis e não-renováveis. Os não renováveis, como o petróleo, o carvão mineral e os minérios não admitem o rigor de um uso sustentável. Apesar

da reciclagem de alguns deles, há sempre perdas das reservas que são finitas e necessitam de novas alternativas, e existem alguns recursos que hoje são renováveis, mas que podem não ser a longo prazo. Exemplo pode ser a exploração da castanha-do-pará na Amazônia, que embora se restrinja a coleta de frutos caídos, sem a derrubada das árvores inviabiliza a sua reprodução natural. O plantio de cana, para a produção de álcool é outro exemplo, já que grande parte da Mata Atlântica foi destruída para seu plantio, o que priva as gerações futuras de boa parte da diversidade desta área (CAMARA, 2004).

A convergência entre ecologia e economia, dentro do modo de produção capitalista, não é tarefa fácil. O conceito de desenvolvimento sustentável serve bem aos propósitos capitalistas, porque induz a pensar que este é um modo de produção possível, que pode se sustentar durante longo prazo, mas a realidade nos mostra que se continuarmos com nossos padrões atuais de consumo dos recursos naturais, estaremos nos condenando a um futuro incerto.

A ecologia exige que a Terra seja considerada bem comum e que valores globais substituam os interesses particulares para que haja o surgimento de instituições e regras que a coletividade de atores esteja disposta a respeitar, tornando realistas as utopias de transformação. Daí decorre também a importância do ambientalismo para tornar visível e inegável a necessidade de mudança, de ajuste entre a realidade, as consciências e as expectativas (LEIS, 1998).

1.2. O Movimento Ambientalista no Brasil e a valorização da experiência extrativista

Gostaríamos de fazer uma breve análise do Movimento Ambientalista no Brasil, que permitiu a partir da última década (1990), o aumento do número de unidades de conservação da natureza (áreas destinadas à proteção e preservação da flora, fauna, recursos hídricos, paisagens e monumentos naturais), entre elas o aumento do número de reservas extrativistas (áreas nativas ou parcialmente alteradas, ocupadas por populações de tradição extrativista que vivem da coleta de seus recursos naturais renováveis para sua subsistência).

A fase fundacional do ambientalismo brasileiro pode ser considerada do período que vai de 1971 a 1986, como um período de denúncia e criação de consciência pública sobre os problemas de deterioração sócio-ambiental. Após este período, de 1987 a 1991, o ambientalismo brasileiro seria caracterizado por um processo de institucionalização dos grupos ambientalistas, já com capacidade crescente para atuar em projetos específicos de preservação ambiental e também de grande esforço para articular a questão ambiental com o desenvolvimento econômico e com a busca do desenvolvimento sustentável (VIOLA, 1992).

De 1992 aos dias atuais, vivemos o período pós Eco-92, ou seja, uma fase de busca por realizações práticas, com o objetivo de cumprir os compromissos firmados entre os diversos países. A emergência de problemas ambientais, como o aquecimento global, por exemplo, tem ganhado cada vez mais atenção por parte da opinião pública.

Seriam três, segundo Viola (1992), as principais abordagens teóricas utilizadas para a análise do ambientalismo: grupo de interesse, novo ambientalismo e movimento histórico. O enfoque do grupo de interesse dá relevância às organizações ambientalistas não governamentais que dispõem de recursos para influenciar o sistema político. O enfoque do novo movimento social ao setor ideologicamente radical do ambientalismo (sejam ONGs ou grupos de base). Ambos agem de forma sinérgica estimulando a incorporação da proteção

ambiental ao conteúdo normativo da democracia. Já o movimento histórico dá relevância ao conjunto de ONGs e grupos comunitários, independentemente da ideologia de cada instituição, e enfatiza a rede de relações que estes estabelecem com outros setores, empresários, cientistas, agências governamentais e intergovernamentais, assumindo uma posição intermediária esse grupo tem um componente normativo, mas assume a crise da ordem social, consegue perceber que há grupos sociais que operam numa lógica convencional e outros que já se orientam para a sustentabilidade.

De fato quando observamos a fase de criação do ambientalismo brasileiro, vemos um interesse que não tem suas origens primeiramente no território nacional, mas vem como uma idéia importada.

Um breve resumo adaptado do que foi apresentado por Viola (1992) mostra-nos o movimento ambientalista no Brasil no período de 1971-1986:

- 1958- Criada a Fundação Brasileira para a Conservação da natureza (FBCN), no RJ, vinculada à União Internacional para a Conservação da Natureza (fundada na Suíça em 1947). Sua atuação foi limitada na década de 60, pois não havia preocupação com a problemática ambiental na opinião pública brasileira.
- 1971- É fundada em Junho a AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural) em Porto Alegre, em defesa da fauna da vegetação, combate a inseticidas, fungicidas, herbicidas, poluição industrial, domiciliar, luta pela salvação da humanidade da destruição, entre outros.
- 1972- Acontece a Conferência de Estocolmo, mas seu impacto é mínimo na opinião pública brasileira.
- Segunda metade da década de 1970- surgem grupos ambientais nas principais cidades do Sul e Sudeste. Ex: ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental), luta pela expansão do saneamento básico.

- 1977- Movimento contra a construção do aeroporto de Caucaia do Alto, um dos poucos remanescentes da Mata Atlântica. O aeroporto acaba sendo transferido para Guarulhos (1978).
- 1980- A década de 80 é marcada pelo aumento de grupos ambientalistas, em boa medida devido às pressões da juventude da classe média educada.
- 1986- A maioria do ambientalismo entra na arena política cheia de expectativas a respeito das eleições do Congresso Constituinte. Por diferentes razões, entre elas divergências, quanto a quem ou quais seriam os candidatos ou partidos apoiados, somente Fábio Feldman, de São Paulo foi eleito deputado.

Mostra ainda o período posterior que vai de 1987-1991:

- Década de 80- O número de grupos ambientalistas continua crescente, e há certa expansão no centro-Oeste, Norte e Nordeste (exceto Brasília). Muitos desses grupos são amadores, formados por pessoas que aderem a causa ambiental sem compreender sua complexidade, a maioria dura menos de um ano. Os grupos ambientalistas já formados, considerados semiprofissionais, tratam de profissionalizar-se. O processo de profissionalização destes grupos está ligado ao engajamento em projetos que lhes garantem alcançar seus objetivos e se manter financeiramente, assim a maioria busca a captação de recursos junto a Fundações e ONGs, principalmente da Europa e Estados Unidos. Exemplo: AGAPAN, União Protetora do Ambiente Natural (RS), Associação Catarinense de Preservação da Natureza, Associação de Preservação e Equilíbrio do Meio Ambiente (SC), Epocatu-Oby (PR), Associação de Defesa do Meio Ambiente (PR), a OIKOS (SP), a ECO (SP), a Coovida (RJ), a Associação Mineira de Defesa Ambiental (MG). As entidades profissionais têm nítida influência sobre as agências estatais do meio

ambiente, o legislativo e o empresariado, e além disso constituem um agente social de introdução de um novo estilo administrativo no país. Exemplos do tipo são: SOS Mata Atlântica, FUNATURA, Ecotrópica, Instituto de Estudos Amazônicos, Fundação Mata Virgem, Amigos da Terra, GreenPeace Brasil, Fundação Biodiversitas.

Na segunda metade da década de 80, os grupos ambientalistas começam a influenciar vários movimentos sociais, que embora não tivessem como eixo de ação a questão ambiental, incorporavam a questão ambiental como algo importante em seu trabalho.

Viola (1992) chama esses grupos de sócio-ambientalistas, referindo-se a todos os movimentos sociais influenciados pelo ambientalismo. Estariam incluídos aí desde o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), até o Movimento dos Seringueiros, foco de nosso trabalho.

Vale ressaltar que desde meados dos anos 70 e 80, vêm se consolidando novos movimentos sociais que escapam à lógica das relações clientelísticas. Mesmo tendo nos sindicatos suas expressões maiores, esses grupos têm se mobilizado organizadamente em núcleos, se dividindo em comissões, conselhos, associações, comunidades de resistência, são eles índios, seringueiros, garimpeiros, assentados, atingidos por barragens, etc. Alguns movimentos estão se articulando internamente e com outros movimentos principalmente através de Encontros onde podem discutir sua situação. O governo, no entanto, nem sempre pareceu favorável, ao diálogo e à negociação, permitiu que os grupos discutissem isoladamente com a ELETRONORTE, a Vale do Rio Doce, o IBAMA, o INCRA e outros órgãos do governo, mas manteve os conflitos agrários como matéria de segurança nacional. A questão ambiental esteve direta ou indiretamente ligada os quadros da SADEN (Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional), numa época de transição à democracia, em que não

se preconizava medidas coercitivas para resolver antagonismos sociais. Para que tal acontecesse houve a neutralização dos instrumentos básicos de reforma agrária de 1986-1988, o esvaziamento do MIRAD (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário), da FUNAI e do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), deixando vago o espaço de interlocução das demandas advindas dos vários movimentos sociais. Isso demonstra que apesar do afloramento dos vários movimentos sociais, o governo ainda tratava da região da Amazônia dentro de uma estratégia de desenvolvimento e segurança nacional (ALMEIDA, 1989).

Pudemos observar que o movimento ambientalista no Brasil, já nasce influenciado por movimentos internacionais e que o movimento começa já por um perfil de institucionalização, embora muitos dos grupos ambientais tenham agido no anonimato, sem registro e acabado antes mesmo de completar um ano.

Esse avanço da institucionalização do movimento ambientalista, antes muito forte no Sul e no Sudeste, aos poucos começa a ganhar importância no Centro Oeste, no Nordeste e no Norte, de forma que, o CNS (Conselho Nacional de Seringueiros) é criado em 1985.

Fearnside (1992), se referindo às áreas de reserva extrativista, aponta para o fato de que em 1985 teria surgido a oportunidade para que áreas da floresta amazônica fossem mantidas sob uso sustentado, foi então que o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e Brasiléia (Acre) propuseram a criação de uma série de reservas denominadas extrativistas.

A proposta de criação das reservas teve origem nos próprios seringueiros, segundo Carvalho (1996), ela teria surgido no Primeiro Encontro Estadual dos Seringueiros de Rondônia (que visava preparar um grupo para o Primeiro Encontro Nacional), e teria sido inspirada na reserva indígena. Por ser requisito para o desembolso de recursos pelos bancos multilaterais de desenvolvimento, foi aceita também pelo governo brasileiro.

Por se tratar de populações que dependem da floresta e que sabem usar seus recursos de forma adequada, o melhor mesmo é que permaneçam na terra, já que a reserva acumula as funções de unidade de reforma agrária, de conservação ambiental e de desenvolvimento econômico e social, combinando o controle dos grupos sociais com a atuação do Estado na definição de políticas públicas para as áreas (ALEGRETTI, 1989).

Rueda (2006) salienta que em 1980, talvez influenciados pela política de parcelamento das terras promovido pelo governo, os extrativistas desejavam ter lotes individuais e que uma minoria ainda não assimilava bem a idéia de não ter um título de propriedade individual. Talvez seja essa a razão que faz com que em nossos dias ainda exista a venda irregular de colocações dentro da reserva. A população local, tanto quem compra, como quem vende, talvez não tenha assimilado bem o sistema de concessão de uso, mas com certeza não é essa a única, nem a principal razão para que ocorram as irregularidades. Atualmente não existem dados sobre a quantidade de pessoas vivendo em reserva que não concordam com essa forma de organização, mas de qualquer forma a criação das reservas foi decidida de forma coletiva pela maioria, através dos Encontros de Seringueiros. Foi através das entrevistas em Rondônia que ocorreram referências a pessoas que não participam das associações, mas os atuais dirigentes estão num processo de organização freqüente, e se dirigem a essas pessoas na intenção de dar orientações sobre o movimento extrativista hoje e sua importância para a manutenção da reserva e da floresta. É fato que as colocações são muito distantes umas das outras e algumas pessoas não tem a compreensão de todo o processo de organização em que estão envolvidas.

No Norte do país, é o encontro do Movimento Ambientalista com a luta dos seringueiros, que permite a elaboração do programa das reservas extrativistas, de relevância internacional após a morte de Chico Mendes. Vale ainda observar, como aponta Viola (1992) que as características do movimento ambientalista no Sul e Sudeste têm um perfil ocidental,

influenciado principalmente por idéias da Europa e dos EUA. Já na Amazônia, “confluem organizações das populações nativas da floresta com organizações ambientalistas do sul do Brasil e internacionais que apóiam aquelas populações” (VIOLA, 1992, p.65).

Em 1988, já é possível observar uma significativa abertura no ambientalismo brasileiro para a problemática do desenvolvimento sustentável. A visibilidade internacional que têm as queimadas na Amazônia, o assassinato de Chico Mendes (em dezembro de 1988), e os protestos de lideranças indígenas fizeram com que o Brasil se tornasse alvo da mídia internacional, fazendo com que os ambientalistas brasileiros se percebessem importantes no cenário internacional e com que as autoridades brasileiras não pudessem mais fugir à responsabilidade que tinham sobre os acontecimentos naquela região, sendo praticamente obrigadas a dar uma resposta à inquietação dos estrangeiros.

O próprio movimento ambientalista brasileiro está se organizando sob bases mais consistentes, amparado na Constituição Federal de Outubro de 1988. No que se refere à questão do extrativismo leis foram criadas garantindo certos direitos às comunidades tradicionais extrativistas, e na década de 90 já foram demarcadas e criadas as primeiras reservas.

A partir de 1990, não se fala mais no Brasil de proteção ambiental independente do desenvolvimento econômico. Agora se fala em qual tipo de desenvolvimento sustentável seria desejável.

É também nesse contexto que é realizada no Brasil a Eco-92 e, paralelamente a ela, o Fórum das ONG's em 1992.

A importância da questão ambiental estaria, no entanto, estabelecida no nível do discurso, nos formadores de opinião e no conjunto da população que se considera informada. Importância que se traduz numa legislação relativamente avançada. Porém os comportamentos individuais cotidianos, não refletem essa consciência ambiental. As políticas

públicas estariam a meio caminho entre um discurso-legislação bastante ambientalizado e um comportamento individual-social bastante predatório. Desta maneira temos por um lado as políticas públicas que têm contribuído para estabelecer um sistema de proteção ambiental no país e por outro lado um poder público que “é incapaz de fazer cumprir aos indivíduos e às empresas uma proporção importante da legislação ambiental” (VIOLA, 1992, p.70).

A constatação de que haveria um distanciamento das práticas cotidianas do indivíduo e a estrutura normativa estatal, com suas leis e regras para serem seguidas, mas inoperantes por serem ineficazes no que se refere às punições de infratores, é relevante quando lembramos a luta dos seringueiros da Amazônia.

Quando consideramos as reservas extrativistas como resultado de um processo histórico que relegou à pobreza as populações da região amazônica e quando consideramos que essa mesma população, sem ter leis eficazes para recorrer, teve ela própria, que criar mecanismos de defesa para continuar sobrevivendo. Mecanismos estes que poderiam ter sido, por exemplo, de combater a violência com a violência, mas, ao contrário, essas populações em alguns casos como no Acre, preferiram, nos anos 80, realizar os chamados empates “...ações coletivas em que homens, mulheres e crianças dirigiam-se às áreas de corte da mata e, ocupando-as pacificamente, procuravam convencer os empregados das madeireiras a abandonar as motosserras” (GIANSANTI, 1998, p.93).

O exemplo Acreano, não foi esquecido. Não nos esquecemos é claro, que a Amazônia é uma região onde nem sempre as coisas se resolveram de modo pacífico, ao contrário, houve e ainda há muitos conflitos entre índios, mineradores, seringueiros, madeireiros, e aqueles que ousaram enfrentá-la. Mas é certo que o exemplo dos seringueiros pode muito nos ensinar.

A estratégia dos empates feita pelos seringueiros também gerou conflitos. Mas ao realizar os empates, estabelecer seus objetivos e lutar por eles, os seringueiros vão construindo sua identidade enquanto grupo. Ao entrar em contato com outros grupos, ONGs

Nacionais e Internacionais, e outros do movimento ambientalista, os seringueiros conseguem os meios necessários para institucionalizar seus objetivos.

A luta dos seringueiros ganhou visibilidade principalmente no Acre, sob a liderança de Chico Mendes, que pagou com a vida pela sua audácia.

Segundo Gonçalves (2001, p.173), Chico Mendes percebeu:

... que era preciso inventar uma figura jurídica que protegesse o trabalhador rural contra as pressões a que ficam submetidos quando têm acesso à propriedade, como demonstram diferentes experiências. Sabia que ações deveriam se empreendidas para garantir créditos, e todo um conjunto de políticas que tornasse possível a sobrevivência dessas populações. No entanto, procurou investir para que houvesse um caráter de propriedade comunitária que, respeitando o trabalho individual e familiar, servisse de respaldo jurídico contra as pressões a que fatalmente se vêem submetidos. Foi assim que, inspirado na figura jurídica de Reserva Indígena, foi protagonista da proposta de Reserva Extrativista, que é formalmente propriedade da União, que envolve dezenas e até centenas de famílias, que seria gerida através de um plano de uso elaborado e posto em prática pelas próprias populações por meio de suas organizações de base comunitária (Sindicatos, cooperativas, escolas, associações de mulheres etc.).

Qualquer mudança no status quo da região Amazônica corre, infelizmente, o risco de ser obstaculizada pelos fortes interesses políticos e econômicos das oligarquias regionais e também de grandes grupos nacionais e internacionais atuantes na região, e muitas vezes fragilizados por suas condições econômicas e também pela desorganização política e social, alguns sujeitos sociais, principalmente os pequenos produtores rurais só contam com a aliança do Estado para enfrentar esses obstáculos (BOTELHO, 1992).

No que se refere às questões ambientais em áreas de conflito como a região amazônica, uma regulação advinda das políticas governamentais pode se apresentar como uma alternativa de sobrevivência, pelo menos no que se refere à propriedade da terra, no caso das reservas extrativistas, mas não podemos esquecer de levar em conta a própria população para realizar essas regulações.

A presença da burocracia estatal é necessária para de certa forma (através de políticas públicas, por exemplo) manter a ordem na região. O problema é como essa burocracia vai se apresentar na resolução de conflitos e como vai atuar sobre suas causas.

O contexto histórico, político e social da região amazônica e também da sociedade brasileira deve ser sempre levado em conta ao se pensar em desenvolver sustentavelmente a região. As políticas públicas devem revelar comprometimento com a diversidade histórica e sócio-cultural de seus habitantes. Botelho (1992), considera que a demarcação tanto de terras indígenas, quanto de terras de trabalhadores extrativistas pode não contemplar a realidade interna dos grupos, como também ignorar a cadeia de relações existente entre eles e outros segmentos sociais da região, que pode ficar abalada pela criação de “enclaves” que essas medidas fomentariam.

A crítica da autora faz referência ao fato de que os formuladores dessas políticas públicas parecem ignorar que a questão do acesso à terra não se resolve exclusivamente por respostas localizadas, mas sim pelo acesso à terra pelas pessoas que dela necessitam (BOTELHO, 1992).

O descompromisso com os aspectos históricos e sociais das populações locais estaria ainda na postura oficial adotada com relação aos garimpeiros, que são acusados de predadores e poluidores dos rios, e têm sido retratados indiscriminadamente, tanto pelos órgãos oficiais como pela mídia, como os grandes vilões do processo de devastação ambiental na Amazônia. A realidade do garimpo esconde outras facetas, já que os garimpeiros, em sua grande maioria, trabalham para organizações poderosas e inescrupulosas, que com eles mantêm uma relação de exploração que se aproxima da escravidão, devido às precárias condições de trabalho. Muitos são trabalhadores sem acesso à terra, para quem o garimpo é a única alternativa de sobrevivência. Só com outras alternativas de sobrevivência, que atendessem às suas necessidades básicas poderiam haver mudanças que talvez dessem fim as suas práticas. Porém

se essas alternativas não surgirem, “não há dinamitação de pistas de aviões que os farão desistir de garimpar, porque, afinal, é isso o que lhes garante a sua sobrevivência e a de sua família” (BOTELHO, 1992, p.107).

Os exemplos apresentados por Botelho (1992), servem-nos de lição para analisar que para muitos grupos existentes na região amazônica, tudo o que importa é a sobrevivência. No que diz respeito aos seringueiros, o encontro de suas reivindicações com a expansão do Movimento Ambientalista no Brasil, influenciado pelo contexto internacional foi o que possibilitou a criação das reservas extrativistas.

Uma crítica de Botelho (1992) refere-se as reservas extrativistas ou reservas indígenas, como enclaves dentro da região amazônica. Se as reservas são ou não enclaves, é uma questão importante, a ser pensada principalmente pela população local, neste momento neste trabalho, não temos uma resposta pronta, apenas podemos colocar uma nova pergunta: afinal existiriam outras alternativas? Importa-nos deixar a idéia de que deve haver um entendimento entre as populações envolvidas a respeito da criação ou não das reservas e as instâncias governamentais envolvidas.

E como as reservas já existem, temos que pensar na melhor forma para que elas cumpram a função de preservação ambiental e ao mesmo tempo seu papel social na manutenção das populações tradicionais em seu espaço.

1.3. Amazônia: sua biodiversidade, ocupação e seus ciclos econômicos

1.3.1. Amazônia: um espaço a ser preservado

A floresta amazônica é a maior floresta do mundo e é formada por três tipos de vegetação: a mata de igapó (cujo símbolo é a vitória-régia), quase sempre submersa pelos rios; a mata de várzea (com seringueiras, palmeiras e jatobás), inundada só nos períodos de cheias; e a mata de terra firme (que ocupa 90% da região), com árvores de 65 metros de altura.

A área ocupada pela floresta amazônica abrange um total de 40% das florestas tropicais remanescentes no planeta e se estende por oito países, ocupando grande parte do território da América do Sul, três quintos do território Brasileiro e uma vigésima parte da superfície terrestre. Em seus rios encontram-se um quinto da água doce disponível no mundo. Aproximadamente 69% das áreas da floresta amazônica estão em território brasileiro, distribuídas em nove estados, são eles: Pará, Amazonas, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

O Estados do Maranhão (oeste do meridiano 44°), o Estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16° latitude Sul), foram incorporados à Amazônia Brasileira apenas em 1953, através da Lei 1.806, de 06/01/1953 (criação da SPVEA), foi quando a Amazônia Brasileira passou a ser chamada Amazônia Legal.

Conforme Becker (1998), em 1966, A SPVEA² foi substituída pela SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), que demarcou então os limites da

² SPVEA= Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Criada em 1953 vinculada à Presidência da República, como o objetivo de elaborar planejamentos quinquenais (de 05 em 05 anos) para a valorização econômica da Amazônia.

atuação governamental, somando, aos 3.500.000 Km² da região Norte, 1.400.000 Km², e assim constituindo a Amazônia Legal.

Em 1966, pela Lei nº 5.173, de 27/10/1966, o conceito de Amazônia Legal é reinventado para fins de planejamento. Assim pelo artigo 45 da Lei Complementar nº 31, de 11/10/1977, a Amazônia Legal tem seus limites ainda mais estendidos.

Com a Constituição Federal de 1988, são criados o estado de Tocantins e os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados.

Para fins de planejamento econômico o governo instituiu a Amazônia Legal, envolvendo estados da macroregião Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), da macroregião Centro-Oeste (Mato Grosso) e da macroregião Nordeste (parte do Maranhão). A área total da Amazônia Legal é de aproximadamente 5,2 milhões de Km², ou cerca de 61% do território brasileiro (CAMPOS, 2002).

Seus solos são geralmente fracos para a pecuária e a agricultura, apesar de estas atividades, juntamente com o extrativismo vegetal, estarem presentes em quase todos os Estados. O extrativismo mineral existe, nos Estados do Amapá, Amazonas e no Pará, onde existe uma importante indústria de transformação da bauxita em alumínio. A exuberância da mata pode ampliar atividades econômicas como o turismo ecológico, que movimenta no mundo, todos os anos, centenas de bilhões de dólares (CAMPOS, 2002).

A Amazônia abriga cerca de 50% da biodiversidade mundial. Isso representa uma fonte quase inesgotável de conhecimento. Dali podem surgir achados para a produção de cosméticos ou mesmo para as inovações em outras áreas. Ao todo os cientistas calculam que existem na região entre cinco milhões e 30 milhões de plantas diferentes, mas somente parte delas já foi estudada. Apenas 30 mil, identificadas por gênero e espécie, representam 10% de todas as plantas do planeta (CAMPOS, 2002).

Com o intuito de preservar a área destinada à floresta amazônica foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9.985, de 18/07/2000, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22/08/2002, reunindo diversas áreas destinadas a preservação.

De acordo com a Lei nº 9.985, as Unidades de Conservação integrantes do SNUC são divididas em dois grupos, sendo: a) Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio da Vida Silvestre e b) Unidades de Uso Sustentável: Áreas de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural.

As reservas extrativistas, focos deste trabalho, enquanto Unidades de Uso Sustentável, favorecem a preservação porque o extrativismo está relacionado à retirada de produtos florestais, sem que ocorra a derrubada da floresta.

A floresta amazônica, em vários momentos, teve seu solo considerado fraco. Um mito que se manteve durante muitos anos. Mas sabemos que as plantas para se desenvolverem precisam de certos nutrientes essenciais, como fósforo, nitrogênio, potássio e outros. Assim sendo como justificar sua imensa vegetação? A resposta é que quase toda a reserva de nutrientes vem das próprias árvores, que se renovam numa espécie de reciclagem: as folhas e ramos mortos caem e são imediatamente decompostos por milhares de fungos, bactérias e outros agentes, liberando nitrogênio, fósforo, potássio e outros nutrientes, que são absorvidos pelas raízes das plantas existentes e que também garantem a germinação das novas (BRANCO, 1991).

Daí a importância de se preservar a floresta, para manter a interdependência que há entre a fauna, a flora, os ciclos hidrológicos.

Outro mito referia-se à fertilidade dos solos. Apontava-se o risco de desertificação e a inadequação dos solos para atividades agropecuárias.

Uma das conseqüências do desmatamento, segundo Branco (1991) seria a de que quando a vegetação é eliminada, o aquecimento direto do solo pelos raios solares leva-o a uma contínua evaporação, fazendo com que a água das camadas mais profundas rica em sais de ferro e sais minerais suba para a superfície por capilaridade e à medida que essa água evapora, os sais se precipitariam formando crostas duras que deixam o solo menos permeável: são os lateritos, verdadeiros ladrilhos de sais férricos. Outra conseqüência seria o aumento de temperatura nos locais desmatados, já que não estaria havendo como antes a absorção das radiações quentes pelas folhas verdes.

Esses fatores somados resultariam um processo de desertificação, que segundo Branco (1991, p.36), já seria observável “em vários pontos da região amazônica, ao passo que no Nordeste, no chamado polígono da seca, já está muito mais avançado”.

Mas a idéia de desertificação na atualidade é considerada exagerada, conforme salienta Giansanti (1998) embora os solos dependam em grande parte dos ciclos de energia e nutrientes em interação com a floresta, existem muitas diferenças no tipo de solo e sua fertilidade. Os solos de várzeas, os mais férteis representariam 3% da região, já os solos de terra firme que delimitam os vales dos grandes rios e são recobertos por florestas altas apresentam diferentes reações ao uso intensivo que geram desde a queda da fertilidade (em graus variados) até a proliferação de plantas invasoras. Estima-se ainda que 10% dos solos, sejam de terra roxa, semelhante à de São Paulo, principalmente em Rondônia e no baixo Tocantins e Xingu, no sul do Pará.

De fato um problema tem afetado e pode prejudicar muito mais a região, as queimadas e os incêndios florestais, uma vez que podem resultar na substituição, em alta escala, das florestas da Amazônia por uma vegetação altamente inflamável, dominada por gramíneas e ervas, o que poderia gerar uma savanização dessas áreas. O fogo ameaça o processo natural de

recuperação e está associado ao esgotamento do estoque de nutrientes como o fósforo e talvez o nitrogênio (VIEIRA, 2006).

A humanidade tem sido a maior devastadora do meio ambiente da Amazônia, através das queimadas objetivando o aumento das áreas de cultivo ou mesmo o aumento das áreas de pastagens, ou ainda através da extração de madeira muitas vezes de forma ilegal e sem técnicas adequadas, outro fator são ainda as reservas minerais da região que são enormes, sua exploração no entanto, só é viável se feito uso de tecnologias modernas, desenvolvidas para reduzir os impactos ambientais, o que nem sempre ocorre (CAMPOS, 2002).

Embora o desflorestamento e o desmatamento sejam grandes, notamos que há uma contrapartida do governo para tentar evitá-la. Entre os principais vilões estão, a mineração, a agroindústria e a reforma agrária, todas aliadas a uma forma inadequada de exploração da terra, e também a atividade madeireira, que retira em torno de 50 milhões de m³ de madeira por ano na região.

Na Amazônia foi selecionada uma região conhecida como Arco de desflorestamento, faixa contínua de cerca de 600 km² de extensão, com variação de largura de até 600 km, que vai do Nordeste do Pará, passando pelo Sudoeste do Maranhão, prosseguindo pelo Noroeste do Tocantins, Norte de Mato Grosso, Oeste de Rondônia, até atingir o Leste do Acre, que é monitorada pelo PROARCO (Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal) que foi implantado para esta região: “palco de desmatamentos e queimadas ilegais que, aliadas à ocupação desordenada da floresta e aos fenômenos climáticos, marcam a complexa e longa história de destruição de parte da Amazônia” (PESSOA, 2002, p.14).

O PROARCO, criado em maio de 1998, tem por objetivo identificar as áreas de maior risco de ocorrência de incêndios florestais, por meio da implementação de um sistema de

monitoramento da região que abrange. Os riscos são avaliados para que possam ser tomadas decisões a respeito do que fazer caso haja o risco de incêndios.

O sistema é apoiado nas técnicas de geoprocessamento e previsão meteorológica, e atua diariamente através da verificação dos arquivos dos satélites NOAA, MODIS e GOES com as coordenadas de focos de calor por municípios e informações meteorológicas que são transferidas dos computadores do INPE, Universidade de Maryland, NASA, NOAA/NGDC para os computadores do IBAMA (BRASIL, 2006).

Cabe aos técnicos do IBAMA, verificar os focos de calor detectados e verificar as previsões meteorológicas da região de risco de incêndios florestais de acordo com o tipo de vegetação, e também definir o nível de alerta e as atitudes cabíveis em cada caso (BRASIL, 2006).

Na atualidade, as principais atividades que alteram o cenário amazônico são a implantação de pastagens, e a exploração madeireira. Outros problemas decorrem da pobreza, da necessidade crescente de energia, minérios, carnes e grãos para outros estados da região, do país e do mundo, de políticas macroeconômicas equivocadas para a região e da exportação do desmatamento através de produtos gerados nessas áreas (HOMMA, 2006).

A ocupação da região amazônica ganhou força no final dos anos 60, através de uma ocupação desordenada, que atraiu posseiros, garimpeiros, fazendeiros, madeireiros, mineradoras e empresas agropecuárias. Nos anos 70 houve intensa exploração madeireira na região, sendo que derrubadas para implantação de fazendas eram comuns em vários pontos da Amazônia. Foram três décadas de exploração das florestas.

Esta mentalidade, a de quem via a Amazônia como novo Eldorado, está mudando rapidamente. O Movimento Ecológico em defesa da Amazônia se fortaleceu e os instrumentos para monitorar a região tornaram-se mais efetivos com o apoio da tecnologia, como o uso de

radares, que podem detectar naquela vastidão desde focos de incêndio até alterações ambientais (CAMPOS, 2002).

Os crescentes números do desmatamento na Amazônia, no Cerrado e na Mata Atlântica, fizeram com que o MMA (Ministério do Meio Ambiente) elaborasse um plano de metas para o Programa Nacional de Florestas (PNF), no período de 2004-2007, como instrumento para o desenvolvimento sustentável no setor. O objetivo é a expansão da base florestal plantada e a recuperação das áreas degradadas através do plantio de 800 mil hectares em pequenas e médias propriedades até 2007; 1,2 milhão de hectares por meio de programas empresariais sustentáveis e recuperação de 200 mil hectares degradados até 2007. Outro objetivo é a expansão da área florestal manejada associada à proteção de áreas com alto valor ecológico (agregar 15 milhões de hectares de florestas naturais em produção sustentável para abastecer 30% da demanda da indústria nacional) e assegurar que um terço da produção florestal sustentada tenha origem em florestas sociais, com produção familiar, comunitária ou extrativista, garantindo a proteção de dois milhões de hectares com alto valor ecológico junto a áreas destinadas ao manejo florestal (BRASIL, 2003).

1.3.2. Ocupação e ciclos econômicos

Os primeiros habitantes da região amazônica são as populações indígenas. A ocupação oficial da região, no entanto, teria se dado no final do século XV, pelos portugueses, que avançavam para a região buscando coletar essências, raízes, cascas e frutas das árvores, que eram comercializadas como especiarias na Europa. Os portugueses procuravam ainda escravizar a população indígena explorando-a nos serviços de extração de ouro e na agricultura. Esse período que vai de 1616 a 1750, ficou conhecido como o ciclo das drogas do sertão (ANDRADE, 2001), e teve como mérito, a iniciação do colono nas práticas extrativistas, sendo uma atividade bastante intensa principalmente verificável nas listas dos artigos exportados no Pará, em grande quantidade produtos silvestres (TOCANTINS, 1973).

A partir de 1850, tem início o Ciclo da Borracha. Durante 70 anos, a Amazônia foi a única e depois a maior fornecedora de borracha natural do mundo. Ocupando posição internacional, devido em princípio ao seu uso “como material isolante e de absorção de choques na era do vapor” (URE, 1986, p.54) e posteriormente devido ao seu uso na fabricação de pneus e câmaras de ar para automóveis. No ranque das exportações brasileiras perdendo apenas para o café e o açúcar. Tocantins (1982) informa que, já em 1828, a borracha começava a sair na forma de pequenos objetos manufaturados, dentre eles a seringa, nome que afinal foi emprestado à matéria, mas antes (TOCANTINS, 1973) já teriam ocorrido exportações clandestinas, sendo que as primeiras datam de 1800, quando saíram algumas garrafas com a borracha para os EUA e dois anos após alguns pares de calçados. Tocantins (1973), data o início do ciclo econômico da borracha de 1870 em diante, quando esta demonstra grande potencial para a economia brasileira, que segundo ele perdura até o início da Segunda Guerra Mundial.

A borracha é responsável pelo aspecto dinâmico de realizações sociais na Amazônia, antes uma região tropical, fornecedora de bichos exóticos e centro fornecedor de espécies cultiváveis, que embora atraísse a atenção de cientistas de várias partes pelas novidades apresentadas, não tinha a notoriedade da borracha “uma das mais notáveis matérias-primas oferecidas à humanidade, através de uma gama de expectativas e aspirações crescentes” (TOCANTINS, 1982, p.119).

Em 1853 a navegação a vapor foi introduzida, o que facilitou o escoamento das drogas do sertão e com elas a borracha. Em 1867 portos foram abertos no Pará, o que aumentou ainda mais o potencial exportador e também a cobiça estrangeira.

Em 1873, relata-nos Ure (1986, p.53-60), Henry Alexander Wickham, botânico, estabeleceu-se em Santarém-PA e por lá começou a plantar uma variedade de lavouras: tabaco, tapioca, açúcar e finalmente seringueiras.

Clements Markham, de Londres, estava com a atenção voltada para a borracha e seu consumo em expansão no Império Britânico e pensou em cultivá-la na Índia britânica (referência às colônias inglesas na Índia).

Markham entrou em contato com Joseph Hooker diretor dos Jardins Botânicos Reais em Kew (arredores de Londres) e ambos decidiram identificar e importar a melhor semente para a produção da borracha. Foi selecionada a *hevea brasiliensis*, que produzia a borracha “Pará Fine Hard” que a Inglaterra vinha importando em grande quantidade do Brasil.

Hooker mantinha correspondência com Wickham desde 1873. Ele e Markham precisavam de grande quantidade de sementes que pudessem ser cultivadas nas estufas de Kew e depois importadas como mudas ou pequenas árvores para os locais mais promissores do império, no subcontinente Indiano e no Extremo Oriente.

Wickham ficou encarregado de conseguir as sementes, sendo que receberia 10 libras por milheiros de sementes e convenceu Markham de que seria lucrativo montar uma operação à margem de um dos afluentes do rio Tapajós.

Seus objetivos eram três: coletar grande quantidade de sementes sem despertar suspeitas nem hostilidade, para tal Wickham se fez passar por naturalista inglês, como Bates, Wallace e Spruce, estudando o rio, mas diferentemente dos outros, pagando generosamente aqueles que colhiam sementes para ele, no caso grande número de índios Tapuias; retirar as sementes do Brasil, quando as autoridades já estavam cientes da importância de manter o monopólio mundial da borracha e transportar as sementes para o Atlântico antes que apodrecessem ou deteriorassem, impedindo a germinação.

O terceiro dos problemas foi resolvido, segundo URE, por sorte, já que um transatlântico todo equipado, pertencente à Companhia Inman, chamado S.S. Amazonas, esteve em Santarém em sua primeira viagem direta de Liverpool para o Alto Amazonas e em uma recepção para o navio onde Wickham teve a oportunidade de estabelecer contato com seu capitão Murray.

Após o S. S. Amazonas retomou sua viagem rio acima até Manaus. Dias depois chegaram notícias de que o navio fora saqueado e depois de abandonado entregue novamente às mãos do capitão, que agora não tinha mais carga no retorno à Liverpool.

... O que parece ter acontecido foi que os funcionários da companhia, encarregados de vender o carregamento exportado e comprar o que devia assegurar o regresso, cumpriram a primeira parte de suas obrigações, mas então embolsaram os lucros e desapareceram em Manaus, sem providenciarem o financiamento da viagem de volta. O capitão Murray e o seu belo navio estavam em apuros (URE, 1986, p.56).

Wickham percebeu que a situação lhe era favorável, e contratou o S. S. Amazonas para levar uma carga não-especificada à Kew.

Organizou o maior número de índios que conseguiu para colher sementes, e de mulheres solteiras da aldeia para a fabricação de cestas de junco para o transporte das sementes. As cestas tinham de ser guarnecidas por folhas de bananeiras devidamente secas para serem colocadas entre as camadas de sementes para que não apodrecessem.

O fato é que quando o S. S. Amazonas volta de Manaus a Santarém – 70.000 sementes já estavam prontas para o embarque. Agora só faltava sair do país.

Wickham contou com o apoio do cônsul britânico em Belém – Sr. Green para visitar o Barão de S., chefe da alfândega. Eles alegaram que precisavam de um despacho rápido, pois estariam transportando espécimes botânicos delicados que deveriam ser entregues aos jardins reais da rainha Vitória em Kew.

A carga não teria sido inspecionada, nem teria sido mencionada a quantidade de sementes, nem se falado em borracha, nem que os Jardins Reais em Kew eram também o Centro de Pesquisas e Aperfeiçoamento Agrícola do Império Britânico.

Chegada a carga à Kew, as sementes foram deixadas germinando nas estufas e coube a Clements Markham, dar-lhe um destino. Ceilão foi o lugar escolhido, mas foi somente mais tarde quando o cultivo foi transferido para a Malásia que se descobriram as condições ideais de cultivo da mesma.

Nas palavras de Ure (1986, p.60):

O processo exigiu várias décadas para firmar-se; na verdade, foi somente quase meio século mais tarde que os barões da borracha brasileira se deram conta de que o ganso dos ovos de ouro levantara vôo, em uma enorme migração, e que fora um aventureiro inglês que abrira as portas do cercado. Durante aquele meio século, a borracha dominara a vida do alto Amazonas e, mais particularmente, de seus afluentes. Os últimos anos do século XIX registraram a época dourada da borracha, o fausto de seus barões, os vestidos parisienses de suas mulheres, o luxo de suas casas, os charutos de Havana, o teatro do Amazonas, o detalhe de mandarem lavar a roupa na Europa (a água do Amazonas amarelava os ternos de linho branco). Decorreram também muitos anos antes que a borracha amazonense se tornasse fonte de escândalos que dariam a algumas partes da região um descrédito internacional.

A saída dessas sementes do Brasil e sua adaptação a outras regiões, foi sentida, de fato, anos mais tarde, no comércio brasileiro da borracha, que teve grande redução nos períodos posteriores a 1910.

O contrário se deu com as plantações de seringueira do Oriente, que em 1900, produziam quatro toneladas para o mercado mundial e trinta anos depois oitocentas mil toneladas, enquanto na Amazônia só decrescia o consumo (TOCANTINS, 1973).

O Brasil produz menos de 1% da borracha do mundo e importa aproximadamente a metade do que consome. Seu consumo é oneroso para os brasileiros, e há uma procura cada vez maior pela borracha sintética, que tende a substituir cada vez mais a borracha natural, mas como o preço desses produtos sintéticos está em estrita dependência dos preços do petróleo acredita-se que à medida que as reservas mundiais de petróleo se esgotem e seu preço suba volte a haver uma demanda pela borracha natural (FEARNSIDE, 1992).

No período que vai de 1877 a 1910, anos dourados da Amazônia (BANDEIRA, 2002), houve o maior índice populacional na região amazônica, que fez com que se consolidassem as cidades de Belém e Manaus, ocasionado pelo elevado preço da borracha, que atraiu em torno de 300 mil migrantes nordestinos para a região (ANDRADE, 2001).

A borracha é também responsável pelo crescimento de outros estados da região, como o Amapá, por exemplo, que é conquistado da Guiana Francesa em 1900 e o Acre que é tomado da Bolívia em 1903.

Vale lembrar que o regime de patronato foi predominante durante o Ciclo da Borracha.

ANDRADE (2001, p.19), assim o definia:

Patronato – nesse sistema, o patrão ou arrendatário de terras, no caso, dos seringais, os chamados seringalistas, faziam empréstimos nas chamadas “casas aviadoras, que resgatavam suas dívidas através da produção de borracha. Por sua vez, as “casas aviadoras” recebiam financiamento internacional de grupos e exportavam para os grandes centros internacionais. Os patrões que compravam os produtos básicos, levavam para os seringais através de batelões, chamados regatão. Nos seringais, esses produtos eram administrados por um gerente, uma espécie de capataz que fazia o aviamento...

Esse tipo de relação de trabalho baseado no aviamento era um sistema econômico caracterizado pelo adiantamento ao cliente, o coletor de produtos da floresta, tratava-se da venda por consignação dos produtos e gêneros de primeira necessidade ao seringueiro, que eram anotados em caderneta, e depois deveriam ser pagos com a produção da borracha retirada da floresta. O seringueiro endividava-se desde o começo, quando o patrão lhe adiantava o preço de sua viagem, geralmente de alguma cidade no Nordeste até a estrada de heveas às margens de um afluente do Amazonas e lhe fornecia o equipamento necessário para a exploração de produtos florestais. Em seguida, ele deveria abastecer-se exclusivamente no barraco do seu patrão (não podendo manter nem mesmo uma pequena roça), de quem se tornou cliente, estando preso num círculo de endividamento, do qual não conseguiria se desvencilhar e muitas vezes ainda ficava devendo, tendo que efetuar o pagamento com um novo fabrico (AUBERTIN, 2000a) e (ANDRADE, 2001).

O patrão também conhecido como seringalista recebia a pólvora, o feijão, o sal, a carne salgada e o que mais necessitasse, e do seu barranco despachava seus carregamentos de goma elástica (borracha), e recebiam gordos saldos em dinheiro. Por isso quando iam até Belém ou a Manaus muitas vezes expunham sua opulência em festejos, bebedeiras, anéis de brilhante nos dedos, mulheres estrangeiras, outros com mais recursos chegavam a viajar para a Europa, chegando mesmo a passar temporadas em Paris (MEIRA, 1964).

A relação entre o seringalista e o seringueiro nem sempre foi tranqüila. Quando perguntei ao vice-presidente da OSR, o seringueiro Geraldo Nonato Menezes (Entrevista-2005), se devido aos problemas atuais do movimento, ele achava que estava melhor antes, obtive a seguinte resposta:

Não, porque antigamente era tudo como escravo. O patrão ele se opõe ao sistema do seringueiro. Ele tinha ordem, o seringueiro só podia fazer o que o patrão queria. Está certo que o patrão fornecia a mercadoria, o patrão dava qualidade de saúde, então só não tinha educação. Na época o seringueiro perdia porque não podia estudar, tinha que morar naquele determinado

seringal, ele tinha que produzir. Só podia sair para a cidade de ano em ano, então os filhos acabavam ficando sem estudo. E por outro lado também, o seringueiro tinha uma cota para produzir por ano, se ele não produzisse aquela cota ele também não poderia ir para a cidade, mas também tinha aqueles seringueiros que produziam bem, e eles acabavam tendo crédito com o patrão, acabavam depois indo para a cidade, tinham vez.

Por outro lado o seringueiro não morava no que era dele, era do patrão – o seringal do tempo do patrão – e a questão da estrada, não existia estrada, tudo era por água, não tinha esse desenvolvimento do jeito que tem hoje. Então tinha as partes positivas, mas tinha as partes negativas, como a gente não teve a oportunidade de estudar como as outras pessoas, hoje o movimento dos extrativistas seria outro também, teria mais poder, teria mais conhecimento, seria mais fácil cobrar, saberia como buscar, porque a cultura manda muito.

Na década de 20, foi a vez de um norte-americano se interessar pela borracha da Amazônia brasileira.

Conforme relata Ure (1986, p.155-158), já a partir de 1926, Henry Ford – o magnata de Detroit – voltou sua atenção para a região. À época, ele era o maior fabricante de automóveis do mundo e, portanto, o maior comprador de borracha para câmaras e pneus, fez um maciço investimento buscando o controle mundial do mercado da borracha, argumentando ser esta a região natural da seringueira e que se as plantações feitas no sudeste da Ásia deram resultado provavelmente dariam ainda melhores no habitat natural.

Henry Ford comprou do Estado do Pará dois milhões e meio de hectares na floresta amazônica, ao mesmo tempo negociava uma isenção do imposto sobre o lucro durante cinquenta anos. Essas terras se situavam às margens do rio Tapajós, um dos principais afluentes do Amazonas pelo Sul. Ford chamou a essas terras: Fordlândia. Desmatou grandes áreas de floresta e passou a plantar diferentes variedades da seringueira brasileira – todas elas da espécie *hevea brasiliensis* – roubada por Wickham, cinquenta anos antes.

Estimava que a produção da Fordlândia alcançaria 40.000 toneladas de borracha bruta por ano, o que seria mais do que o dobro da produção mundial na época.

Desde o início apareceram os problemas. Com a derrubada das árvores mais altas da selva, houve de imediato um decréscimo da umidade e o aumento da intensidade da luz solar.

Verificou-se que o solo era menos espesso e rico do que se supunha, tendo em vista a farta vegetação que o cobria. O resultado foi que sete anos após a Fordlândia estava produzindo menos de cinco por cento da meta prevista.

Ford achou que estava encontrando uma dificuldade local e concluiu que a solução era trocar suas terras em Fordlândia por uma área do mesmo tamanho, em Belterra, poucos quilômetros mais ao norte, também à margem do rio Tapajós. Desta vez não se limitou a plantar mudas brasileiras, mas utilizou as cultivadas no Extremo Oriente, oriundas de sementes da hevea brasiliensis original. Dobrou seus investimentos, montou uma estrutura completa em Belterra. Instalou hospital, organizou serviços públicos, atividades esportivas – inclusive com campo de golfe, escola, uma igreja e até um hotel para possíveis visitantes e admiradores que viriam do mundo inteiro. Criou sua própria força policial, e pagava salários bem acima da média regional.

A exemplo da Fordlândia, no entanto, houve novo fracasso. As mudas além de não se adaptarem ao calor, pareciam mais vulneráveis às doenças infecciosas do que em Fordlândia. Apenas metade das três milhões de árvores plantadas, produziu algum látex, o restante definhou. As árvores produtivas não apresentaram rendimento tão bom quanto às da mesma espécie plantadas na Malásia e em Sumatra.

Em 1941, a produção total alcançou apenas dez por cento da meta prevista e Ford se convenceu finalmente, de que não conseguiria dominar o suprimento mundial da borracha partindo de sua base na floresta amazônica, nem mesmo produziu o suficiente para os pneus e carros Ford. E como até os búfalos da fazenda estavam sendo mortos pelas onças, em 1945 ele finalmente desistiu.

Ford teria investido oito milhões de dólares em Fordlândia e Belterra, mas aceitou do governo do Pará apenas 250.000 dólares, cerca de 0,3 por cento do investimento.

Ure (1986, p.158) afirma que “no início da experiência de Ford a Goodyear e a Firestone ficaram tão alarmadas, que imediatamente trataram de planejar vastas plantações na Costa Rica e na Libéria”.

Enquanto a experiência de Ford o desiludia, a Amazônia teve ainda um 2º Ciclo da Borracha, embora dessa vez bem curto.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro e o governo americano assinaram em 1º de Outubro de 1941, o Acordo de Washington, que permite que os EUA instalem bases militares em Fortaleza, Recife, Belém e Natal. Para tal os EUA se comprometeram a financiar a Usina Siderúrgica de Volta Redonda, o aparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, e também se comprometeram a comprar a produção da borracha brasileira.

Devido à invasão dos japoneses aos seringais asiáticos, entre eles o da Malásia. Os EUA voltam-se para a Amazônia impondo uma nova cláusula ao Acordo de Washington, em 1942, em que o Brasil se compromete a fornecer exclusivamente a produção de borracha aos EUA, em troca os EUA investem cerca de 300 milhões de dólares com a finalidade de financiar a extração do látex.

Foi desencadeada uma operação em larga escala para a extração do látex da região, que ficou conhecida como a Batalha da Borracha.

Como fossem necessários muitos homens para o cumprimento do Acordo de Washington, o governo brasileiro, em 1943, através do SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia), com sede em Fortaleza, começou a realizar o alistamento de quem tivesse interesse em trabalhar nos seringais.

Para garantir aos Estados Unidos a matéria-prima, foram atraídos para a região 55 mil nordestinos, através do discurso do Governo Getúlio Vargas de que quem fosse para a Amazônia para a exploração da borracha, além de não arriscar a vida na guerra teria uma chance de tornar-se rico. Isso atraiu uma grande quantidade de recrutas e voluntários, principalmente nordestinos, para a região. O governo fornecia o recrutamento, o transporte e chegou a criar um banco de crédito, que foi transformado no Banco de Crédito da Amazônia e depois no Banco da Amazônia S. A (BASA). Com o fim da Guerra e a fabricação de borracha sintética pela Malásia, as extrações da borracha natural em alta quantidade passaram a ser desnecessárias e os Aliados não mais precisavam do Brasil.

Vale lembrar que esses voluntários e soldados enfrentaram grandes dificuldades na região, principalmente as epidemias e problemas de insalubridade, a distância das colocações, dos seringais e a dificuldade de comunicação entre eles. Como o fim da Guerra esses seringueiros e suas famílias foram abandonados na mata sem qualquer chance de sobrevivência, roupa, comida ou remédio (DORIA, 2004).

Os que conseguiram sobreviver e permaneceram na região Norte e Centro-Oeste, tiveram sua economia baseada no extrativismo e na mineração até o final da década de 50 (ANDRADE, 2001).

O período que vai de 1964-1978 foi marcado por grandes projetos. No período do Milagre Econômico Brasileiro o governo implementou seu Projeto de Integração Nacional (PIN) na Amazônia, divulgando-o como uma oportunidade de oferecer terras sem homens para homens sem terras. Para absorver a população vinda das outras regiões do país, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, também criou uma malha rodoviária e novos projetos agrícolas (BANDEIRA, 2002).

Essas pessoas de outras regiões trazem modelos de uso da terra próprios, que muitas vezes têm na derrubada da mata, na prática das queimadas e na formação de pastos uma

prática comum. Sabemos que a floresta amazônica é um ecossistema, cada vez que ocorrem modificações em uma das partes desse sistema o conjunto também sente os resultados.

Branco (1991) comenta que os índios, por conviverem a milênios com esse ecossistema sabem como ninguém utilizá-lo sem causar danos. Segundo o autor o índio desmata as áreas necessárias à alimentação da tribo, mas ao fazer a roça não remove os tocos das árvores e não utiliza a terra por mais de três ou quatro anos, já que quando a agricultura do milho e da mandioca começa a diminuir ele muda da região. Os tocos rebrotam e a floresta se reconstitui em poucos anos. Assim considerava à época que cultivar as áreas como se fossem ilhas de ocupação em meio à imensidão verde poderia ser a melhor forma de colonizar a Amazônia.

Seja como for, hoje uma preocupação básica é procurar alternativas que sejam viáveis para minimizar os impactos produzidos pelas populações sobre a floresta.

CAPÍTULO II – Extrativismo na Amazônia Brasileira: As experiências do Acre e de Rondônia

2.1. Acre: uma história de extrativismo e luta

Atualmente a economia do Acre se baseia na extração da borracha e da castanha e na pecuária e na agricultura. O extrativismo impulsionou em muito a economia da região principalmente durante os Ciclos da Borracha.

Até o início do século XX seu território pertencia à Bolívia. Porém, desde o princípio do século XIX, grande parte de sua população era de brasileiros que exploravam seringais na região e que, na prática, acabaram criando um território independente.

A Questão do Acre (como ficou conhecida) teve fim em 17 de novembro de 1903, e se devia a disputa em torno deste território fronteiriço entre Bolívia e Brasil, cuja posse era requerida por bolivianos que tinham o apoio norte-americano, mas que os brasileiros consideravam como parte de seu território. A questão foi resolvida em 1903, após uma rebelião feita com o apoio dos governos do Amazonas e do Pará e membros do Congresso Nacional, liderada por José Plácido de Castro em 1902. Findou-se com a assinatura do Tratado de Petrópolis, que afirmava que o território era pertencente ao Brasil.

O Tratado foi ratificado pelo governo boliviano em 24 de dezembro de 1903, e foi aprovado pelo Congresso Brasileiro em 12 de Abril de 1904. Pelo Tratado, o Brasil, em troca do Acre, realizou o pagamento de dois milhões de libras esterlinas à Bolívia e firmou o compromisso de construir em território brasileiro uma estrada de ferro, de interesse vital para a região, ligando Santo Antônio, no rio Madeira à Vila-Bela, na confluência do rio Beni com o Mamoré. E assim surgiu a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (MEIRA, 1964, p.135), que ficou também conhecida mais tarde como a Ferrovia da Morte. O Acre foi então integrado

ao Brasil após o Tratado como território, sendo em 15 de junho de 1920, elevado à categoria de Estado, o primeiro a ser governado por uma mulher, a professora Yolanda Fleming.

A construção dessa ferrovia, entretanto, deve ser analisada dentro de um processo de expansão do capitalismo internacional, tanto inglês quanto norte-americano. A Inglaterra procura expandir no mercado a tecnologia do trem e o motor a vapor. Os interesses norte-americanos se dão não apenas pela tentativa de posse da terra, mas também pelo setor empresarial (ANDRADE, 2001).

Vale ressaltar que o apoio norte-americano se devia ao fato de que na época (final do século XIX) o governo de La Paz, reconhecendo a sua incapacidade para assegurar seu domínio naquela região resolvera arrendá-la a um sindicato anglo-norte-americano, interessado na indústria da borracha para amparar sua posse e sua conservação sob o domínio da República (TOCANTINS, 1973).

O Sindicato era resultado de acordo entre a Bolívia e Theodor Roosevelt, então presidente americano. O “The Bolivian Syndicate of New York”, era uma organização empresarial que recebeu amplos poderes do governo boliviano na exploração do látex, podendo inclusive formar sua própria milícia, visando combater e expulsar a população de brasileiros que ali se estabeleceu (ANDRADE, 2001).

O Sindicato recebeu para afastar-se da arena de negociações uma indenização do governo brasileiro de cento e dez mil libras, o equivalente na época a quinhentos e cinquenta mil dólares (MEIRA, 1964).

No que se refere à questão extrativista, conforme Rueda (2006), desde os anos 60 que os governos da região Norte desenvolviam ações para atrair empresários do Centro-Sul do país para a região, para implantar empreendimentos na área rural. No Acre, municípios como Rio Branco, Sena Madureira, Plácido de Castro, Senador Guiomard, Xapuri e Brasiléia, teriam tido muitos de seus seringais transformados em pastos para o gado ou abandonados.

Por outro lado algumas glebas onde moravam seringueiros foram adquiridas pelo Governo Federal para loteamentos de Reforma Agrária, e estes muitas vezes expulsos com violência de suas terras foram procurar novas áreas, e acabaram em seringais abandonados, ou mesmo em glebas do governo. Como ficassem sem a figura do patrão se tornaram seringueiros autônomos. Rueda (2006) os define como aqueles que não tem um patrão fixo ao qual seja obrigado a entregar a produção por ser o dono da terra, autonomia relativa, porque o seringueiro ainda dependia dos comerciantes para abastecimento e comercialização da produção, mas não mais sob o jugo do patrão. Comercializavam principalmente a borracha e a castanha por conta própria (ALEGRETTI, 1989).

Aubertin (2000a, p.28) nos fala sobre o nascimento do movimento extrativista:

O movimento dos seringueiros do Acre nasce no lugar onde a nova estrada Porto-Velho-Rio Branco encontra o rio. Os patrões vendem suas terras, que se transformam em loteamento ou em grandes fazendas de gado. Os seringueiros são despojados e esquecidos em transações que se concretizam no recuo da floresta em face das motoserras e da especulação fundiária. Chico Mendes, seringueiro e militante sindical, cria o Conselho Nacional dos Seringueiros, que luta pelo reconhecimento dos direitos dos trabalhadores do extrativismo e pela implantação de uma reforma agrária.[...]

Foram esses seringueiros autônomos de Rio Branco, Xapuri e Brasiléia, os primeiros a saírem em defesa do extrativismo, organizando-se a partir de 1976, para impedir novos desmatamentos de áreas extrativistas, nos chamados “empates” que se estenderam no Acre e em estados como Amazonas e Pará. Vale ressaltar que os empates não ocorriam em princípio por questões ambientais ou ecológicas, mas porque essas populações tinham na floresta sua fonte de subsistência, eis sua maior razão para impedir o desmatamento.

Com a morte em 1978 de Wilson de Souza Pinheiro, em Brasiléia e depois com a morte de Chico Mendes em Xapuri no ano de 1988, ambos presidentes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de suas respectivas cidades, os conflitos entre seringueiros e fazendeiros chamaram a atenção da opinião pública.

O juiz de Xapuri, em 03 de julho de 1989, pronunciou três acusados pela morte de Chico Mendes, ou seja, chegou à conclusão de que havia indícios de três responsáveis pelo assassinato, Darly Alves da Silva, Darci Pereira (filho de Darly) e Jardeir Pereira (empregado da fazenda) que deveriam passar por júri popular. Darly era dono do seringal cachoeira onde Chico Mendes havia liderado um empate para impedir a derrubada da mata para a criação de gado. Em razão disso o seringal foi desapropriado e transformado em reserva extrativista. Darci é acusado de matar Chico Mendes, com a cumplicidade de Jardeir e a mando de seu pai. Pai e filhos foram presos e Jardeir está desaparecido. O advogado dos acusados recorreu da sentença alegando entre outras que Chico Mendes foi instrumento de agitação política, usado por pessoas com interesses econômicos e políticos. Advogados estes ligados a latifundiários e à UDR (ROCHA, 1989).

O mesmo Darly, agora com 71 anos, foi preso no dia 03 de Agosto de 2.006, em Xapuri no Acre, a pedido da justiça do Pará, acusado por utilizar documentos falsos para tentar comprar uma propriedade em um projeto de assentamento (ROSA, 2006).

O governo começou a refletir sobre o extrativismo apenas em 1982, quando no Acre o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a SUDHEVEA (Superintendência da Borracha), se encontraram para estudar o impacto causado pelos projetos de colonização, os chamados Assentamentos Dirigidos sobre as colocações (unidades de produção, formadas pela dispersão natural das seringueiras na floresta) de seringueiros, pois os retângulos criados pelo INCRA para assentar colonos, cortavam e desmembravam as colocações dos seringueiros, o que desestruturava os esforços da SUDHEVEA para aumentar a produção de borracha (RUEDA, 2006).

Com a participação dos extrativistas de Rio Branco, Brasiléia e Xapuri, chegou-se à conclusão de que o interessante não era a posse individual de uma parcela da floresta, mas manter sua capacidade produtiva, e a melhor forma não seria desmembrar a terra em pedaços

simétricos e regulares, mas assegurar a permanência da família em suas colocações, exercendo o extrativismo. A SUDHEVEA e o INCRA propuseram então a Concessão Real de Uso do seringal aos seus moradores. Para iniciar foram propostas duas experiências, os projetos Boa Esperança em Sena Madureira e Santa Quitéria em Brasília, mas devido a questões administrativas, não deram certo (RUEDA, 2006).

Em 1985, é criado o CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros) para canalizar as reivindicações dos seringueiros, e como continuassem as pressões nacionais e internacionais pela preservação das florestas, começaram a defender a criação de reservas extrativistas como forma de Reforma Agrária para os extrativistas.

Em 1985, os seringueiros reunidos em Brasília, no primeiro Encontro Nacional, solicitaram que acabasse a colonização dos seringais e fosse mantida a concessão e com ela o extrativismo. Solucionaria-se assim a questão fundiária e haveria maior proteção da floresta contra desmatamentos e expansão agrária. Esse Encontro é o marco histórico para a oficialização do pedido de criação das “Reservas Extrativistas”. A idéia foi muito debatida pelos participantes que provinham de diferentes regiões, principalmente da Amazônia (RUEDA, 2006).

Rueda (2006) salienta o fato de que em 1985, o Brasil estava lançando o Plano Nacional de Reforma Agrária e que as propostas de criação das reservas se apresentavam como a reforma agrária para os extrativistas, à medida que sua criação deveria ser uma forma de reconhecer os direitos à terra daqueles que nelas trabalhavam e viviam há muitos anos. O autor conclui que as reservas extrativistas foram, historicamente, uma proposta no espírito da reforma agrária, isto é, para que a terra cumpra sua função social. Outra questão seria a proteção ao meio ambiente, essencial para se manter o extrativismo da borracha.

A partir do Primeiro Encontro de Seringueiros, o INCRA teria passado de novo a se preocupar com a questão, e através da Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987, incorporava a

reserva extrativista ao Plano Nacional de Reforma Agrária, através da criação do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) “destinado à exploração de áreas dotadas de seringais extrativos através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupam ou venham a ocupar as mencionadas áreas”. A Portaria estabelecia que a destinação da área fosse mediante concessão de uso em regime comunal, segundo a forma decidida pela comunidade concessionária, associativa, condominial ou cooperativista (RUEDA, 2006).

Em março de 1989, na Declaração dos Povos da Floresta, o CNS e a União das Nações Indígenas assim se pronunciam:

Esta Aliança dos Povos da Floresta reunindo índios, seringueiros e ribeirinhos, iniciada aqui nesta região do Acre estende os braços para acolher todo esforço de proteção e preservação deste imenso, porém frágil, sistema de vida que envolve nossas florestas, lagos, rios e mananciais, fonte de nossas riquezas e base de nossas culturas e tradições (Revista Tempo e Presença, p.14).

A Aliança dos Povos da Floresta é um grande avanço no estabelecimento das relações entre os povos, é a união de antigos inimigos.

O governo federal também avançou, mediante a legitimação da Reserva Extrativista no âmbito nacional do meio ambiente, possibilitando sua criação a partir da Lei nº 7804, de 18 de julho de 1989, e regulamentando-a através do Decreto n.º 98.897, de 30 de janeiro de 1990.

As atividades extrativistas enfrentam atualmente riscos estruturais como as crises globais do mercado da borracha, o que faz com que haja diversificação das atividades produtivas e outros produtos como o couro vegetal (ou tecido da floresta como é conhecido em Rondônia), fibras e óleos essenciais. Essas novas alternativas de renda devem ser analisadas de modo cuidadoso, para que não impliquem no aumento da pressão sobre os recursos naturais (ANDRADE, 2004).

2.2. Rondônia: Da ocupação territorial à formação das atuais reservas extrativistas

2.2.1. Ocupação territorial

A ocupação do território do atual estado de Rondônia, passa por alguns momentos que permitem sua atual organização. Esses momentos são: a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, a instalação da linha telegráfica, a mineração e a construção da BR-364. Cada um desses momentos, que também servem como marco histórico na ocupação do espaço territorial, deram sua contribuição, atraindo para a região uma leva de migrantes e imigrantes, seja para trabalhar, seja na busca de terra, ou riqueza.

Desde meados do século XIX a idéia de alcançar o Atlântico pelos rios Madeira e Amazonas era cultivada pela Bolívia, como importante rota para a comercialização de suas riquezas entre elas a borracha. O grande empecilho à navegação estaria no trecho encachoeirado do rio – cerca de 300 km entre o rio Mamoré e Santo Antonio, no Madeira. Desde logo surgiram propostas para a construção de uma ferrovia que transpusesse esse trecho margeando-o. Para o Brasil essa era também uma solução interessante, pois abriria nova rota de acesso ao Mato Grosso, até então feito quase exclusivamente pela bacia do Prata, navegando o rio Paraguai. A Guerra do Paraguai tornou evidente a importância política e estratégica da nova ligação, desta vez navegando os rios Madeira, Mamoré e Guaporé.

Em 1868, George Earl Church obteve concessão do governo boliviano para organizar e explorar uma companhia de navegação que ligasse os rios Mamoré ao Madeira, criando a National Bolivian Navigator Company.

A Companhia obteve desde logo o privilégio de navegação pelos afluentes bolivianos do rio Madeira, por vinte e cinco anos, o direito de cobrar passagem a navios não pertencentes

à Companhia e que quisessem passar pelo canal e o direito de cobrar frete e passagem no transporte de cargas e passageiros.

A Inglaterra demonstrou interesse no financiamento desde que o governo boliviano se compromettesse a garantir os empréstimos, obrigando a modificação das cláusulas de concessão original. Em novembro de 1869, é celebrada a modificação da via fluvial para a estrada de ferro ao longo das cachoeiras e, no ano seguinte, o Brasil dá a concessão para que Church organize essa empresa.

Em 20 de abril de 1870, através de decreto o governo brasileiro exige a organização de uma nova companhia, que deveria receber o nome de “Madeira and Mamoré- Railway”. O direito concedido a Church era por 50 anos, devendo a ferrovia ligar Santo Antônio a Guajará-Mirim. O decreto concedia à Companhia vários privilégios, inclusive a concessão ao longo da estrada, de uma área de terras de 1394 km².

Em março de 1871, Church de posse de concessões dos governos boliviano e brasileiro, constituiu a Madeira & Mamoré Railway Company Limited e contratou a empresa britânica Public Works Construction Company (PWCC) para executar a obra. Em julho de 1872, o primeiro grupo de engenheiros chegou a Santo Antonio, no Madeira e alguns dias depois deles operários, materiais de construção e equipamentos. A obra foi abandonada um ano depois, sem que nenhum trilho tivesse sido colocado e a PWCC, entrou na justiça britânica com um pedido de rescisão de contrato e de indenização alegando, entre outros motivos, condições sub-humanas na região.

As dificuldades enfrentadas pelo grupo americano, formado por engenheiros e operários, foram muitas: doenças tropicais (muitas desconhecidas), má alimentação, falta de pagamento de salários, morte por malária, ataques indígenas, além do mais perceberam que as obras saíam mais do que o dobro dos preços que haviam sido previstos.

Enquanto seguia a batalha judicial, Church contratou duas novas empreiteiras para o serviço.

A primeira chamada Dorsay & Caldwell, construtora americana, se comprometeu a construir 15 km de linha, sem receber pagamento, enquanto se resolvia a questão no fórum. Assinou contrato em setembro de 1873 e em janeiro de 1878 mandou seu primeiro grupo para o local, a comitiva retornou poucos dias depois, após a primeira morte por doença.

Em fevereiro de 1878, a firma P & T Collins desembarcou em Santo Antonio com mais de 700 toneladas de cargas para dar andamento aos trabalhos. Em 04 de Julho, devido ao Independence Day, a primeira locomotiva – conhecida como Coronel Church, andou 3 km, dos quais apenas 800m eram definitivos. As dificuldades foram as mesmas encontradas pelas empresas que a antecederam. Até maio de 1879, 500.000 dólares já haviam sido gastos e finalmente em Agosto de 1879, a empresa paralisou as obras da ferrovia.

Em 1882 em um relato elaborado pela empresa P & T Collins, a direção justifica o abandono da construção da estrada por considerá-la impraticável.

O imperador D. Pedro II resolve enviar uma comissão de engenheiros para fazer um levantamento da situação da obra, passando a assumir a construção da mesma.

Posteriormente a Inglaterra que antes desistira da obra, retoma o interesse, motivada pelo desejo de monopolizar o mercado da borracha e de abrir o mercado para a venda de seus motores a vapor (ANDRADE, 2001, p. 23).

A Comissão Morsing (1883) produziu o primeiro relatório, embora inconcluso, já que as doenças praticamente dizimaram a comissão. Depois foi substituída pela Comissão Pinkas (1884), que produziu um relatório bem mais otimista, embora tenha sido acusada de forjá-lo. A forte discrepância dos dois relatórios deu margem a severas críticas ao projeto da ferrovia.

Somente em 1905, a construção é retomada, por força do Tratado de Petrópolis, em troca das terras do Acre, conforme comentado anteriormente.

Em 1905, foi publicado edital de concorrência pública para a construção da ferrovia, que em princípio deveria ter início no Porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré. Deveria ainda conter um ramal que passando por Vila Murтинho (ou outro porto próximo), chegasse a Vila Bela na Bolívia, na confluência dos rios Beni e Mamoré,

Convém esclarecer que o edital permitia apenas a concorrência de empresas brasileiras, e que embora o vencedor da licitação tenha sido o engenheiro Joaquim Catramby, este fora usado como testa de ferro de Percival Farquhar.

A empresa americana May, Jekil & Randolph foi encarregada da sua execução, iniciada em 1907. A Madeira Mamoré Railway Co., fundada em 02/08/1907 em Portland (EUA), pertencente a Farquhar concluiu a obra em 01/08/1912, a custo de centenas de mortes na região. A maioria era de brasileiros, o restante procedia da Espanha, Barbados, Trinidad, Jamaica, Panamá e Colômbia e em menor escala, da Itália, França, Índia, Hungria, Polônia, Dinamarca e Grécia.

A Estrada de Ferro alcançou o auge do período da borracha, porém em 30 de junho de 1931, devido a prejuízos causados pelo declínio do comércio da borracha e a ausência de novos produtos a transportar, a Madeira-Mamoré Railway Company paralisou o tráfego. Decorridos dez dias de prazo contratual, sem que a Companhia retomasse as operações, em 10 de julho de 1931, através do Decreto nº 20.200, o Governo Federal assumiu o controle da Estrada de Ferro e passou a administrá-la. Durante todo o período de operações a ferrovia operou com prejuízos. Em 01 de julho de 1972, após a conclusão da ligação rodoviária entre Porto Velho e Guajará-Mirim, a ferrovia foi finalmente desativada.

Várias comunidades, entre elas Porto Velho, foram se formando ao longo da ferrovia e dão a atual dinâmica de Rondônia.

Outro fator que influenciou também o crescimento da região, foi a linha telegráfica. Conforme Andrade (2001, p.27):

A Comissão Construtora das Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas comandada por Cândido Mariano da Silva Rondon, trabalha paralelamente à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que tinha por objetivo ligar por fios os territórios do Amazonas ao Mato Grosso e completar o trecho Cuiabá-Rio de Janeiro.

A Comissão realizou o reconhecimento da fronteira, realizou pesquisas minerais e de solo, fez levantamento geográfico e realizou o reconhecimento de comunidades indígenas.

Iniciou suas atividades em 02 de setembro de 1907, partindo da cidade de Cuiabá, e em 1915 concluía suas atividades inaugurando a linha telegráfica que unia Cuiabá a Santo Antônio, nas margens do rio Madeira. Nesse período, a linha telegráfica já estava tecnologicamente atrasada, pois o rádio já era utilizado como meio de comunicação.

A instalação desta linha de 1907 até 1915 é marcada por sacrifícios humanos, presos políticos, trabalhadores comuns e índios que eram forçados a trabalhar abrindo picadas no meio da mata. Homens que recebiam tratamentos duros, os que não agüentavam o ritmo eram açoitados e os que adoeciam e não tinham condições de enfrentar a jornada de trabalho, eram deixados no caminho, para que não ficasse prejudicado o andamento da expedição. O traçado da linha telegráfica serviu, no entanto, para a orientação dos seringueiros, surgimento de vilas e cidades como Vilhena, Pimenta-Bueno, Ji-Paraná, Jarú e Ariquemes, além de ter sido utilizados como parâmetro para a construção da rodovia Cuiabá-Porto Velho.

De acordo com Andrade (2001), de 1920 a 1940, a região amazônica não teria recebido grandes investimentos, a economia girou em torno da subsistência e 3/4 da população se concentrava no Pará, vivendo na zona rural.

Em 1927, Henry Ford consegue terras do governo brasileiro, para plantar seringueiras e poder competir com a borracha da Malásia, mas seu projeto não deu certo tanto pela falta de tecnologias adequadas, como pelas condições climáticas, o que fez com que Ford devolvesse a concessão dessas terras ao governo Brasileiro em 1945, conforme capítulo anterior .

Em 1943, Getúlio Vargas cria o Território Federal do Guaporé, em terras desmembradas dos Estados do Mato Grosso e do Amazonas. Foram criadas também as cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, com o intuito de dar suporte aos seringalistas, a fim de introduzir mercadorias nos seringais e dar melhores condições para o escoamento da produção borracheira. Não nos esqueçamos que um ano antes, em 1942, uma enorme quantidade de nordestinos, os chamados Soldados da Borracha, haviam chegado à Amazônia, atraídos pela política Getulista, no período que ficou conhecido como Batalha da Borracha (1942-1945), daí a criação do Território Federal do Guaporé e a necessidade de dar suporte aos seringalistas.

A formação cultural da cidade de Porto Velho, no entanto, segundo Andrade (2001, p.31-32) esteve desde o início relacionada à Ferrovia Madeira-Mamoré (1907-1912):

[...] Os trabalhadores que vieram trabalhar na construção dessa ferrovia estavam passando necessidades ocasionadas pelo desemprego em seus países; nos Estados Unidos, as construções ferroviárias haviam sido paralisadas; no Caribe, os antilhanos de Barbado estavam saindo do processo de independência com a Inglaterra, o que proporcionou a falta de apoio econômico àquele país. A Inglaterra, por sua vez, com o controle do poder econômico e tecnológico, busca o controle estratégico visando à hegemonia e monopólio de seu capital.

Finda a 2ª Guerra Mundial, os seringueiros, a exemplo do que aconteceu nos outros Estados, como no Acre, foram esquecidos nas matas. E ainda continuaram sob o jugo do patrão. Somente depois em 1983 é que começam a mobilizar-se em torno da defesa da terra e de seus direitos, no caso dos Soldados da Borracha.

Até o final da década de 50, as regiões Norte e Centro-Oeste estavam articuladas pelo extrativismo vegetal e pela mineração.

Sobre a mineração vale ressaltar que a primeira ocorrência de ouro na Amazônia data de 1612, na região do rio Gurupi, no Maranhão. A exploração era conduzida por jesuítas que utilizavam mão-de-obra escrava. Depois ocorreram descobertas em Goiás e Mato Grosso. No

fim do século XVIII a decadência atinge as regiões mineradoras e a atividade se torna esporádica e de pequenas proporções voltando ao auge em 1952 (LOURENÇO, 1989). Mesmo a região de Rondônia começa a ser ocupada a partir do século XVII, devido principalmente à procura de ouro. As primeiras jazidas descobertas teriam sido no rio Caxipó-Mirim, afluente do rio Cuiabá, em 1718, fato que atraiu muitas pessoas que sem conhecer a região arriscavam-se a enfrentá-la, o que causou muitas mortes por doenças, fome, alagações e conflitos com os índios (ANDRADE, 2001).

Em 1952, ocorre a descoberta de cassiterita na região do Território Federal do Guaporé (que mais tarde passou a ser Rondônia) e o governo tem seu interesse despertado e passa a explorar a região em 1959. O problema é que as jazidas, embora ricas, localizavam-se distantes dos centros de beneficiamento e estavam isoladas na floresta. O transporte até Porto Velho era feito apenas por pequenos aviões. Até a década de sessenta a garimpagem da cassiterita era feita de forma manual. O governo proíbe esta prática através da Portaria Ministerial de nº 95, de 31 de Março de 1970, com a alegação de ser essa prática antieconômica e predatória. Os trabalhadores revoltados fizeram vários atos públicos e passeatas em Porto Velho, mas foram reprimidos com a polícia e jato de água pelo governo.

Os garimpeiros que continuaram na região ficaram como requeiros (trabalhadores manuais que catavam a cassiterita que as máquinas de estanho não conseguiam pegar e que vendiam suas produções às cooperativas). Outros eram incentivados pelo governo a ir extrair ouro no rio Madeira no final da década de setenta. A exploração de ouro e o medo de que a Coroa Espanhola invadisse a região fez com que fosse estimulada a construção de vilas e fortificações nas regiões dos Vales do Guaporé e do Madeira, como Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada em 19 de Março de 1972. A mão-de-obra utilizada nessas fortificações, a exemplo da garimpagem, era de negros e índios (ANDRADE, 2001).

A partir de 1964, depois do Golpe Militar, a ocupação da Amazônia torna-se prioridade nacional, é quando a doutrina de segurança nacional torna necessária a implantação de um projeto de modernização nacional, acelerando radicalmente a reestruturação do país, incluindo a redistribuição da mão-de-obra dentro do território nacional (BECKER,1998).

O fato é que por parte do governo, havia forte interesse em fortalecer as fronteiras, para integrar a Amazônia ao restante do território federal, predominava a idéia de *integrar para não entregar*.

Ainda na década de sessenta Juscelino Kubitschek impulsionava a criação da rodovia que liga Cuiabá a Porto Velho (antes BR-29, hoje BR-364) e da Belém-Brasília.

A criação da Rodovia Cuiabá-Porto Velho, possibilitou a implantação do projeto de colonização organizada pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária).

Entre 1970 e 80 houve grande aumento dos estabelecimentos agrícolas de Rondônia, sobre a responsabilidade do INCRA, muitas pessoas migraram para a região em busca de lotes.

Em 1971, o governo através do INCRA, possibilita à iniciativa privada, a implantação de projetos de colonização em áreas consideradas prioritárias para a reforma agrária e em terras devolutas da União na Amazônia.

O processo de ocupação agrícola do estado de Rondônia nos anos 70 foi executado pelo INCRA, inicialmente através de Projetos Integrados de Colonização (PIC) e dos Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), e também dos projetos fundiários, criados para que a ocupação de Rondônia fosse feita de forma mais organizada.

Os PIC concediam aos colonos lotes de 50 a 100 hectares, com assistência técnica rural, além de abertura de estradas vicinais e coletoras; os PAD concediam lotes de 100 a 250 hectares, caracterizavam-se pela interferência parcial do governo e contemplavam pequenos e médios empresários rurais. Além desses projetos de assentamento e colonização, foram

criados pelo INCRA quatro projetos fundiários (Alto Madeira, com sede em Porto Velho; Jaru-Ouro Preto, com sede na então vila de Rondônia, atual Ji-Paraná; Corumbiara, com sede em Pimenta-Bueno e Projeto Fundiário Guajará-Mirim, com sede no próprio município), onde foram desenvolvidas ações de regularização fundiária e de ordenação da ocupação espontânea que vinha ocorrendo em áreas não incluídas nos PAD e nos PIC.

Se tivermos em mente esses projetos que concediam a posse individual, no que diz respeito à questão ambiental, o desmatamento foi algo bastante visível, as terras ocupadas nestes projetos foram desmatadas (através da derrubada e queima da mata) para que houvesse a agricultura, condição exigida pelo INCRA para a fixação dessas pessoas nos lotes.

Assim poderíamos imaginar que se certas áreas não fossem destinadas à preservação a questão do desmatamento no Estado de Rondônia hoje, estaria bem pior, o que torna as unidades de conservação seja de uso direto ou indireto uma boa alternativa para esse modelo de desenvolvimento baseado prioritariamente na agricultura.

Além do mais o Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil POLONOROESTE (1979- 1985), aplicado no Estado não incluía ações ambientais. Lembrando que as preocupações em torno de problemas ambientais, já vinham da Conferência de Estocolmo em 1972. O POLONOROESTE fracassou, entre as muitas razões: por não proteger o meio ambiente, nem as terras indígenas, porque muitos colonos assentaram-se em áreas de solo pobre e inapto para a agricultura, e em muitos casos, devido as péssimas condições de saúde e educação, falta de assistência, falta de acesso a crédito, e sem condições para escoamento da produção muitos abandonaram ou venderam sua terra e foram para as cidades ou para outros estados, como o Acre (ARNT;SCHWARTZMAN,1989). Fatos somados que deram origem, alguns anos mais tarde ao PLANAFORO, que discutiremos mais adiante.

Em 1981, foi criado o Estado de Rondônia, pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro, ocupando 2,3 milhões de hectares. Antes essa região fazia parte do território do Mato Grosso. Depois foi demarcada em 1943, como Território Federal do Guaporé, depois passou ser o Território Federal de Rondônia em homenagem ao Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, em 1956, até finalmente tornar-se um Estado em 1981, quando uma nova divisão faz com que incorpore parte do Estado do Amazonas.

O Estado de Rondônia tem uma dinâmica de desenvolvimento muito particular. Ali as populações, índios, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, mineradores, posseiros, grileiros, pequenos e grandes proprietários, foram construindo suas identidades num cenário marcado por conflitos. Por isso é necessário um estudo da história do local para compreendermos um pouco a realidade da região e da trajetória daqueles que são também sujeitos desta história e objetivo de nosso estudo, os seringueiros.

O Banco Central que também estaria comprometido com o novo modelo que aliaría desenvolvimento e sustentabilidade passa na década de 80 a promover assentamentos para pequenos e médios agricultores.

De 1984 a 1986, depois de asfaltada a BR-364 entraram em Rondônia cerca de 160 mil migrantes por ano. A área desmatada, cerca de 3% do Estado em 1980 subiu para 17% em 1987 (ARNT; SCHWARTZMAN,1989).

O Estado, no entanto, segundo Andrade (2001, p.42) não ofereceu a estrutura adequada para esses assentados, o que gerou: “evasão do campo para a cidade, invasões em terras indígenas e em Unidades de Conservação, queimadas desordenadas” e fez com que o próprio Banco procurasse estratégias para ordenar o Estado de Rondônia, através de um Zoneamento Sócio-econômico-ecológico, que possibilitasse “a racionalidade tanto da ocupação humana como da proteção ambiental, criando Unidades de Conservação de Uso Direto e Indireto”.

Houve intenso aumento populacional, no período que vai de 1970 a 1990, conforme podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 1. Rondônia: Evolução da População: 1970-2000- Fonte: RONDÔNIA/PLANAFORO (2000) / IBGE (2000).

Ano	População Total
1970	110.000
1980	503.000
1990	1.130.000
1999	1.350.000
2000	1.379.787

Como pudemos notar a população passou de 110.000 habitantes em 1970 (início do processo de migração/colonização) para 503.000 em 1980, e para 1.130.000 em 1990. A taxa de crescimento teria atingido 16,3% a a., contra 5,02% na Região Norte e 2,8% no Brasil. Na década de 80 teria crescido 7,9% a.a., contra 5,19% da Região Norte e 1,93% do Brasil (RONDÔNIA/PLANAFORO, 2000).

No início dos anos 90 surge uma tendência de acomodação da taxa de crescimento populacional do Estado, mas mesmo assim mantém-se um crescimento regional e nacional, maior no estado e a população chega ao final de 1999 a 1.350.000 habitantes. No ano 2000, essa população já chega a 1.379.787 habitantes, sendo que 884.523 estão na área urbana e 495.264 na rural (IBGE). No ano de 2002, Rondônia já contaria com 110.000 propriedades rurais, sendo que 95% de pequenos agricultores. Além do mais em 1970, havia dois municípios, e em 2002 contavam-se 52, todos interligados por estradas pavimentadas, todos

interligados à BR-364, que une Rondônia às Regiões Centro-Sul, Sul, Sudeste e Nordeste do país, além de outros estados da Região Norte (RONDÔNIA/PLANAFORO, 2000).

É importante salientarmos que essa forma de colonização gera o processo de desmatamento do Estado, causado muitas vezes pela necessidade de sobrevivência das famílias que vinham principalmente do sul e do nordeste. Assim houve um intenso avanço sobre as áreas florestais, muitas transformadas em áreas agrícolas ou de pastagens. Áreas essas, que muitas vezes, já contavam com a presença de seringueiros.

Em Rondônia, diferentemente do Acre, até 1988, a maioria dos seringueiros desconhecia suas possibilidades de participação na formulação e monitoramento de políticas públicas (CARVALHO,1996). Foi a Igreja Católica, em particular o Bispo D. Geraldo, da Diocese de Guajará-Mirim, o primeiro a promover o primeiro questionamento judicial em 1985, a favor dos seringueiros, para que a taxa de 10%, paga sobre o peso da borracha vendida pelos seringueiros aos seringalistas, fosse retirado. Essa taxa conhecida como tara da borracha acabou sendo retirada por ordem judicial e os seringueiros deixaram de pagá-la. Em Guajará-Mirim não havia até então associação de seringueiros, mas havia desde 1983, a Associação dos Soldados da Borracha e Seringueiros Agroextrativistas de Ariquemes (ASBSAA), cujas bandeiras de luta eram atuar junto ao INCRA para garantir aos seringueiros e soldados da borracha 500 ha (hectares) de terras em área de seringal nativo e também a conquista da aposentadoria dos soldados da borracha, a qual só foi obtida com a Constituição Federal de 1988.

A ASBSAA que promoveu o Primeiro Encontro dos Seringueiros de Rondônia em 1985, com o apoio da Secretaria Estadual de Promoção Social, objetivando preparar um grupo de seringueiros para participar do Primeiro Encontro Nacional de Seringueiros. Foi neste Primeiro Encontro Estadual que se tratou pela primeira vez da figura da reserva extrativista como proposta para a reforma agrária para o seringueiro, a exemplo do que acontecia com a

reserva indígena. Proposta esta que foi encaminhada por Mary Allegretti durante o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros. A partir deste Primeiro Encontro Nacional, novas associações foram se formando no Estado, que resultaram na atual dinâmica de associações em nossos dias (CARVALHO, 1996).

A partir de 1990, são criadas no Estado as reservas extrativistas como resultado do processo de expansão capitalista sobre a região amazônica, que faz com que a população local estando ameaçada tenha de procurar alternativas para sobreviver à chegada de habitantes de outras regiões e também devido ao avanço do movimento ambientalista no Brasil para a região amazônica, principalmente no período posterior à década de 1980, e do encontro desse avanço com pressões dos seringueiros e de organismos internacionais atuantes na região, para que se fizesse alguma coisa em prol da preservação do meio ambiente e também para a melhoria da qualidade de vida das populações locais. Havia uma pressão local, nacional e internacional para que o desenvolvimento econômico fosse feito de um modo que preservasse a floresta e a sustentabilidade do local.

As reservas extrativistas são oriundas de antigos seringais desativados. Muitos patrões falidos após o 2º Ciclo da Borracha haviam abandonado os seringais, outros haviam vendido, outros ainda estavam sendo indenizados pelo INCRA, que estava fazendo o loteamento das áreas. O seringueiro ficou esquecido nessas transações. As reservas extrativistas criadas pretenderam garantir ao seringueiro o direito de continuar vivendo no mesmo espaço.

Assim no período que vai de 1986 a 1995 foram criadas por decreto 19 reservas estaduais, nos meses de julho e setembro de 1995 e o movimento ambientalista de Rondônia passou por três fases características, uma de crítica e denúncia ao processo de degradação do meio ambiente, do início da década de 80 até final de 1991 quando da promulgação da Lei Complementar nº 52/01, de 20 de dezembro de 1991, na qual o Zoneamento Sócio-econômico-ecológico foi legitimado pela Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia;

outra de postura normativa e burocrática em defesa incondicional do Zoneamento legalmente implantado, do início de 1992 até setembro de 1995, quando foram criadas a maioria das reservas estaduais extrativistas; e uma terceira de uma política pragmática de resultados para a implantação das reservas extrativistas, de setembro de 1995 em diante (CARVALHO, 1996).

Com a criação das reservas também surge a idéia do ambientalismo de resultados, para resguardar as conquistas: planos de manejo e utilização, PAIC (Programa de Apoio às Iniciativas Comunitárias) no entorno das Unidades de Conservação, diárias via PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para fiscalização, parcerias e convênios com o Governo (CARVALHO, 1996).

A degradação ambiental, no entanto, continuou crescente e ainda nos dias atuais é causa de preocupações.

De qualquer forma se as reservas estão no centro de vários debates é porque vão ao encontro de tendências dominantes que preconizam a privatização dos recursos naturais, opondo-se a forma geralmente predatória de exploração econômica que se instalou na região amazônica. Constituem locais de experimentação para uma exploração sustentável da floresta. Elas oferecem uma solução fundiária para o seringueiro e um exemplo de manejo e conservação das florestas tropicais. Exemplos não tão numerosos, mas seus ensinamentos não podem ser negligenciados (AUBERTIN, 2000b).

As populações tradicionais têm o direito garantido de forma gratuita e coletivamente sobre a reserva e seu papel é fundamental no gerenciamento das mesmas. Sabemos que nas reservas extrativistas está permitida a exploração regular e a comercialização de alguns produtos naturais, pelas populações tradicionais. Cabe a essas comunidades observarem um plano de manejo estabelecido em associação com o IBAMA.

Quanto ao funcionamento da reserva, é regulado por uma relação contratual entre o poder público e as comunidades reconhecidas como guardiãs de um patrimônio natural (PINTON;ALBERTIN, 2000).

Uma resposta dada pelo Estado, tendo em vista a crescente migração e tentando preservar suas áreas de cobertura natural, teria sido a criação de Unidades de Conservação de Diversos Tipos: o estado detém Unidades de Conservação de uso direto e indireto, das diversas categorias, sendo: Parques, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Florestas Estaduais e Florestas Nacionais, Reservas Indígenas e Reservas Extrativistas (RONDÔNIA/PLANAFORO, 2000)

As Unidades de Conservação estão definidas na Lei Federal nº 9985, de 18 de julho de 2000, de forma resumida podemos definir algumas delas da seguinte maneira:

- Reservas Extrativistas - Áreas Nativas ou parcialmente alteradas, ocupadas por populações de tradição extrativista, que vivem da coleta de seus recursos naturais renováveis, como já comentamos anteriormente,
- Reservas Biológicas - Áreas Públicas que tem como finalidade, a conservação e a proteção integral da fauna e da flora. Só podem ser visitados para fins educativos e científicos.
- Estações Ecológicas - Áreas públicas, representativas de ecossistemas mistos, que estão reservadas para a preservação integral da diversidade biológica e o desenvolvimento de pesquisas científicas. A visitação não é permitida, a não ser com fins educacionais, desde que previamente autorizada, de acordo com o regulamento específico de cada área.
- Florestas Nacionais ou Estaduais- São áreas de posse e de domínio públicos, com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas. Tem como objetivo o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica. É permitida

a permanência de populações tradicionais que a habitavam desde sua criação. A visitação pública e a pesquisa são permitidas, desde que autorizada pelo órgão responsável por sua administração.

- Parques Nacionais - Destinados à preservação da fauna e da flora e da beleza natural. São públicos e podem ser usados para fins recreativos, educacionais e científicos e de turismo ecológico.
- Áreas de Proteção Ambiental - Áreas de domínio público ou privado, em geral extensas, sujeitas à ocupação controlada e à exploração orientada de seus recursos naturais, de modo a preservar o patrimônio natural e as condições ambientais.
- Áreas de Relevante Interesse Ecológico – Constituídas de terras públicas ou privadas, abrigam características naturais extraordinárias, como animais e vegetais raros. Em geral, possuem pequena extensão com pouca ou nenhuma ocupação humana.

2.2.2. Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico

O Zoneamento Sócio-econômico-ecológico de Rondônia (RONDÔNIA/PLANAFORO, 2000) é resultado das preocupações do governo de Rondônia com fatos que projetavam o Estado como “Algoz da Amazônia”, conforme palavras do governador do Estado, o Sr. José de Abreu Bianco, na apresentação dos resultados do referido Zoneamento. Essa projeção se devia principalmente ao fato de que o processo de desenvolvimento no Estado ocorria de forma predatória. Segundo o governador:

Havia, é claro, bastante exagero, como fica largamente provado hoje. Mas de qualquer forma, tanto Rondônia, se preocupava com as críticas quanto, mais ainda, se esforçava em busca de soluções para racionalizar a ocupação de suas terras virgens, sobrevivendo à torrente dos “Sem Terra” das décadas de 70 e 80. Um longo e penoso processo de crise teve início, palmilhado passo a passo por todos os que queriam ver o Estado no rumo certo de desenvolvimento em equilíbrio para os seus e seus descendentes.(p.1)

A crítica do governador se deve à atuação do governo federal na década de 70, estimulando as populações oriundas do Sul e Sudeste, principalmente do meio rural, a migrar para o então Território Federal de Rondônia. Isso aconteceu em parte com o objetivo de minimizar as pressões de terra nos estados mais desenvolvidos, quer devido à demanda por reforma agrária, quer pela intensificação da tecnologia e conseqüente expulsão da mão-de-obra e do pequeno produtor do campo.

Devido ao despertar de uma consciência ecológica iniciando a nível mundial, principalmente após a Conferência de Estocolmo em 1972, e como essa população estivesse acostumada a outras formas de avanço sobre o meio ambiente, já que sua cultura não era a da atividade extrativa, mas predominantemente a da agricultura e da pecuária, para as quais se fazia necessária a derrubada da mata visando a abertura de novas áreas, e como essa população viesse ávida por enriquecimento rápido, obtido a época principalmente pela venda

da madeira, não tardou para que a imprensa e o movimento ecológico então iniciante no Brasil se voltassem para a Amazônia, enquanto território guardião de rica fauna e flora e portanto, que devia ser preservado, e começassem a haver sérias críticas à atuação do governo, então federal, na região.

Quando o Território Federal de Rondônia transformou-se em Estado, em 1981, o governo de alguma forma já tinha consciência dessas divergências, mas o desmatamento continuava já que era tido como indispensável à sobrevivência dos novos ocupantes.

Em 1988, o governo federal lançou o Programa Nossa Natureza, como resposta às pressões nacionais e internacionais, devido ao rápido desmatamento da região Norte. O objetivo era um ordenamento territorial, visando uma nova sistemática de ocupação, capaz de manter a preservação e o desenvolvimento econômico da região ao mesmo tempo. O Estado por sua vez, no mesmo ano concluiu uma proposta em que trabalhava desde 1986, e apresenta através de Decreto Estadual a 1ª proposta de um Zoneamento Sócioeconômico-Ecológico.

Em 1990, o governo Federal adota a idéia de Zoneamento Econômico-Ecológico, criando em setembro desse ano, a “Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico Nacional”, sendo designada a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAEPR, como entidade coordenadora dos trabalhos de Zoneamento Nacional. Foi quando a Amazônia Legal foi definida como área prioritária. Quanto ao Estado apresentou no mesmo ano, o Plano Agropecuário Florestal de Rondônia - PLANAFORO, que tinha entre suas prioridades o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico a um custo de U\$ 20 milhões e a demarcação de todas as Unidades de Conservação, a custo de U\$ 11 milhões.

Vale ressaltar que o PLANAFORO veio substituindo o POLONOROESTE- Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste Brasileiro, que também teve financiamento do Banco Mundial, e que teve início em 1979, estando diretamente relacionado à pavimentação da rodovia Cuiabá-Porto Velho. O projeto deveria ter sido acompanhado de uma ocupação

ordenada na região de influência da BR 364, mas com o intenso processo migratório nas décadas de 70 e 80 e o desmatamento acelerado, mesmo com o financiamento do Banco Central a infra-estrutura, “ou a falta dela”, era inadequada para os projetos de assentamento, principalmente no que se refere à falta de escoamento da produção agrícola, à saúde e à educação, o que impediria a permanência dos trabalhadores no campo. O POLONOROESTE teria contado, com um orçamento inicial estimado em U\$1,55 bilhões, dos quais 50% foram destinados ao setor de transportes. Os componentes ambiental e indígena teriam recebido 2,5% e 1,4% respectivamente. Até 1984, o Banco teria aprovado seis empréstimos de U\$443,4 milhões (ANDRADE, 2001).

No que diz respeito à aprovação do empréstimo para o PLANAFORO, após negociações com o Governo Federal e com o Banco Mundial, e aprovação pelo Senado da República, foi feito o contrato de empréstimo em setembro de 1992, tendo como mutuário a União e como executores o Ministério do Planejamento e o Estado de Rondônia.

Segundo Andrade (2001, p.53), o PLANAFORO contou com um orçamento de U\$228,9 milhões, dos quais U\$167 milhões eram oriundos de empréstimo do Banco Mundial e o restante 61,9% financiado pelos governos federal e estadual. Os principais beneficiários seriam 52.000 famílias de pequenos agricultores de baixa renda, 5000 a 6000 índios, 2400 famílias de seringueiros, 900 famílias de pescadores e outros habitantes ribeirinhos.

Os trabalhos técnicos demandaram mais quatro anos, sendo acompanhados pelos citados órgãos, pelo Ministério da Integração Nacional e por ONGs de Rondônia, e antes de sua aprovação passado por dez audiências públicas e doze oficinas de discussão, com participação de mais de mil e quinhentos cidadãos, ONGs, Ministério Público, deputados, prefeitos e vereadores, o que ainda gerou pequenos ajustes.

Concluídos os trabalhos do PLANARORO, o resultado final foi apresentado à Comissão Estadual de Zoneamento, organismo paritário composto por 22 membros, onde

organismos públicos e entidades da sociedade civil organizada têm assento, e aprovado por unanimidade. Transformando-se na Lei de Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Rondônia -ZSEE. Este zoneamento levava em conta as especificidades geográficas do Estado e também suas peculiaridades sócio-econômicas. Propunha também, que fosse preservado um total de 70% do território, com cobertura vegetal natural (RONDÔNIA/PLANAFORO, 2000).

O Zoneamento é um instrumento que tem por objetivo a divisão de uma unidade geográfica em áreas homogêneas visando ordenar a ocupação desse espaço territorial e indicar políticas públicas e ações governamentais adequadas. Ao ser aplicado sobre uma realidade inamovível tratou-se de salvaguardar dentro dessa mesma realidade, o ordenamento territorial, a exploração e o manejo sustentado e recuperação e proteção ambientais. Levou-se em conta a idéia de proteção por propriedade e o preceito de preservação global, sem deixar de considerar que em determinada região do Estado, ao longo da BR 364, a manutenção dos 50% da cobertura vegetal se mostrou irreal diante do avanço das áreas cultivadas. Entre as peculiaridades de Rondônia, em relação ao restante da região Norte, segundo estudos da EMBRAPA que foram complementados pelo ZSEE, mais de 80% da área total se presta para atividades agrosilvopastoris. Consta que 25% da área do Estado é constituída por solos de média e alta fertilidades e sem qualquer limitação de uso, 15% por solos de média fertilidade que, em alguns casos, demonstram ligeira limitação de uso quanto à erosão e 38% por solos aptos, porém com limitação quanto à fertilidade natural, exigindo correção e fertilização. Somem-se a estes valores mais 6% da área total do Estado aptos para pastagens cultivadas e para a silvicultura (RONDÔNIA/PLANAFORO, 2000).

O zoneamento foi feito de forma que foram criadas três zonas de ordenamento territorial e direcionamento de políticas públicas do estado, sendo: zona 1, reservada às áreas de usos agropecuários ; a zona 2, às áreas de Usos Especiais; zona 3, às áreas institucionais.

Interessa-nos neste trabalho a posição ocupada pelas áreas de reserva extrativista. Dentro do ZSEE, as resex estão incluídas na zona 3, assim definida, pela Lei Complementar 233, de 06 de junho de 2.000, seção 1, art. 9º:

A zona 3 é composta de áreas institucionais, constituídas por aquelas protegidas de uso restrito e controlado, previstas em lei e instituídas pela União, Estado e Municípios, abrangendo 83.367,90Km², equivalentes a 34,95% da área total do Estado.

Consta ainda na Lei Complementar 233, que a Zona 3 é dividida em 3 subzonas: 3.1, 3.2 e 3.3. Sendo assim:

Art. 21º - A Subzona 3.1, composta de áreas constituídas pelas Unidades de Conservação de Uso Direto, abrange 18.081,29Km², equivalentes à 7,58% da área total do Estado.

§ único- A Subzona 3.1 obedecerá à seguinte diretriz:

I – a utilização dos recursos ambientais obedecerá aos planos e diretrizes específicas das unidades instituídas, tais como: Florestas Estaduais de rendimento Sustentado, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e outras categorias estabelecidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Quanto às outras subzonas, temos a 3.2 tratando das Unidades de Conservação de Uso Indireto: Estações Ecológicas, Parques e Reservas Biológicas, Patrimônio Espeleológico, Reservas Particulares do Patrimônio Natural e outras categorias estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, abrangendo um total de 23.752,50 Km², ou 9,96% do Estado; temos também a subzona 3.3 tratando das reservas indígenas, um total de 1.534,11Km² ou 17,41% da área total do Estado.

Conforme observamos o governo do Estado ao estabelecer o zoneamento, delinea quais os espaços deverão ser preservados no Estado, estando os outros espaços, podemos dizer, livres para outros usos. Estes espaços destinados ao zoneamento, ao contrário, terão regras próprias, a serem obedecidas, de acordo com o tipo de Unidade de Conservação adotado.

Capítulo III: Perspectivas para o extrativismo em Rondônia

3.1. Gestão das reservas extrativistas do Estado

O extrativismo na região amazônica está longe de ser uma atividade ultrapassada, uma vez que ainda é responsável pelo sustento de grande parte da população local, segundo Carneiro Filho (2000):

Atualmente em toda a Amazônia brasileira, cerca de trezentas mil famílias declaram praticar o extrativismo como principal atividade, tirando daí o essencial de seus rendimentos. Longe de se limitar a figurar num museu cultural ou nos manuais escolares, o extrativismo esteve sempre presente desde o fim do ciclo da borracha em 1912. Apesar de minguados, a existência de mercados para outros produtos como a castanha-da-amazônia, a sorva, o óleo de copaíba, o pau-rosa e a piaçava, permitiu aos coletores diversificar as espécies exploradas e dessa forma as fontes de recursos. (p.91-92)

No Brasil, segundo dados do IBGE, do biênio 2002/2003, a produção florestal somou em 2002, R\$ 5,697 bilhões, e em 2003, R\$ 8,627 bilhões. Desse total temos:

Tabela 2. Produção Florestal Brasileira – Fonte: IBGE (2002/2003).

Ano	Silvicultura	Extração Vegetal
2002	52%	48%
2003	65%	35%

A silvicultura representa as florestas plantadas, e o extrativismo vegetal as vegetações nativas. Dentro do que compete ao extrativismo vegetal, temos em 2003, uma redução de sua participação em 13%, sendo que do total produzido a maior parte tem origem no extrativismo madeireiro, conforme tabela abaixo:

Tabela 3. Representação da contribuição do extrativismo madeireiro e não madeireiro, dentro do total da produção florestal atingida pelo Extrativismo Vegetal . – Fonte: IBGE: (2002/2003).

Ano	Madeireiro	Não-madeireiro
2002	79%	21%
2003	85%	15%

Ainda não há dados sobre quanto dessa produção provem de reservas extrativistas. As entrevistas em Rondônia demonstraram que ainda é um setor que vem se estruturando, já que até bem pouco tempo a produção era voltada quase que exclusivamente para a subsistência.

A exploração auto-sustentável a conservação dos recursos naturais nas reservas extrativistas é regulada por contrato de concessão real de uso. A exploração dos recursos naturais renováveis pode ser feita de modo sustentável pelas populações tradicionais extrativistas, mediante plano de utilização aprovado pelos órgãos responsáveis. No caso das Reservas Extrativistas Estaduais a SEDAM e o IBAMA e das Reservas Extrativistas Federais o IBAMA.

Segundo a Portaria nº 22-N do IBAMA, de 10 de fevereiro de 1992, o órgão gestor das questões relativas às reservas é o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais- CNPT.

A concessão real de uso é um documento, que através de um ato administrativo entre a SEDAM e as Associações (como entidades representativas dos moradores das reservas), garante a permanência do seringueiro na terra, por período ainda a ser determinado pelo SEDAM, ou por tempo indeterminado.

Para que os seringueiros obtenham o documento é necessário um Termo de Sessão de Uso das terras da União para o estado de Rondônia através de um termo administrativo. Somente aí o Estado, através da SEDAM, pode passar a reserva para a associação.

As reservas extrativistas são Unidades de Conservação de Uso Sustentável, ocupadas tradicionalmente por ribeirinhos e extrativistas (seringueiros etc.), ou seja, por pessoas que ali moram, ou população tradicional, coletores de castanha, resinas, látex e outros produtos, sem derrubar a floresta. Segundo Fearnside (1992, p.15) “os extrativistas _ principalmente os seringueiros - têm morado na floresta e coletado esses produtos desde o boom da borracha, no final do século XIX”.

Para a implementação das Unidades de Conservação no Estado, algumas iniciativas são essenciais, como por exemplo, apoio de órgãos co-gestores das reservas extrativistas visando a diversificação da produção, ampliando o número de espécies exploradas, sem com isso danificar a capacidade produtiva, adotando sistemas de manejo sustentável³ que favoreçam o desenvolvimento das espécies florestais economicamente úteis e o enriquecimento das florestas, via adensamento destas; a implementação de um programa de pesquisas para modelos alternativos de produção; a melhoria do padrão de qualidade dos produtos extrativos, em todas as fases do processo de produção (RONDÔNIA, 2002).

Tendo em vista a realidade dos seringueiros de Rondônia, antes sob o jugo do patrão alguns grupos de defesa ambiental, pesquisadores de ONGs e associações apoiaram a luta dos seringueiros para permanecer na floresta. Este era um meio para garantir a manutenção da reserva e da qualidade de vida de seus habitantes. Incentivava-se a participação dos moradores na gestão da reserva através principalmente da associação comunitária, para que

³ Manejo Sustentável: Trata-se de fazer a utilização planejada dos recursos de determinado espaço, de forma que o ambiente possa se recuperar para uma nova exploração. Por exemplo, ao se pensar no manejo da madeira, teria que ser demarcada uma área, de acordo com o potencial de crescimento da ou das espécies escolhidas, vamos supor 30 anos, é feita a divisão dessa área em 30 partes (talhões), no primeiro ano são cortadas as árvores maiores, no segundo ano outras árvores já cresceram e são as maiores, serão elas as cortadas, e assim sucessivamente. Após o trigésimo ano, o ciclo poderá ser iniciado novamente, sem prejuízo para a espécie explorada.

administrassem tendo em vista um plano de manejo feito pela própria comunidade e aprovado pelo IBAMA ou SEDAM, incentivava-se ainda atividades econômicas e sócio-culturais que contribuíssem de alguma forma para a melhoria da qualidade de vida das famílias.

Andrade (2001, p.10) afirma que as ONGs podiam ser classificadas em dois grupos: a) **organizações de base**, aquelas que estão mais próximas de suas bases, que têm um papel de representação políticas de seus associados, ou seja, aquelas que têm representação direta em sua categoria e/ou classe social, que mesmo funcionando como uma espécie de federação, suas afiliadas trabalham de forma orgânica e suas ações são deliberadas em suas bases entre seus associados; b) **organizações intermediárias** são aquelas que trabalham desempenhando assessorias diretas às organizações aqui consideradas como de base, executando ações conjuntas na elaboração e execução de projetos, de acordo com as necessidades exigidas por cada projeto.

O autor reconhece como organizações de base em Rondônia, a OSR - Organização dos Seringueiros de Rondônia e a CUNPIR - Coordenação da União das Nações Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas, e como organizações intermediárias a Ecoporé- Ação Ecológica do Vale do Guaporé – que atua através da assessoria em projetos de ecoturismo, manejo florestal e educação ambiental, inclusive com a OSR.

Antes da OSR, até a década de 80, as ONGS de Rondônia mantinham um caráter nacional ligado à igreja católica, por causa de conflitos rurais e da questão indígena regional. Existiam associações de soldados da borracha – soldados enviados pelo exército para a extrair borracha na região, durante a 2ª Guerra Mundial - mas tinham caráter assistencialista, tão logo estes se aposentavam a associação era desfeita (ANDRADE, 2001).

A OSR- Organização dos Seringueiros de Rondônia, foi criada em dezembro 1990, na cidade de Guajará-Mirim, devido principalmente ao processo de organização dos seringueiros em associações. Foi criada durante o II Encontro de Índios, Seringueiros e Ambientalistas em

Guajará-Mirim, de 07 a 09 de dezembro de 1990, tratando sobre os limites das áreas indígenas e reservas extrativistas e áreas limítrofes de Rondônia e sobre a comercialização. O encontro foi patrocinado pelo IAMA (1ª entidade ambientalista a se estabelecer em Rondônia), com recursos oriundos de projeto financiado pela WWF. Desde então a OSR vem intervindo na geração de políticas públicas relacionadas com os extrativistas em nível estadual, o objetivo seria a implantação de melhorias nas comunidades junto com as associações. A OSR atua na conservação de reservas extrativistas, implementando iniciativas que visam o desenvolvimento sustentável, socialmente justo, respeitando diferenças de gênero, raça e religião. Atualmente a OSR está sediada na capital do Estado de Rondônia em Porto Velho, e agrega as associações dos seringueiros do Estado.

A OSR se auto define como uma organização sem fins lucrativos de âmbito estadual, formada por extrativistas (seringueiros, castanheiros, copaibeiros, ribeirinhos) organizados em núcleos, associações e cooperativa de seringueiros e/ou soldados da borracha, nos municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim, Machadinho do Oeste e Costa Marques. Seu objetivo é apoiar a auto-organização dos extrativistas e a criação das reservas extrativistas, defendendo por todos os meios possíveis as áreas de floresta nativa onde existam seringueiras, castanheiras, copaibeiras, açaí, buriti, etc (OSR, 2005).

A criação da OSR, traz à tona de forma mais organizada as já antigas reivindicações dos seringueiros, por exemplo, a defesa de suas terras, em função do processo de ocupação desorganizada do Estado, principalmente através do Projeto de Colonização imposto pelo governo federal, e levado adiante pelo INCRA; outra antiga reivindicação era o direito de aposentadoria dos soldados da borracha, com base em compromisso firmado pelo Ministério da Guerra durante a 2.ª Guerra Mundial com os nordestinos recrutados e trazidos para a Amazônia, para trabalhar nos seringais no chamado esforço de guerra, já que após a guerra aqueles que conseguiram sobreviver permaneceram nos seringais, segundo o Diagnóstico das

Unidades de Conservação Estadual (RONDÔNIA, 2002, p.44) “reabrindo os seringais numa relação de trabalho autônomo, desvinculado do jugo do patrão” (o que não é bem verdade, já que o regime de patronato continuou existindo por muitos anos depois da Guerra); a aposentadoria das mulheres extrativistas, é outra reivindicação.

O fato é que a criação e o fortalecimento da OSR, fizeram com que as associações de seringueiros também ficassem fortalecidas, através da valorização continuada da participação dos seringueiros; através do incentivo à criação das associações e também por estar buscando novas alternativas para a geração de renda.

Cabe lembrar que as comunidades ainda têm dificuldades para se organizar em associações ou cooperativas. Isso se deve, muitas vezes, à falta de escolaridade (muitos são analfabetos), mas também devido às longas distâncias e talvez ainda a pouca ou nenhuma compreensão global do movimento extrativista.

Deve-se à OSR projetos de Ecoturismo, de Manejo Florestal com base de sustentação comunitária, as experiências para confecção de couro vegetal, entre outros e também a criação da Cooperativa dos Seringueiros Extrativistas de Rondônia, cuja finalidade é a comercialização dos produtos extraídos da floresta (ANDRADE, 2001).

As associações existentes que tem parceria com a OSR e que servem de base à mesma são as seguintes, de acordo com Damasceno e Oliveira (2005, p.01):

- PRIMAVERA- Associação de Seringueiros do Rio Pacaás Novos e Barreiro das Antas, com sede em Guajará-Mirim, atua nas reservas do Rio Pacaás Novos e Barreiro das Antas;
- AGUAPÉ- Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé, com sede em Costa Marques e atuação nas reservas extrativistas das Pedras Negras, Curralinho e Rio Cautário e Cautário II;

- ASM- Associação de Seringueiros de Machadinho D'Oeste, com sede em Machadinho D'Oeste, atuando nas reservas: Angelim, Castanheira, Feijó, Garrote, Ipê, Jatobá, Massaranduba, Mogno, Piquiá, Roxinho, Seringueira e Sucupira.
- ASAEX- Associação dos Seringueiros do Baixo Rio Ouro Preto, com sede em Guajará-Mirim, atua na resex Rio Ouro Preto
- ASROP- Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, com sede em Guajará-Mirim, atua na Resex Rio Ouro Preto;
- BENTIVI- Associação dos Seringueiros e moradores da Reserva Jaci Paraná, Localizada em Porto Velho (distrito de Jaci Paraná), atua na resex Rio Jaci Paraná.
- ASVA- Associação de Seringueiros do Vale do Anari, com sede no Vale do Anari e atuação nas reservas Aquariquara e Itaúba.
- ASMOREMA- Associação dos Seringueiros e Moradores da Reserva Rio Preto Jacundá Tabajara, com sede em Machadinho D'Oeste, atua na reserva Maracatiara.
- ASMOREX- Associação dos Seringueiros e Moradores da Reserva Rio Preto Jacundá Tabajara, com sede no Vale do Anari, atua na resex Rio Preto Jacundá.

Existe ainda ASMUCUN (Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Lago do Cuniã, com sede em Porto Velho (no distrito de Cuniã), porém não é filiada à OSR.

O papel das associações é animar os moradores, identificando e consolidando as alternativas econômicas e coordenar ações que de preferência beneficiem a todos.

As reservas extrativistas são organizadas por comunidades. Cada qual tem 02 representantes eleitos em assembléia geral da associação. O tempo do mandato depende da comunidade, sendo que o líder pode ser trocado a qualquer tempo.

Esses representantes têm a função de organizar os moradores, de liderar trabalhos comunitários, manter os moradores informados sobre a associação, sobre o Movimento

Extrativista, mobilizar a comunidade na resolução de conflitos e representá-la nas reuniões de coordenação das associações.

Como existem várias atividades diárias que demandam a presença das associações no setor das políticas públicas, ambiental, defesa das reservas, alternativas econômicas e regularização fundiária, entre outras, as duas lideranças por associação devem estar disponíveis em tempo integral, o que dificulta muito o trabalho de consolidação das reservas extrativistas, já que é difícil manter (inclusive financeiramente) esse quadro mínimo de pessoal.

Vale ressaltar a importância das associações, no sentido de que suas ações sejam também no sentido de cobrar do Estado políticas públicas que de alguma forma melhorem a situação das reservas e seus moradores. Trata-se de realizar uma pressão para que os órgãos públicos, como o IBAMA e a SEDAM, funcionem de acordo com o esperado deles e trata-se ainda de que haja uma maior rapidez nas questões jurídicas, de saúde, de educação, que envolvem a reserva.

Além das associações, o Movimento dos Seringueiros de Rondônia chegou a organizar duas cooperativas de seringueiros e uma usina de beneficiamento de borracha.

A COOSERON - Cooperativa dos Seringueiros Extrativistas de Rondônia com sede em Porto Velho, buscava viabilizar a comercialização de produtos extrativistas, como borracha, castanha, óleo de copaíba, tecido da floresta, farinha de babaçu, madeira provinda do manejo florestal e gerenciar o projeto de Ecoturismo. Ao mesmo tempo permitiria uma maior sincronia entre a OSR, as associações, e a própria cooperativa, para que a inserção desta última no mercado fosse feita de forma organizada e competitiva.

A COOPFLORA - que é uma cooperativa dos seringueiros que atua na produção do tecido da floresta, feito a partir do algodão cru que passa por um banho de látex com corante,

que pode ser utilizado na produção de bolsas e calçados. No Acre o tecido é conhecido como couro vegetal (DANIEL, 2005).

A Usina de beneficiamento de Borracha Natural de Porto Velho foi criada após muita reivindicação, com recursos repassados através da Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha- TORMB, imposto criado pelo governo federal referente à importação de produtos sintéticos, que seria destinado ao incentivo do setor extrativista (ANDRADE, 2001). Vale ressaltar sobre a usina que o preço da borracha não era estimulante e as técnicas de extração são rudimentares. Kornexl (1998), do CNPT, já indicava quanto à viabilidade da usina que a tarefa mais complicada para os seringueiros seria a organização da compra da borracha de maneira eficiente, garantindo um fornecimento constante da borracha e um uso racional dos veículos de transporte, para que houvesse uma minimização dos custos. De fato os seringueiros não atingiram seus objetivos e a usina não está em funcionamento desde 2003.

As cooperativas permitem que o dinheiro adquirido não caia nas mãos de intermediários.

Há ainda outras iniciativas no sentido de incentivar a organização das mulheres seringueiras. Em 1994, foi realizado o I Encontro das Mulheres seringueiras. Em Abril de 1996, ocorreu o 1º Encontro de Mulheres Extrativistas, que entre outras coisas discute a questão da aposentadoria dessas mulheres. Em 1998, foi criada dentro da diretoria da OSR a Secretaria da Mulher, que desenvolve diversas atividades, dentre as quais a Campanha das Mulheres Extrativistas pelo direito à Previdência Social (OSR, 2005).

Segundo Florence Pinton e Catherine Aubertin (2000, p. 157):

(...) Seria, pois, injusto fazer que os coletores carreguem a responsabilidade pela proteção da floresta e esquecer a dos órgãos oficiais encarregados de organizá-la.

A criação de uma reserva não pode ser preconizada de forma independente do contexto regional, pois ela altera totalmente as relações de força, podendo criar novas contradições, sem, para tanto, resolver os tradicionais conflitos de uso e o problema do controle social sobre os recursos. [...] Toda a

dificuldade reside na articulação que deve ser encontrada entre um território a proteger e um município e uma região a desenvolver. Em meio à questão da preservação dos recursos naturais coloca-se também a do nível pertinente do manejo territorial.

A citação das autoras nos serve de alerta, A organização dos povos da floresta, seja através de ONGs, ou de associações, ou quaisquer outros meio, não deve tirar do governo a responsabilidade sobre aquele espaço. Cabe ao governo criar mecanismos, tanto para proteger a floresta quanto para permitir a sobrevivência das populações tradicionais dentro delas, e como esses mecanismos estão previstos em lei, espera-se no mínimo seu cumprimento.

Afinal para avaliar a qualidade de vida de uma população é necessário verificar como ela se articula socialmente, como tem acesso a bens e serviços, suas condições de moradia, alimentação, salários, lazer, relações de vizinhança, ou seja, como é seu acesso aos bens de cidadania (BARBOSA,1995).

Em Rondônia estão localizadas 21 Reservas Extrativistas Estaduais e 04 Reservas Extrativistas Federais. A forma de organização que mais chega até as comunidades extrativistas é a associação, embora a SEDAM (Secretaria do Estado de Desenvolvimento Ambiental) também exista para auxiliar em sua gestão. As reservas estaduais possuem, geralmente, uma associação de seringueiros ligada à OSR (Organização dos Seringueiros de Rondônia).

Interrogado sobre a viabilidade do modelo de reserva extrativista para o seringueiro em Rondônia, Celso Franco Damasceno, que foi assessor de políticas públicas da OSR de Agosto de 1996 até abril de 2005, assim respondeu:

Como política pública, aqui em Rondônia, ela não deu certo, porque o Estado de Rondônia, não absorveu a idéia. O Estado simplesmente criou a reserva extrativista.

Mais adiante esclarece:

Praticamente todas as iniciativas feitas dentro das reservas extrativistas foram feitas pela organização dos seringueiros de Rondônia ou por algumas Ongs que trabalham nesse meio relacionado ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Quanto às reservas federais, o CNPT (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais) em Rondônia atua em parceria com organizações não-governamentais e com o setor privado em sua gestão.

Resex do Lago do Cuniã: Localizada em Porto Velho, criada pelo Decreto n.º 3.238 de 10/11/99, com 52.085 ha. Seus habitantes praticam o extrativismo de pescado, a coleta de castanha, açaí e farinha de mandioca.

Resex Rio Ouro Preto: Localizada no município de Guajará-mirim e Vila Nova do Mamoré, criada pelo Decreto n.º 99.166, de 13/03/90, com 204.583 ha. Segundo Carta Aberta dos Seringueiros em 2003, o INCRA e o IBAMA desmembraram 34 mil hectares para o reconhecimento da posse de agricultores familiares e fazendeiros, porém não houve nenhuma aprovação e/ou reconhecimento por parte do Congresso Nacional e do Executivo. Enfrenta problemas com roubo de madeiras (GTA RONDÔNIA, 2005).

Resex Barreiro das Antas e Rio Cautário, localizada no município de Guajará-Mirim, criadas sob decreto não numerado de 07/08/2001, com aproximadamente 107.234 ha.

Resex do Rio Cautário, localizada em Guajará-mirim, criada sob decreto não numerado de 07/08/2001, com aproximadamente 73.817 ha.

As resex Rio Ouro preto, Barreiro das Antas e Cautário, fazem o extrativismo da borracha, da castanha, do açaí, realizam uma agricultura de subsistência e fazem a criação de pequenos animais.

A criação de uma reserva depende de um pedido contendo assinatura dos moradores e de seus órgãos representativos, por exemplo: associações, sindicatos, ONGs, apoio de autoridades locais, prefeito, vereadores, etc. Deverá haver neste pedido, o número de pessoas que moram na área, quantidade de produtos extraídos por ano e por safra, produtos

comercializados e a que preço, limites da reserva, contendo indicação de cidades, rios, além de documento explicando que usam os recursos naturais: óleos, castanha, borracha, peixe, palha, resinas existentes na área.

Cabe ao IBAMA vistoriar a área para complementar as informações obtidas sobre a população tradicional e suas tradições, o uso e a potencialidade dos recursos naturais: ocupação principal da população e fontes de renda, a situação da terra (a quem pertence e como está ocupada), infra-estrutura existente: transporte, educação, saúde, comunicação, habitação, e também sobre a organização social dos moradores. O IBAMA pode ainda acrescentar mapas, desenhos e fotografias. As informações obtidas farão parte do relatório sócio-econômico e do laudo biológico.

Durante o processo de criação das reservas é necessário que os moradores estejam organizados e queiram trabalhar em associações comunitárias, já que é a associação quem receberá a concessão de direito real de uso.

Completadas as informações é formado um processo para a criação da Reserva, que o presidente do IBAMA encaminha ao Ministério do Meio Ambiente, que após análise e aprovação solicita a criação da reserva extrativista à Presidência da República. A Reserva é criada por decreto presidencial, publicado no Diário Oficial da União, a partir de então o IBAMA providenciará a regularização fundiária, que resultará na emissão da posse.

As reservas têm alguns instrumentos de planejamento a serem utilizados. São eles basicamente o Plano de Utilização e o Plano de Desenvolvimento. O Zoneamento também está sendo adotado em algumas reservas.

O Plano de Utilização é um conjunto de normas de uso dos recursos naturais, dentro da reserva, define as atividades ali permitidas, dentro da tradição dos seringueiros e de acordo com a legislação ambiental. É feito pela comunidade que deverá executá-lo. Modificações podem ser feitas se a comunidade assim desejar e se os órgãos responsáveis derem sua

aprovação. Este plano é anexado ao contrato de concessão real de uso, sendo condição essencial para tal, serve como garantia ao Estado, de que o uso dos recursos será feito de forma sustentável. Cada reserva tem seu Plano de Utilização que na maioria dos casos são bem parecidos, contém as regras de uso e os direitos e deveres dos moradores, servindo de guia de como zelar pelos recursos naturais, assegurando a auto sustentabilidade da reserva. O documento deve ser aprovado pelos moradores, que são também os responsáveis por sua execução. Cada seringueiro só pode ter uma colocação podendo praticar nela o extrativismo e atividades agrícolas, agroflorestais e criação de animais, utilizando no máximo 05 hectares por unidade produtiva, de acordo com a Lei Complementar 52/91. É permitida a criação de animais em 50% desta área, sendo permitida a criação de cachorro tipo “vira lata”, para a proteção das criações no terreiro. Quanto à fiscalização cabe à SEDAM, ao IBAMA, ao Pelotão Florestal e às Polícias Civil e Federal, e também ao próprio seringueiro na colocação. Se um morador se ausentar por mais de um ano, sem comunicar o fato à diretoria poderá perder a colocação, que poderá ser transferida a outro seringueiro que necessite (RONDÔNIA/PLANAFORO, 2002).

O Plano de Desenvolvimento serve para definir as diretrizes para o desenvolvimento da reserva, projetos de melhoria da comunidade e priorização das áreas. Visa integrar as ações de melhoria da reserva, promovendo a independência dos extrativistas melhorando a participação de mulheres e crianças, diversificar a produção e fortalecer a organização comunitária entre outros. Também pode ser modificado conforme a necessidade dos moradores da reserva.

Com o Plano de Desenvolvimento, espera-se animar a comunidade para a ação, diminuindo conflitos internos, aumentando a sua participação e autoconfiança. Espera-se também, contribuir para um melhor desempenho das ações que já estão sendo executadas na

área, e permitir que a comunidade consiga novos recursos para as ações que considerar prioritárias.

O Plano de Desenvolvimento também determina, baseado no diagnóstico e no planejamento participativo feito com a comunidade, os objetivos de desenvolvimento e as estratégias de ação para as diversas áreas do desenvolvimento comunitário. Assim o plano facilita que a comunidade, mesmo sem a equipe que ajudou na sua elaboração, possa aproveitar as oportunidades que surgirem para seu desenvolvimento. Este Plano de Desenvolvimento é um instrumento de gestão das reservas extrativistas definido pela portaria R1-N do CNPT/IBAMA.

Quanto ao Zoneamento, é um instrumento de manejo que define setores ou zonas em unidades de conservação, com normas específicas para atender a conservação da área, está sendo adotado nas reservas como instrumento de planejamento espacial e em função de propostas de diversificação das atividades econômicas que estão sendo propostas como o ecoturismo e a exploração madeireira.

Para facilitar a gestão nas reservas, o IBAMA tem uma proposta de educação voltada para a gestão ambiental, que busca criar condições para a participação individual e coletiva nos processos decisórios sobre o acesso, uso e destinação dos recursos ambientais no Brasil (QUINTAS, 2005).

3.2. Reservas extrativistas estaduais de Rondônia

O Diagnóstico das Unidades de Conservação Estadual (RONDÔNIA, 2002, p.50), assim classifica as reservas extrativistas estaduais:

Tabela 4. Reservas de Rondônia (FONTE: Diagnóstico das Unidades de Conservação Estadual) / FONTE: OSR/ASM, 2002

	Reserva Extrativista	Município	n.º de famílias	n.º de pessoas
1	Pedras Negras	Costa Marques	19	117
2	Curralinho	Costa Marques	01	13
3	Rio Cautário	Costa Marques/ Guajará-Mirim	48	212
4	Pacaás Novos	Guajará-Mirim	48	192
5	Jaci-Paraná	PVH/Buritis	40	115
6	Rio Preto Jacundá	Machadinho D'Oeste	50	139
7	Roxinho	Machadinho D'Oeste	05	14
8	Seringueira	Machadinho D'Oeste	01	09
9	Garrote	Machadinho D'Oeste	03	09
10	Mogno	Machadinho D'Oeste	01	03
11	Piquiá	Machadinho D'Oeste	06	16
12	Angelim	Machadinho D'Oeste	03	10
13	Itaúba	Vale do Anari	02	13
14	Ipê	Machadinho D'Oeste	01	08
15	Jatobá	Machadinho D'Oeste	02	03
16	Maracatiara	Machadinho D'Oeste	19	66
17	Sucupira	Machadinho D'Oeste	-	-
18	Castanheira	Machadinho D'Oeste	08	31
19	Aquariquara	Vale do Anari	45	169
20	Freijó	Machadinho D'Oeste	01	08
21	Massaranduba	Machadinho D'Oeste	04	18

Reserva Angelim

Esta localizada em Machadinho D'Oeste, foi criada pelo Decreto Estadual n.º 7095, de 04/09/1995, com uma área de 8.923,2090 ha (oito mil, novecentos e vinte e três hectares e vinte ares e noventa centares).

Segundo a ONG INDIA, em 1994, contava com 10 moradores. De acordo com o levantamento realizado pela ASM/ASRMT em 2.000, apresentava 07 moradores, divididos em 03 colocações e contava com sua cobertura vegetal original (RONDÔNIA, 2002).

No período que vai de 2001 a 2004 foi realizada apenas uma exploração madeireira na reserva (DIAGNÓSTICO, 2005).

Reserva Extrativista Aquariquara

Esta localizada em Machadinho D'Oeste, foi criada pelo Decreto Estadual n.º 7106, de 04/09/1995, com uma área de 18.100 ha.

Segundo a ONG INDIA, possuía 181 moradores em 1994. Já segundo o levantamento da ASM/ASRMT de 2000, esse número caiu para 91 moradores, distribuídos em 03 comunidades e ocupando 27 colocações. A área encontra-se com 97,94% da cobertura primitiva (RONDÔNIA, 2002).

Nesta área, está sendo desenvolvido um projeto de manejo da floresta e um outro projeto de farinha de babaçu, executados pela OSR, ASM e ECOPORÉ. Os projetos que estão sendo desenvolvidos em algumas áreas ajudam a manter os seringueiros dentro das reservas, dando-lhes maiores alternativas de renda (DIAGNÓSTICO, 2005)

A reserva iniciou seu plano de manejo em 1995, vindo a explorar madeira apenas em 1998. Ocorreu na reserva a venda irregular de colocações. Alguns dirigentes e moradores teriam vendido lotes abandonados para comerciantes e agricultores de outras regiões (DIAGNÓSTICO, 2005).

Reserva Extrativista Castanheira

Esta localizada em Machadinho D'Oeste, foi criada pelo Decreto Estadual n.º 7105, de 04/09/1995, com uma área de 10.200 ha.

Segundo a ONG ÍNDIA, contava em 1994 com 27 moradores. Após o levantamento de 2000 da ASM/ASRMT, foi constatada a presença de 25 moradores, ocupando 10 colocações. A área encontra-se segundo levantamento com 98,89% da cobertura vegetal original e a maior ameaça à integridade da reserva é a retirada clandestina de madeira (RONDÔNIA, 2002).

Houve a ocorrência de apenas uma exploração madeireira na reserva no período que vai de 2001 a 2004, mas houve ali a venda irregular de colocações e derrubadas acima dos limites estabelecidos (DIAGNÓSTICO, 2005).

Reserva Extrativista Curralinho

Esta localizada em Costa Marques, foi criada pelo Decreto Estadual n.º 6952, de 14/07/1995, com uma área de 1.757,6564 ha.

É originária do antigo seringal Curralinho, explorado desde o início do século XIX. Os produtos mais explorados são a borracha e a pesca. Em 1994, segundo dados da ONG ÍNDIA contava com 35 moradores, ocupando 6 das 15 colocações existentes (RONDÔNIA, 2002).

Segundo Diagnóstico das Unidades de Conservação (DIAGNÓSTICO, 2002), haveria 08 famílias na reserva. A cobertura primitiva cobre 98% da reserva, os outros 2% foram alterados por atividades humanas. As colocações são ocupadas por populações masculinas no período de estiagem. A população permanece na Vila das Pedras Negras no período das cheias dos rios que banham as áreas.

A reserva tem potencial para o ecoturismo.

Em 2004 contava com 07 famílias, das quais somente dois senhores habitavam a reserva e duas famílias viviam em seu entorno na divisa com a cidade, onde poderiam usufruir dos benefícios urbanos como escola e trabalho, mas continuariam utilizando a reserva para extrair a borracha, pescar, caçar e fazer passeios turísticos, além da responsabilidade pela proteção da reserva (DORIA, 2004, p81-82).

Reserva Extrativista do Rio Cautário

Esta localizada em Guajará-Mirim e Costa Marques, foi criada pelo Decreto Estadual nº 7028, de 08/08/1995, com uma área de 146.400.0000 ha.

Segundo dados da ONG ÍNDIA esta reserva contava com 282 moradores em 1994. No último levantamento da ASM/ASRMT em 2000, verificou-se a presença de 42 famílias. A reserva possui duas escolas, dois postos de saúde, um rádio amador, duas máquinas de pila arroz, uma chata (embarcação) comunitária, barcos de alumínio, um trator, um caminhão e uma serraria comunitária, onde é beneficiada a madeira extraída do projeto de manejo (RONDÔNIA, 2002).

Está sendo desenvolvido nesta área um projeto de manejo florestal, executado pela OSR, ASM e Ecoporé. Devido à presença de posseiros a reserva teve seus limites alterados, acarretando numa redução de 42.000 hectares em relação à proposta inicial. A área perdida é ocupada por 15 famílias de posseiros e três latifundiários. Aproximadamente 6,5% da reserva encontra-se alterada por atividade humana (RONDÔNIA, 2002).

Segundo o Diagnóstico das Unidades de Conservação de 2002 (RONDÔNIA, 2002), a área de criação da Reserva Extrativista do Rio Cautário, segundo memória coletiva, existe a cerca de 100 anos. São cinco seringais de expressiva exploração sustentável do látex e da castanha e além deles o açaí, a agricultura de subsistência e a criação de pequenos animais. Em 1998 a população de Rio Cautário reivindicou a área para a formação de reserva extrativista, quando ocorreu o I Encontro de Índios e Seringueiros de Rondônia, realizado em

Costa Marques. A reivindicação foi justificada pela presença da população tradicional agroextrativista e da oferta de recursos naturais renováveis.

No que diz respeito aos planos de manejo florestal, estão suspensos em todas as reservas, com exceção desta. Outra peculiaridade da reserva é que a Associação Aguapé é a única dentre as associações de extrativistas que não possui contrato assinado com empresas madeireiras em Rondônia (DIAGNÓSTICO, 2005).

Em 2004 contaria com 55 famílias ou cerca de 280 indivíduos (DORIA, 2004).

Segundo Carta Aberta da OSR e Associações de Seringueiros, a área desta reserva seria de 134 mil hectares. Os principais problemas seriam causados pelo fato de que durante sua criação, ocorreu a permanência na área de pessoas que não eram seringueiros extrativistas, o que faz com que haja muitos problemas com a grilagem de terras, roubo de madeira e peixes, desmatamento ilegal e ameaças contra a vida de seringueiros (GTA RONDÔNIA, 2005).

Reserva Extrativista do Rio Jaci-Paraná

Localizada em Porto Velho, Campo Novo de Rondônia e Nova Mamoré, foi criada pelo Decreto nº 7335, de 17/01/1996, com uma área de aproximadamente 367.447.000m ou aproximadamente 205.000, 0000 ha (duzentos e cinco mil hectares).

Esta resex é oriunda da fusão de vários seringais denominados Jaci-Paraná, ocupados desde o início do século passado. Em 1994, segundo a Ong Índia contava com 81 moradores ocupando 23 colocações das 75 existentes. Em 2002, na SEDAM não existiam dados atuais sobre o número de moradores da reserva. Os seringueiros sobrevivem da extração da borracha, castanha, frutos silvestres, caça e pesca. A reserva mantém em 2002, 99% de sua cobertura vegetal primitiva. As maiores ameaças são a pressão dos madeireiros e grileiros, juntamente com a pesca ilegal (RONDÔNIA, 2002).

Segundo Carta Aberta da OSR e associações de seringueiros, esta reserva teria sido demarcada com 191 mil hectares dos quais 80% já estão invadidos pela grilagem de terras, seguida de roubos da madeira. Está sendo criada uma agrovila com pista de pouso e decolagem, farmácia, escola, supermercado dentro da reserva e cerca de 80 caminhões saem da reserva pelo município de Buritis com madeiras nobres (GTA RONDÔNIA, 2005).

Reserva Extrativista Freijó

Esta localizada em Machadinho D'Oeste, foi criada pelo Decreto Estadual n.º 7097, de 04/09/1995, com uma área de 600.3607 ha.

Em 1994, segundo a ONG ÍNDIA contava com 04 moradores. No levantamento de 2000 da ASM/ASRMT foram registrados 05 moradores, ocupando uma colocação. A área conta com 99,48% de cobertura vegetal original e a maior ameaça à integridade da reserva é a retirada clandestina de madeira e a caça (RONDÔNIA, 2002).

Reserva Extrativista Garrote

Esta localizada em Machadinho D'Oeste, foi criada pelo Decreto Estadual n.º 7109, de 04/09/1995, com uma área de 802,5166 ha.

Segundo dados da ONG ÍNDIA, havia 09 moradores em 1994. Já no levantamento da ASM/ASRMT em 2000, foram registrados 11 moradores ocupando 02 colocações. A área está com 99,78% da cobertura vegetal original e a maior ameaça à integridade da reserva é a retirada clandestina de madeira (RONDÔNIA, 2002).

Reserva Extrativista Ipê

Esta localizada em Machadinho D'Oeste, foi criada pelo Decreto Estadual n.º 7101, de 04/09/1995, com uma área de 815,4633 ha.

Em 1994, segundo a ONG ÍNDIA, contava com 28 moradores. Já segundo o levantamento de 2000, da ASM/ASRMT, constatou-se que esse número caiu para 02

moradores, ocupando 02 colocações. Segundo esse levantamento a cobertura vegetal original é de 99,48%. A maior ameaça a reserva é a retirada clandestina de madeira (RONDÔNIA, 2002).

Reserva Extrativista Itaúba

Esta localizada em Machadinho D'Oeste, foi criada pelo Decreto Estadual n.º 7100, de 04/09/1995, com uma área de 1.758,0759 ha.

Segundo dados da ONG ÍNDIA de 1994, contava com 03 moradores. Já em 2000, segundo o levantamento da ASM/ASRMT, contava com 07 moradores ocupando 03 colocações. A áreas encontra-se com 97,58% da cobertura vegetal original e a maior ameaça à integridade da reserva é a retirada clandestina de madeira (RONDÔNIA, 2002).

Do período que vai de 2001 a 2004, também teria feito o manejo florestal apenas uma vez, conforme o Diagnóstico de 2005 (DIAGNÓSTICO, 2005).

Reserva Extrativista Jatobá

Localizada em Machadinho D'Oeste, foi criada pelo Decreto Estadual n.º 7102, de 04/09/1995, com uma área de 1.135,1793 ha.

Segundo a ONG ÍNDIA, contava em 1994 com 03 moradores. No levantamento realizado pela ASM/ASRMT, contava em 2000 com a presença de 07 moradores, ocupando 03 colocações. A cobertura primitiva cobre 89,51% da reserva, no restante, 9,49% já ocorreu uso agrícola (RONDÔNIA, 2002).

Reserva Extrativista Maracatiara

Localizada em Machadinho D'Oeste, foi criada pelo Decreto Estadual n.º 7096, de 04/09/1995, com uma área de 9.503,1284 ha.

Segundo a ONG ÍNDIA tinha 66 moradores em 1994. Em 2000 segundo a ASM/ASRMT realizou um levantamento onde foram registrados 51 moradores, ocupando 21

colocações. A área está ocupada com 98,59% da cobertura vegetal original e a maior integridade da reserva é a retirada clandestina de madeira (RONDÔNIA, 2002)

O Diagnóstico do Manejo Florestal de 2005 aponta para o fato de que ocorreram vendas irregulares de colocações e derrubadas acima dos limites estabelecidos (DIAGNÓSTICO, 2005).

Reserva Extrativista Massaranduba

Localizada em Machadinho D'Oeste, foi criada pelo Decreto Estadual n.º 7103, de 04/09/1995, com uma área de 5.566,2166 ha.

Segundo a ONG ÍNDIA, em 1994 contava com 05 moradores. No levantamento da ASM/ASRMT em 2000 foram registrados apenas 02 moradores, ocupando uma colocação. A área está com 99,48% da cobertura vegetal original e a maior ameaça à integridade da reserva é a retirada clandestina de madeira (RONDÔNIA, 2002)

Reserva Extrativista Mogno

Localizada em Machadinho D'Oeste, foi criada pelo Decreto Estadual n.º 7099, de 04/09/1995, com uma área de 2.450,1162 ha.

Conta com apenas um morador segundo levantamento da ASM/ASRMT de 2.000. Em 1994, teria 13 moradores conforme a ONG ÍNDIA. Não há conforme Diagnóstico de 2002, apoio à educação e a saúde. A retirada de madeira e a caça são as principais ameaças à reserva (RONDÔNIA, 2002).

Reserva Extrativista de Pedras Negras

Localizada em Costa Marques e Alta Floresta, foi criada pelo Decreto n.º 6954, de 14/07/1995, com uma área de 124.408,9756 ha.

Segundo dados da ONG ÍNDIA em 1994 havia 19 famílias. No levantamento da ASM/ASRMT constatou-se a existência de 17 famílias. A reserva possui três escolas, um posto de saúde, dois rádios amadores e barcos comunitários (RONDÔNIA, 2002).

A cobertura primitiva cobre 98% da área da reserva. Os outros 2% foram alterados por atividades humanas. A reserva é plana. As colocações são ocupadas pela população masculina somente no período de estiagem. A população da reserva permanece na Vila das Pedras Negras no período das cheias dos rios que banham a área (RONDÔNIA, 2002).

A reserva tem potencial para a implantação do ecoturismo, devido à vila centenária de Pedras Negras, o estilo de vida dos moradores, o potencial pesqueiro da região e as praias que se formam ao longo dos rios, que são atrativos que podem atrair turistas para a reserva. Foi implantada uma “casa teste” para incentivar o turismo, mas o projeto não foi encaminhado por falta de maiores investimentos (RONDÔNIA, 2002).

Conforme relatos da própria comunidade Pedras Negras surgiu por volta de 1930, com a vinda de escravos fugitivos de engenhos de cana de açúcar do Mato Grosso, região de Vila Bela do Guaporé. Na época da Segunda Guerra Mundial teria recebido de 80 a 100 famílias. A migração da maioria teria ocorrido na década de 80 com a redução do preço da borracha. Em 2004 contava com cerca de 18 famílias, algo em torno de 100 pessoas, a maioria crianças (DORIA, 2004).

Reserva Extrativista Piquiá

Localizada em Machadinho D'Oeste, foi criada pelo Decreto Estadual n.º 7098, de 04/09/1995, com uma área de 1.448,9203 ha.

Segundo a ONG ÍNDIA, em 1994, contava com 16 moradores. No levantamento da ASM/ASRMT de 2000, contava com apenas 05 moradores, ocupando 01 colocação. A área encontra-se com 96,49% da cobertura vegetal original e a maior ameaça à integridade da reserva é a retirada clandestina de madeira (RONDÔNIA, 2002).

Reserva Extrativista Rio Pacaás Novos

Localizada em Guajará-Mirim, foi criada pelo Decreto Estadual nº 6953, de 14/07/1995, com uma área de 342.903,5029 ha.

Em 1994, segundo levantamento da ONG ÍNDIA havia 155 moradores na resex. Em 2002, a SEDAM não tinha dados atualizados sobre a quantidade de moradores existentes na reserva. Quanto á infra-estrutura a reserva possui três escolas, um posto de saúde, dois rádios amadores e barcos comunitários (RONDÔNIA, 2002).

O plano de desenvolvimento e o de manejo foi realizado através da cooperação técnica PNUD/PLANAFORO em 1998. Com o declínio da borracha a castanha passou a ser o principal produto extrativista da resex. A pesca e a caça são muito importantes para a sobrevivência dos moradores. A pesca comercial, visando fins lucrativos, é uma das principais ameaças à reserva (RONDÔNIA, 2002).

Sobre a situação do manejo mantém arquivos sobre o projeto de implantação do plano de manejo florestal e conta com firme apoio da OSR no campo das discussões e assessoria ao manejo (DIAGNÓSTICO, 2005).

Em 2004 contava com 40 famílias (155 pessoas) vivendo da agricultura, pesca, caça de subsistência, agricultura comercial em pequena escala e do extrativismo da castanha e da borracha (DORIA,2004).

Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá

Localizada em Machadinho D`Oeste, foi criada pelo decreto 7336, de 17/01/1996, com aproximadamente 95.300,0000 ha (noventa e cinco mil e trezentos hectares).

Esta resex é oriunda dos antigos seringais Jatuarana e Vera Cruz, explorados desde 1930. O levantamento realizado na área em 1994 pela ONG ÍNDIA constatou a presença de 139 moradores. O Levantamento da ASM/ASRMT, em março de 2000, observou uma

redução deste número para 117 moradores distribuídos em 02 comunidades, ocupando 30 das 50 colocações existentes na reserva (RONDÔNIA, 2002).

Os principais produtos extrativistas explorados são a borracha, a castanha, o óleo de copaíba. A agricultura é incipiente. Esta reserva foi contemplada com recursos do PRODEX, para implantação do projeto de manejo sustentado. O projeto está sendo executado pela OSR, Ecoporé e ASMRT. A área da resex encontra-se demarcada, mas ainda há em seus limites, vários títulos definidos e emitidos pelo INCRA antes da formação do estado. Esses títulos somam um total de 25.400 hectares. O processo de transferência encontra-se no INCRA de Porto Velho. Esta sujeita à exclusão de parte de suas áreas (RONDÔNIA, 2002).

Houve ali a venda irregular de colocações e derrubadas acima dos limites estabelecidos. Comumente os projetos de manejo são planejados em grande escala, sob justificativa de beneficiar maior quantidade de famílias. Nesta associação existem aproximadamente 50 famílias. O plano de manejo foi ampliado para uma área de 45.000 hectares com área anual de exploração igual a 2.500 hectares. Diante deste fato a Procuradoria Geral do Estado (PGE) encaminhou a SEDAM e ao IBAMA um parecer jurídico sobre a situação, no qual desaprova o plano de manejo, se for mantida essa escala de exploração. A justificativa é que não há necessidade de tamanha exploração para benefício de tão poucas famílias (DIAGNÓSTICO, 2005).

Segundo Carta Aberta da OSR e Associações de Seringueiros, esta reserva teria sido demarcada com 115 mil hectares e decretada com 95,3 mil hectares. Os principais problemas enfrentados são a grilagem de terras, o desmatamento, roubos de madeira e de peixes, ameaças contra a vida de seringueiros. Sendo que 2% dela já foram depredados pelo corte da floresta e 40% esta sendo loteado e vendida por grileiros (GTA RONDÔNIA, 2006).

Reserva Extrativista Roxinho

Localizada em Machadinho D'Oeste, foi criada pelo Decreto Estadual n.º 7107, de 04/09/1995, com uma área de 882,2142 ha.

Com apenas cinco habitantes, distribuídos em 02 colocações, segundo levantamento de 2.000. Na reserva não há conforme Diagnóstico de 2.002, infra-estrutura de apoio à educação e à saúde. Contava com 13 moradores no ano de 1.994, segundo levantamento da Organização Não-Governamental ÍNDIA. Os fatores que mais ameaçam a reserva são a retirada de madeira e a caça (RONDÔNIA, 2002).

Reserva Extrativista Seringueiras

Localizada em Machadinho D'Oeste, foi criada pelo Decreto Estadual n.º 7108, de 04/09/1995, com uma área de 537,4691 ha.

Segundo a Ong ÍNDIA contava, em 1994, com a presença de 04 moradores. Já com o levantamento da ASM/ASRMT de 2000, contava com 08 moradores, ocupando duas colocações. A área está com 98,45% da cobertura vegetal original e a maior ameaça à integridade da reserva é a retirada clandestina de madeira (RONDÔNIA, 2002).

Reserva Extrativista Sucupira

Localizada em Machadinho D'Oeste, foi criada pelo Decreto Estadual n.º 7104, de 04/09/1995, com uma área de 3.188,0291 ha.

No último levantamento da ASM/ASRMT de 2000, não contava com a presença de nenhum morador. A cobertura primitiva cobre 98,8% da reserva, o restante foi alterado pelo homem quando ainda residia nessa área e desenvolvia atividades agrícolas. Em geral a ausência de infra-estrutura, saúde, educação é um dos fatores que tem levado os moradores a deixarem as reservas (RONDÔNIA, 2002).

Em linhas gerais, vale ressaltar que todas as reservas extrativistas são divididas por colocações, que variam em quantidade de reserva para reserva. A colocação é a unidade de produção ocupada por uma família extrativista, e geralmente cada uma tem um nome conhecido entre os moradores das reservas.

Atualmente não há um novo diagnóstico apontando a quantidade de famílias ou de moradores que ainda permanece na reserva. Foi possível notar nas entrevistas que muitas pessoas tem saído da reserva e ido para as cidades em busca principalmente de estudo para os filhos. Alguns dirigentes de associações de seringueiros também estabeleceram moradia na cidade, segundo a maioria durante seus mandados, para resolver as coisas da associação com mais facilidade já que tem que viajar muito.

Entre os problemas apontados que dificultam a vida na reserva tem sido as invasões das áreas. Em Machadinho D'Oeste, onde estão a maior parte das reservas do Estado, foi feito um assentamento em volta das reservas extrativistas, o que faz com que se crie um caminho para invadir a reserva, a partir dos lotes dos assentamentos.

A comunidade tem a orientação de informar um dos diretores da associação quando está havendo invasão na área, para que este através da associação formalize a denúncia, no entanto, tem acontecido, que quando a denúncia de fato ocorre, os diretores responsáveis recebem ameaças de morte. Vale lembrar que a maioria tem família e que vive um clima de medo, mas também demonstra coragem ao continuar no movimento.

Outra problema é a necessidade de bens de consumo que não podem ter na reserva, já que não há luz elétrica. O Sr. Manoel Alves dos Santos (entrevista-2005), presidente da Associação dos Seringueiros de Machadinho D'Oeste – ASM, relata que o SEBRAE informou sobre uma placa de energia solar que gera energia para televisão, geladeira, etc, e que seria uma boa forma de ajudar a manter as pessoas nas reservas, já que estas já estão acostumadas com as reservas e gostam de viver nelas:

...Eu sou velho e tenho vaidade, eu não quero mais ficar dentro da mata, sem minha água gelada, meu suco - aquela coisa ou outra, uma coisinha na geladeira ali, um ar condicionado ou ventilador. A gente então, tem que ter um conforto, como é que eu vou ficar na mata sem. Então eu tenho essas vaidades, e então principalmente esses meninos que vem hoje, como é que faz? Não é só comer e beber não, tem que ter um tipo de ilusão, tem que ter uma ilusãozinha na vida, já pensou ver televisão na mata, ficar atualizado...

Além das invasões, há ainda relatos de roubos dentro de reservas, de assassinatos de lideranças do movimento, de falta de apoio político, e um clima de indignação, o Sr. Antenor Domingues da Silva (entrevista-2005) assim diz:

[...] Eu acho que se não for tomada uma medida necessária e os nossos governantes lá de cima verem as coisas com outros olhos, procurar não ficar escutando o que está no papel, mas fazer uma visita, olhar o conteúdo, chegar na reserva, ver a necessidade. Porque não é assim do jeito que eles falam: -às vezes tem um problema lá! - o seringueiro está vivendo bem! -o seringueiro está isso, não sei o quê!, mas há 30 anos atrás o seringueiro vivia numa casinha coberta de capim e hoje ele vive ainda, porque ele não pode fazer a riqueza de dentro da reserva, ela está saindo, é garimpo, é madeira, ela sai tudo na base dos escondidos, quando a gente for ver está acabado, é capim daqui, é capim dali, e é fogo daqui e dali.[...]

Os problemas são diversos, as causas múltiplas, por isso foi necessário no capítulo anterior contar um pouco da trajetória da formação do Estado. Infelizmente há uma corrupção tamanha, em todos os setores, mesmo o movimento dos seringueiros enfrentou dentro da diretoria da ASM um caso de má administração, em que muito dinheiro que teria sido recebido para pagar as madeiras de um manejo florestal que nem havia sido feito simplesmente sumiu, e pior a dívida ainda pertence à associação, como veremos mais adiante. Mas isso não é nada perto da vergonha que é a política do próprio Estado (que agora acaba de reeleger seu governador).

3.3. Unidades de Conservação e Desmatamento no Acre e em Rondônia

Pudemos ver nos capítulos anteriores como a borracha ganhou importância no território nacional chegando mesmo a passar por dois ciclos econômicos. Pudemos observar o processo histórico que faz com que antigos seringais acabem por se tornar área de reserva extrativista.

Observando os casos do Acre, os autores SILVA, M.A M.L, SILVA, Z.AG.P.G e SILVA, E.R, (2002) fazendo uma análise do desflorestamento crescente da reserva Extrativista Chico Mendes, acreditam que isso seja uma tendência devido a causas que poderiam ser agrupadas em três grupos, são eles: a) aparato legal e normativo que coíbe o uso dos recursos florestais reduzindo sua atratividade econômica; b) dificuldade dos recursos florestais – principalmente não-madeireiros – possibilitarem mais renda ao produtor extrativista em relação a outras opções de uso da terra; c) complexidade técnica que faz com que os diversos atores envolvidos com as Reservas Extrativistas tenham dificuldades de compreender e assimilar a metodologia do Manejo Florestal de Uso Múltiplo.

Allegretty (1989, p.33) já alertava para o fato de que os preços da borracha não eram competitivos com o dos seringais do sudeste asiático que chegavam ao Brasil duas vezes e meia mais baratos. Além do mais o movimento se mostrava forte para evitar o desmatamento de algumas áreas, mas fraco para garantir e controlar de forma autônoma, um espaço que passa a ser de concessão de uso quando se transforma em reserva extrativista. Também era hábil para negociar em situação de conflitos e conseguir novos aliados, mas não necessariamente entendia toda a trama de significados que passou a existir em torno da defesa da Amazônia.

Em Rondônia também vemos um aumento crescente do desmatamento.

Segundo RIBEIRO, VERÍSSIMO e PEREIRA (2005: p.01), a criação de Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) em Rondônia, tem funcionado como uma barreira contra o avanço do desmatamento, mesmo assim, até 2004, o desmatamento já havia atingido cerca de 6,3% do território das Áreas Protegidas ou 6.700 Km². Número significativo já que o desmatamento em áreas protegidas é ilegal.

Até 2005 as áreas protegidas totalizariam 106.617 Km², ou 45% de Rondônia.

As causas que os autores SILVA, apresentam para o desmatamento no Acre existem também em Rondônia, nos dias atuais. Mas as causas para a continuidade dos desmatamentos são múltiplas, o seringueiro que realiza denúncias muitas vezes é ameaçado de morte, ou morto. O IBAMA e a SEDAM dispõem de poucos funcionários, para realizar a fiscalização. Predomina um certo clima de medo em algumas regiões. Invasões ocorrem muitas vezes nas reservas, e não há quem realize a punição dos culpados.

Conforme o Diagnóstico de Manejo em Rondônia (Diagnóstico, 2005), o planejamento da exploração florestal nas Reservas Extrativistas em geral tem sido desenhado numa escala maior que a convencional estabelecida nos planos de manejo comunitários. A intensidade da exploração de cada reserva tem sido calculada entre 24 a 28 metros cúbicos por hectares. Os técnicos têm planejado a exploração de grandes quantidades de árvores (principalmente as de maior valor comercial) nos primeiros anos de exploração e no segundo ciclo a floresta estará mais empobrecida quanto à qualidade da madeira, comprometendo a rentabilidade econômica da atividade. Além do mais é necessário um período de tempo maior entre o primeiro e segundo ciclo de exploração para que a floresta possa fornecer suficiente quantidade de madeira.

Não podemos deixar de notar que a falta de atenção do Governo Estadual para a questão faz com que este seja conivente com as práticas de extração indevida da madeira. A

falta de fiscalização nas estradas é outra questão. Ao seringueiro muitas vezes cabe o papel da denúncia, mas o governo tem de dar a contrapartida e fazer cumprir a lei.

As queimadas para a formação de pastagens são outro problema.

Em agosto de 2005 foi constatado que no Acre o ar chegou a estar mais poluído que na cidade de São Paulo. A razão seria um fenômeno que tem se repetido de agosto a setembro, devido ao fato de Acre localizar-se em uma confluência de correntes de vento que passam por Pará, Mato grosso e Rondônia e receber boa parte da fumaça gerada pelas queimadas nestes estados. Além do mais a barreira formada pela Cordilheira dos Andes faz as nuvens de fumaça pararem sobre o Acre. As conseqüências mais comuns, devido à tendência de aumento das queimadas são que o ar seco e a falta de chuvas deixam a vegetação mais vulnerável ao fogo, e também o aumento de problemas respiratórios, principalmente em crianças e idosos (COUTINHO, 2005).

Sabemos que as causas do desmatamento devem ser combatidas, sob a ameaça de novos e constantes problemas, inclusive no caso referido da poluição do Acre, como ameaça à saúde pública.

3.4. Os principais produtos extrativistas

Como alternativa ao desmatamento, seja através de queimadas que visam a agricultura, ou a exploração madeireira para fins comerciais, alguns produtos extrativistas têm mostrado potencial para comercialização e uso.

O sistema agroflorestal e o extrativismo não devem ser considerados modelos ideais de exploração florestal. A viabilidade dos sistemas de produção dependerá da diversificação das atividades, tanto agrícola, agroflorestal, extrativismo, pesca e caça (BAHRI, 2000). Mas mesmo assim alguns produtos extrativistas mostram um grande potencial para desenvolver a economia da região amazônica.

Segundo Neto [et al] (1999) do CNPT-IBAMA, os principais produtos extrativistas são o açaí, a castanha-do-brasil, cupuaçu, pimenta-longa e a seringueira. A razão para tal se deve ao potencial de cada produto, assim teríamos de forma resumida:

Açaí- Nome científico: *Euterpe olerácea*. É uma espécie nativa da Amazônia oriental, tem como centro de dispersão o Estado do Pará. É uma vegetação predominante nas áreas alagáveis e várzeas do estuário amazônico e com frequência cresce em associação como buriti. A polpa do fruto é usada basicamente para o preparo de sucos, sorvetes e fabricação de licores. A polpa do açaí é um alimento essencialmente energético, com valor calórico e conteúdo de lipídeos superior ao do leite bovino cru e equivalente quanto ao teor de proteínas. A polpa também é rica em cálcio, sendo as concentrações de ferro e fósforo semelhantes às do leite bovino. No entanto é pobre em vitaminas, com exceção da B1. Não deve ser considerado um substituto do leite bovino, uma vez que a qualidade das proteínas presentes no leite é muito superior.

O açaí tem cada vez mais chances de tornar-se uma espécie rentável. Isso se deve a divulgação constante das propriedades nutricionais do suco pela mídia. Além do mais seu

beneficiamento no próprio local de extração permite uma maior agregação de valor já que se utiliza de mão-de-obra local e possibilita uma oferta mais estável e de qualidade para consumidores cada vez mais exigentes.

O mercado para o palmito também é promissor. O Brasil é o maior produtor e consumidor deste produto. As perspectivas de atingir o mercado externo também são boas, mas há que se pensar na concorrência que pode haver entre o palmito de açáí e o palmito da pupunha (que pode ser um fator adverso para a sua produção em grande escala).

Castanha-do-Brasil, conhecida também como Castanha-do-Pará- Nome científico *Bertolletia excelsa*. É uma espécie nativa dos bosques altos nas zonas alagáveis da Amazônia brasileira, boliviana e peruana, ocorre também em estado silvestre na amazônia colombiana, venezuelana e nas Guianas. No Brasil, são encontradas principalmente, nas regiões do Vale do Papagaio (Mato Grosso), nos rios Madeira, Purus, Negro e Alto Amazonas (no Amazonas) e nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. No Estado do Amazonas, a zona de maior produção é a do rio Solimões, seguida do rio Madeira.

O fruto é conhecido vulgarmente como “ouriço”, e tem formato de cápsula esférica, dentro desta cápsula há uma média de 18 a 24 sementes que vão de 04 a 07 centímetros no fruto já bem seco. Um fruto pode pesar de 200 gramas a 02 quilos e medir de 10 a 25 centímetros de comprimento.

Em muitos lugares a população espera que os ouriços caiam para iniciar sua coleta. Após a colheita os ouriços são quebrados para a extração das sementes (amêndoas). Depois da extração as amêndoas são lavadas com água comum eliminando-se aquelas que tenham sido danificadas durante a quebra dos ouriços. Até o momento da comercialização elas são mantidas em locais bem arejados. No barraco, o armazenamento dos frutos é feito sobre palhas de babaçu e protegido do sol.

Quanto ao uso e comercialização o potencial da castanha é muito elevado. O leite da castanha, obtido a partir de amêndoas frescas e trituradas, é utilizado como ingrediente em pratos típicos e regionais e no tratamento de manchas da pele. O óleo, extraído de amêndoas da castanha desidratada, possui um coeficiente de digestibilidade satisfatório, podendo ser usado como lubrificante e na fabricação de sabonetes e cosméticos.

O resíduo resultante da extração do óleo produz uma farinha rica em proteínas, que pode ser adicionada à farinha de trigo na fabricação de pão. Pode, também, servir como ingrediente na industrialização de rações ou como componente alimentício da dieta de animais.

A madeira da castanheira apresenta características que possibilitam seu uso na construção civil e naval, assim como na fabricação de móveis e compensados de madeira. A casca do tronco pode servir como material para a calafetação de embarcações e na fabricação de esteiras.

A amêndoa tem alto valor nutritivo, sendo este equivalente ao do leite. Acredita-se que o valor nutritivo da amêndoa seja ainda correspondente ao do ovo de galinha, constituindo boa fonte de calorias e proteínas.

Cupuaçu- Nome científico *Theobroma grandiflorum* . Árvore cujo habitat é o bosque tropical úmido nas terras não alagáveis, que atinge até 18 metros de altura. A distribuição espontânea desta espécie inclui áreas de terra firme e várzeas. O fruto varia de 12 a 25 cm de comprimento por 10 ou 12 cm de diâmetro. Seu peso situa-se de 500 gramas a 4,5 quilos, com peso médio de 1.500 gramas.

É uma espécie nativa da Amazônia oriental, e é ainda encontrada em estado silvestre na mata virgem das regiões sudoeste do Pará e noroeste do Maranhão. No Brasil é cultivado desde a região Sudeste (São Paulo) até o Estado de Roraima, ao Norte.

Quanto ao potencial ao agroextrativismo ou ao extrativismo, o cupuaçuzeiro predomina nos cultivos de fundo de quintal de toda a Amazônia.

No nível da pequena produção extrativista, o cupuaçuzeiro é uma espécie de grande importância, uma vez que utilização da mão-de-obra familiar é muito promissora no beneficiamento primário da polpa dos frutos, agregando valor comercial ao produto em nível local.

Pimenta –Longa- Nome científico Piper hispidinerviume e Piper aduncum- é um arbusto que atinge de 2 a 7m de altura, bastante nodoso. Distribui-se em duas espécies, que variam quanto ao formato e a pilosidade das folhas, bem como na intensidade do aroma após a sua maceração. Diferenciam-se também quanto aos óleos essenciais. Enquanto a Piper hispidinervium possui de 86% a 97,65% de safrol, a piper aduncum tem como óleo essencial o dilapiol, em teores que variam de 12,71% a 28,73%.

O safrol é um componente químico aromático empregado na indústria química como fixador de perfumes e como agente sinérgico de inseticidas, que possui forte demanda no mercado mundial.

A pimenta-longa ocorre principalmente no Acre e nas fronteiras com Peru e Bolívia.

Nos últimos anos a pimenta-longa tem despertado interesse de produtores e empresas nacionais e internacionais processadoras de óleos essenciais ricos em safrol. A proibição pelo IBAMA da exploração do sassafrás, antes a única espécie conhecida como grande produtora de safrol, fez com que se buscasse novas alternativas à produção desse princípio ativo. A China e Vietnam, únicos produtores não conseguem atender à demanda do mercado. A Embrapa vem pesquisando desde 1992 a pimenta-longa para viabilizar uma alternativa econômica para a agricultura familiar na Amazônia.

Seringueira- Nome científico Hevea brasiliensis, Hevea benthamiana, Hevea guianensis, Hevea spruceana, Hevea pauciflora, Hevea camporum, Hevea rigidifolia,

Hevea paludosa, Hevea nítida, Hevea microphilla e Hevea camargoana.- as espécies variam muito quanto ao porte, desde arbustos de dois metros a árvores que chegam até 50 metros. São geralmente encontradas em áreas de várzea, terra firme e igapós.

A característica histórica da seringueira de ser explorada como um produto extrativista, prevaleceu até o início da década de 80, quando os seringais nativos ainda mantinham suas estruturas e algum nível de organização para participar do mercado. Com a crise do petróleo de 1973, a perspectiva da borracha natural de competir com a sintética motivou vários produtores entre eles o Brasil, a desenvolverem políticas mais agressivas em relação à produção da borracha natural. Nessa época, embora a maior parte da produção de borracha viesse dos seringais naturais, já se observava que 25% da produção era de seringais de cultivo.

Sendo assim através do PROBOR (Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural), o governo brasileiro criou o Centro Nacional de Pesquisa da Seringueira, e promoveu grande intercâmbio com países de maior produção de borracha, resultando em avanços nas tecnologias de cultivo. O problema do cultivo na Amazônia tem sido o controle das doenças fúngicas, que eleva o preço da produção. Em São Paulo, Paraná e Mato Grosso, os plantios comerciais obtiveram mais chances de competir com o mercado internacional.

Nos últimos anos, os valores praticados no mercado internacional de borracha praticamente inviabilizaram a produção nos seringais nativos. Muitos seringueiros migraram com suas famílias para as cidades.

No Acre e em Rondônia, o estabelecimento das reservas extrativistas atenuou as conseqüências dos baixos preços da borracha no mercado internacional, já que com a organização comunitária o seringueiro passa a ser melhor apoiado nas atividades produtivas (ROCHA NETO, 1999).

Embora muito se fale a respeito do potencial extrativo da região amazônica, há de se ter cuidado, pois a exploração exagerada de qualquer produto pode atrapalhar a sustentabilidade florestal, o que comprometeria as possibilidades de comercialização, já que a atividade não se sustentaria.

3.5. Manejo Florestal Madeireiro

O manejo florestal madeireiro constitui a atividade desenvolvida antes, durante e após a exploração madeireira com o objetivo de garantir a máxima eficiência da colheita com o mínimo de danos ecológicos às florestas remanescentes, de forma que novas safras sejam extraídas em ciclos regulares e infinitos de exploração. A exploração requer a divisão da superfície total da mata a ser explorada em talhões de igual tamanho (unidades de manejo). A frequência da exploração fica dependendo do tempo de recuperação das áreas exploradas. (DORIA, 2004).

No Diagnóstico da Situação Atual do Manejo Florestal Comunitário nas Reservas Extrativistas Estaduais de Rondônia, publicado em 2005, por iniciativa da OSR (Organização dos Seringueiros de Rondônia) e da WWF, foram analisados os diferentes aspectos que influenciam o manejo florestal comunitário, tais como relações comunitárias, incentivos econômicos, políticas públicas, aspectos técnicos, operacionais e gerenciais do plano, legislação florestal, assessoria técnica, situação fundiária, atores envolvidos, repartição dos benefícios e avaliação dos benefícios para a floresta entre outros.

A justificativa para tal diagnóstico seria que devido aos baixos preços da borracha e da castanha, a madeira seria o principal produto explorado em algumas reservas.

O Manejo Florestal de Base Comunitária (MFC) tem sido indicado como uma alternativa econômica para as comunidades amazônicas. Entre suas vantagens estão que os sistemas são bem adaptados ao contexto local; tem boa aceitação e baixo custo de implantação, isso faz com que a população valorize mais seus recursos naturais, já que pode diminuir a oferta de madeira e outros produtos. Entre os pontos negativos pode estar a questão da organização social das comunidades (DORIA, 2004).

Com relação à organização das associações é apontado o fato de que cada associação possui seus diretores e cabe a eles a responsabilidade de realizar o contato com os diversos atores e instituições que interagem com os extrativistas, celebrar contratos de compra e venda de madeira, contratar a prestação de serviços, buscar financiamentos e apoio a projetos.

Quanto ao gerenciamento as associações envolvidas com a atividade madeireira passaram por diversos problemas, desde dificuldades no licenciamento ambiental, falta de apoio do poder público, falta de recursos financeiros que fizeram com que houvesse descontinuidade na exploração desde o tempo em que o manejo teve início, aproximadamente dez anos.

A OSR congrega todas as associações de moradores, sua atuação no campo das discussões e assessoria ao manejo florestal comunitário, estaria mais direcionada nas resex do Rio Cautário e Rio Pacaás Novos, nas demais resex haveria uma certa desarticulação institucional entre as associações e a OSR. E essa distância em Machadinho D'Oeste, coincidiu com o período de expansão do manejo florestal nas reservas daquela região.

De qualquer forma em todos os projetos de manejo, das diferentes associações, a participação da OSR na divisão da renda líquida é prevista e aprovada pelas comunidades, algo em torno de 10 a 12,5% do total da renda líquida obtida pela comercialização de madeira.

Antes da exploração da madeira é necessária a elaboração do Plano de Manejo de Uso Múltiplo das Reservas, o conhecido Zoneamento. É necessária ainda a criação de um Conselho Deliberativo para as reservas estaduais, como forma de garantir que o controle das áreas seja realizado também pela sociedade civil organizada, por representantes extrativistas, e pelo poder público estadual.

O Zoneamento é previsto pela Lei Estadual 1143/2002, mas o Governo do Estado, através da SEDAM, não financiou nenhum Zoneamento Ecológico em reservas extrativistas,

nem forneceu assessoria técnica às Associações Extrativistas durante os estudos que subsidiaram a elaboração dos Zoneamentos.

Como o Zoneamento é obrigatório para as reservas que implantam o manejo, as Associações para cumprirem a determinação legal estabeleceram parcerias com os empresários madeireiros para financiarem os levantamentos de campo e elaboração dos documentos técnicos.

Os estudos técnicos foram realizados por duas empresas: Cedro Assistência Técnica e projetos Ltda, com sede em Machadinho do Oeste e Apidia Planejamento Estudos e Projetos Ltda, de Porto Velho (DIAGNÓSTICO, 2005).

Alguns financiamentos foram feitos tendo em vista a madeira a ser explorada. Na resex Rio Pacaás Novos o financiamento é de R\$ 550.400,00, de responsabilidade da Associação Primavera; Na resex Itaúba, o valor é R\$ 48.500,00 de responsabilidade da ASVA; na resex Aquariquara o valor é de 66.000,00, também da ASVA. Na Associação ASMOREMA o valor é R\$ 100.000,00. Da resex Piquiá, R\$ 96.000,00 responsabilidade da ASM; resex Massaranduba, R\$ 92.000,00, também da ASM; resex Castanheira R\$ 55.000,00, ASM e por fim resex Angelim, também da ASM (DIAGNÓSTICO, 2005).

O projeto de Manejo Florestal Comunitário em reservas extrativistas em Rondônia teve início em 1997, na Reserva do Rio Cautário e contou com a parceria da OSR, Ecoporé, WWF e Aguapé (DORIA, 2004).

Conforme o Diagnóstico de manejo, na Reserva do Rio Cautário tem havido comercialização de madeira e as avaliações das diferentes instituições que atuam na Reserva são distintas. Segundo o Pró-Manejo, esta atividade nunca gerou lucro para as famílias. Já a Ong Ecoporé teria se manifestado favorável, considerando o manejo viável e gerador de benefícios. Neste caso o problema estaria no gerenciamento da Associação e diversos gastos efetuados pela entidade (DIAGNÓSTICO, 2005).

O Diagnóstico revela que os planos de manejo florestal estão suspensos em todas as reservas extrativistas, com exceção da do Cautário. Outra peculiaridade desta resex é que a associação Aguapé é a única dentre as associações de extrativistas que ainda não possui contrato assinado com as empresas madeireiras de Rondônia (DIAGNÓSTICO, 2005). Dos lucros 25% são dos participantes diretos do projeto, 37,5% para benfeitorias nas comunidades e 37,5% da associação de seringueiros participantes do projeto (DORIA, 2004).

Ainda conforme o Diagnóstico (2005), no Estado de Rondônia existe um grupo formado por políticos e empresários que se opõe às Unidades de Conservação, por vê-las como obstáculo para o desenvolvimento econômico das atividades agropecuárias. Além do que este grupo possui uma força política muito grande que conta com o apoio do governador Ivo Cassol, e estaria conseguindo alterar o Zoneamento Ecológico do Estado de Rondônia, favorecendo os invasores e posseiros que almejam desenvolver a atividade agropecuária em Zonas definidas como prioritárias à conservação dos recursos naturais. As alterações são aprovadas pela Assembléia Legislativa.

O Diagnóstico (2005) aponta para o fato de as Reservas Extrativistas Estaduais estarem, devido a atual dinâmica de investimentos do plano de manejo madeireiros, cada vez mais semelhantes às Florestas de Rendimento Sustentável, que prevê a permanência das populações tradicionais, a exploração comercial de recursos madeireiros e já possuem Legislação Estadual Específica, que normatizam sua gestão, uso e controle. Não é descartada a idéia de que a qualquer momento políticos locais proponham que as Resex se transformem em Florestas de Rendimento Sustentável.

Uma grande parcela dos recursos naturais das Resex, no caso a madeira, estão empenhados para pagamento das dívidas adquiridas pelas associações. As empresas madeireiras têm sido as maiores beneficiadas com os planos de manejo, devido às “parcerias” criadas. Possuem o direito de explorar as madeiras mais valiosas das RESEX, geralmente em

grandes quantidades, pagando o mesmo preço que é praticado no mercado de madeiras ilegais, obtidas nos grandes desmatamentos, em terras devolutas, invadidas e mesmo em Unidades de Conservação invadidas.

O Diagnóstico é muito explícito ao demonstrar abusos na exploração da madeira dentro da reserva, aponta também para o fato de que as madeireiras financiam a contratação dos técnicos que avaliam a possibilidade de manejo. É necessário que não haja esse tipo de dependência? Sendo as empresas madeireiras as maiores interessadas na exploração, como podem elas financiar desta forma esses técnicos? E as associações estão mesmo agindo em nome da família extrativista?

Essas questões precisam ser discutidas, acredito que as reservas podem dar certo porque há pessoas dentro delas que de fato acreditam que podem viver dos recursos do extrativismo preservando ao mesmo tempo o ambiente. Seria uma pena se os problemas que ocorrem em seu interior e os de organização tanto interna, quanto externa (governo) justificassem sua transformação em outra forma de espaço, seja Floresta de Rendimento Sustentável, ou outra coisa.

3.5. Ecoturismo nas reservas

A busca de modelos de desenvolvimento sustentável para a Amazônia e também para as suas populações requer a promoção do desenvolvimento humano através da melhoria da qualidade de vida individual e coletiva e da promoção do desenvolvimento e da economia local. Nesse contexto as comunidades tradicionais da Amazônia têm buscado saídas para a sua subsistência, enfrentando dificuldades que vão desde a questão da saúde, da escolaridade, do acesso à novidades tecnológicas, a falta de escoamento de seus produtos, falta de infraestrutura básica, conflitos de terra e a ausência de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento que atendessem as suas demandas (DORIA, 2004).

Dentre as tentativas de implantar alternativas econômicas nas Reservas Extrativistas de Rondônia está a questão do ecoturismo, ou turismo de base comunitária como uma ferramenta para o desenvolvimento econômico dessas comunidades. Seria uma maneira de atrair pessoas para conhecer as reservas, num turismo que visa mostrar a paisagem e também os modos de vida e atividade das populações locais.

DORIA (2004) considera que é necessário avaliar o ecoturismo e verificar se ele realmente promove a sustentabilidade e avaliar ainda, seu impacto no âmbito social, cultural e ambiental.

O turismo de base comunitária foi adotado nas reservas extrativistas de Currálinho e de Pedras negras, que compõem o projeto de Ecoturismo Comunitário em reservas do Vale do Guaporé gerenciado pelas próprias comunidades, pela Organização de Base Aguapé e pela OSR, com o apoio das entidades parceiras como a Ação Ecológica Guaporé-Ecoporé e Fundo Mundial para a Natureza –WWF-Brasil.

Em Pedras negras, de 1997 até 2003, as comunidades envolvidas trabalharam na implantação da infra-estrutura para desenvolver o ecoturismo, como a captação e organização

comunitária. O principal atrativo seria o convívio com a comunidade tradicional de extrativistas e o conhecimento dos aspectos históricos locais, as trilhas na floresta e lagos e nas áreas de campos alagados (DORIA, 2004, p.79). De acordo com Celso Franco Damasceno (entrevista-2005), os turistas que geralmente freqüentam a reserva são estrangeiros, geralmente Europeus, não é um turismo regional, e praticamente todo mundo na reserva fala espanhol, por causa da vizinhança com a Bolívia.

Em Curralinho as alternativas para o turismo são conhecer o Centro de Visitantes e Educação Ambiental João Marques, onde o visitante conhece a importância histórica dos seringueiros, pode passear de canoa, andar pela mata, extrair látex e participar de seu processo de defumação com um seringueiro, observar plantas, comprar artesanato. Há ainda um Acampamento de Praia Ecológico de Curralinho onde pode acampar, fazer refeições típicas e passear pela reserva com os comunitários (DORIA, 2004).

Nas comunidades onde o ecoturismo foi implantado houve intensa participação das comunidades, por exemplo, nas resex do Guaporé, em 1992 nas reuniões com a OSR e a Aguapé se discutia o turismo como alternativa, e de 1994 a 1996, se discutia sua potencialidade e viabilidade e planejamento da atividade com a comunidade, em 1997 teve início o planejamento participativo da atividade e em 2001 foi inaugurada a Pousada de Pedras Negras (DORIA, 2004). Em Pedras negras 40% do lucro líquido obtido com o ecoturismo é para benfeitorias na comunidade. Do restante 30% é para a manutenção do projeto e 30% para a associação de seringueiros (DORIA, 2004). De acordo com Celso Franco Damasceno (entrevista-2005) no ano de 2001/2002, não soube precisar bem, a companhia aérea tirou o avião e isso praticamente estacionou o projeto de ecoturismo, que esta passando por certas dificuldades.

Em condições de mercado favoráveis o turismo seria economicamente mais vantajoso que o manejo florestal comunitário, mas poderia gerar perda de atividades tradicionais e

mudanças de hábitos e costumes, compensados pelos benefícios da atividade. No entanto, o ecoturismo e o manejo são alternativas econômicas que complementam a renda familiar sem substituir as demais atividades que são o extrativismo e a agricultura.

Considerações Finais

Considero que a reserva é de grande importância, inclusive para o próprio governo, já que com a presença dos extrativistas na floresta espera-se que estes cuidem da área de forma que as invasões e os desmatamentos irregulares diminuam ou mesmo tenham fim.

O extrativista até pode exercer este papel, mas sente a necessidade de uma contrapartida do governo - seja na esfera local, estadual ou federal, precisa de acesso à saúde, à educação, à segurança. Novas alternativas neste sentido poderiam estar sendo pensadas, em parceria com as organizações de seringueiros já existentes e as esferas governamentais.

O governo dispõe de poucos funcionários para atuar, lembrando que os mesmos são “funcionários” e que é trabalho deles atuar também nas reservas, conforme as diretrizes dos cargos, mas por se tratar de ambiente conflituoso onde muitas vezes as coisas se resolvem por meio de “bala”, às vezes por medo estes podem ser omissos em suas funções. A corrupção muitas vezes é apontada pelos seringueiros dentro da própria polícia, o que limita muito o espaço que estes grupos tem para formalizar suas reclamações e denúncias. Há ainda convivência dentro do próprio grupo quanto à invasão em terras, venda de madeira, etc.

As propostas de geração de renda que visam manter o extrativista na floresta, geralmente apresentam um elevado custo para sua execução, e na prática os resultados são poucos .

Com a criação das reservas o seringueiro teve que se adaptar a toda uma estrutura exterior a ele e seguir novas determinações, plano de utilização, plano de manejo, zoneamento. É claro que esses planos são baseados na vivência do grupo, mas há que se considerar que há uma grande quantidade de analfabetos e que não conseguem trabalhar/compreender as novas regras que se criaram em torno dele, como por exemplo, que não é dono da terra, mas tem uma concessão de uso sobre ela.

Embora a fabricação do tecido da floresta seja promissora, é necessário organizá-la, tanto pela questão da produção permanente, até a questão da distribuição dos lucros, de forma que todos os envolvidos sejam realmente valorizados por sua atividade e que sejam avaliados os riscos para o seringueiro (em contato direto com a fumaça do processo de defumação) com a utilização talvez de certos equipamentos de segurança.

O seringueiro geralmente não precisa de razões para manter a floresta em pé, ou para deixar de caçar em quantidade, ou mesmo para preservar seu espaço, porque aprendeu a tirar dali seu sustento. Mas os tempos estão mudando e hoje a vivência nas associações fez com que muitos viessem mais para as cidades e tivessem acesso a novas necessidades de consumo e principalmente as novas gerações depois que vem para a cidade para estudar, já não se vêm mais como moradores de reservas. Muitos moradores mesmo na cidade, fiscalizam seu espaço na reserva onde mantém uma pequena roça e as vezes um membro da família fiscalizando o espaço.

Philip Fearnside (1992, p.17) já afirmava que “se o benefício financeiro é insuficiente, a conclusão deve ser que a fórmula econômica precisa ser reformulada, até que a conservação se torne rentável”. Então hoje acontece o seguinte, se o benefício financeiro é insuficiente, muitas vezes ocorre a corrupção do sujeito, que vai tanto praticar o comércio ilegal da madeira, como vender sua colocação, o que é proibido, mas na prática tem acontecido. Os meios para que a conservação se torne rentável, devem ser encontrados logo, sob pena de que em poucos anos, o contexto em que se estabelecem as relações entre a população tradicional e a floresta, se apresentem de forma totalmente diferenciada. O desmatamento cresce e se a floresta acaba, acaba também o espaço de atuação e manutenção da vida do seringueiro.

Uma solução talvez venha propriamente de um seringueiro (não sei se a idéia é só dele), que durante entrevista sugeriu que se deixassem o seringueiro escolher três árvores por ano e vender daria para viver sem problemas financeiros por um bom tempo, e não

necessitaria tirar tantas árvores como prevê o plano de manejo, seria uma forma de preservar também a fauna, já que devido ao desmatamento dos lotes de assentamento do Incra em torno das reservas de Machadinho, por exemplo, os animais vêm se esconder nas Unidades de Conservação, o que infelizmente atrai caçadores para essas áreas. Enfim, os problemas são diversos, é preciso que os governos e suas entidades representativas, sentem-se à mesa mais vezes com a população extrativista, e que ambos estejam abertos a um diálogo sério a respeito do futuro das Reservas Extrativistas.

BIBLIOGRAFIA

ALLEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: Desafios à sua implantação. *Tempo e Presença*: Revista mensal do CEDI, Rio de Janeiro; São Paulo, Ed. Especial, p.32-34, Ago/Set., 1989.

ALMEIDA, A. W. B. O tempo dos primeiros encontros. *Tempo e Presença*: Revista mensal do CEDI, Rio de Janeiro; São Paulo, Ed. Especial, p.22-24, Ago/Set., 1989.

ANDRADE, A. A. L. G. *Reservas Extrativistas e desenvolvimento florestal sustentável*. Campinas, SP. Disponível em <<http://nepam.unicamp.br/ecoeco/artigos/encontros/downloads/mesa5/1.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2004.

ANDRADE, A. S. *ONG`s e desenvolvimento regional em Rondônia*. 2001.141f. Dissertação (Mestrado de Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

ARNT, R. e SCHWARTZMAN, S. Polonoroeste: a fronteira do desmatamento acelerado. *Tempo e Presença*: Revista mensal do CEDI, Rio de Janeiro; São Paulo, Ed. Especial, p.20-21, Ago/Set., 1989.

AUBERTIN, C. A ocupação da Amazônia: das drogas do sertão à biodiversidade. In: EMPERAIRE, L. et al. *A floresta em jogo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000a, p.23-30.

AUBERTIN, C. As reservas extrativistas: inventário. In: EMPERAIRE, L. et al. *A floresta em jogo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000b, p.161-166.

BAHRI, S. Do extrativismo aos sistemas agroflorestais. In: EMPERAIRE, et al. *A floresta em jogo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p.167-176.

BANDEIRA, D. *Uma viagem sobre a economia da Amazônia*, fev. 2002. Disponível em <<http://www.ufac.br/imprensa/2002/fevereiro/artigo398.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2005.

BARBIERI, J. C. *Desenvolvimento e meio ambiente: estratégias de mudanças da agenda 21*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BARBOSA, S. R. C. S. Ambiente, qualidade de vida e cidadania. Algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais. In HOGAN, D.J.; VIEIRA, P. F. (Org.). *Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995, p.193-210. (Coleção Momento)

BARBOSA, S. R. C. S. *A temática ambiental e a pluralidade do ciclo de seminários do NEPAM*. Campinas: Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, 1998.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

BECKER, B. K. *A Amazônia*. São Paulo: Ática, 1998.

BOTELHO, V. L. Desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia e as populações locais: O caso dos pequenos produtores rurais. In GOLDENBERG, M. (org). *Ecologia, Ciência e Política*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1992, p.105-120.

BRANCO, S. M. *O meio ambiente em debate*. São Paulo: Moderna, 1991.

BRASIL. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da extração Vegetal e da Silvicultura 2002 e 2003. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/english/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=260&id_pagina=1>. Acesso em: 5 fev. 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. IBAMA. *Programa Nacional de Florestas: o governo promovendo o desenvolvimento sustentável*, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. IBAMA. *Monitoramento dos focos de calor na Amazônia Legal*, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Estrutura do Programa agenda 21*. Disponível em <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 19 jul. 2006.

CAMARA, I. G. O que é desenvolvimento sustentável. *A Lavoura: Revista da Sociedade Brasileira de Proteção Ambiental*, Rio de Janeiro, ano 107, n.649, p.29, jun. 2004.

CAMPOS, U. O grande reino da biodiversidade. *Revista Amazônia Legal: Programa de prevenção e controle de queimadas e incêndios florestais na Amazônia legal*, Brasília: IBAMA/MMA, 2002, p.04-13.

CAPRA, F. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARNEIRO FILHO, A. Os principais produtos extrativistas e suas áreas de produção. In: EMPERAIRE, L. et al. *A floresta em jogo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p.91-97.

CARVALHO, H. M. *Resgate histórico e avaliação do fórum das Organizações não-governamentais e movimentos sociais que atuam em Rondônia*. Porto Velho/Curitiba: Oxfam, 1996. (Relatório)

COUTINHO, L. Poluição na Floresta. *Revista Veja*, São Paulo: Abril, ano 38, n.35, p.108, 2005.

DAMASCENO, C. F. e OLIVEIRA, O. C. Em defesa dos seringueiros e da floresta nativa. *Cadernos do CEAS*, n.216, Março/Abril 2005. Disponível em: <<http://www.ceas.com.br/cadernos/cc216.org1.htm>> acesso nov/2006>. Acesso em: 29 nov. 2006.

DANIEL, I. *Rondônia quer exportar tecido feito de látex*. Disponível em <<http://www.anba.com.br/noticia.php?id=7326>>. Acesso em: 20 maio 2005.

DECLARAÇÃO DOS POVOS DA FLORESTA. *Tempo e Presença: Revista mensal do CEDI*, Rio de Janeiro; São Paulo, Ed. Especial, p. 14, Ago/Set. (Encarte Especial): Conselho Nacional de Seringueiros e União das Nações Indígenas, Acre, 1989.

DEMO, P. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAGNÓSTICO da situação atual do manejo florestal comunitário nas reservas extrativistas estaduais de Rondônia. Porto Velho, RO: OSR- Organização dos Seringueiros de Rondônia e WWF, 2005.

DINIZ, E. M. Os resultados da Rio + 10. *Revista do departamento de geografia*. Faculdade de Economia, Administração e contabilidade de Ribeirão Preto USP. nº 15, 2002, p.31-35.

Disponível em

<http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/hemeroteca/rdg/rdg15/rdg15_03.pdf#search='rio%20%2010'>. Acesso em: 19 jul. 2006.

DORIA, C. R. C. *Viabilidade do Ecoturismo como alternativa de renda para comunidades na Amazônia*. , 2004, 286f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Sócioambiental) – Universidade Federal do Pará , Belém, 2004.

DUPAS, G. *Ética e poder na sociedade da informação*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FEARNSIDE, P. M. Reservas Extrativistas: uma estratégia de uso sustentado. *Ciência Hoje: Revista de divulgação científica para o progresso da ciência*, v.14, n. 81, p.15-17, maio/jun, Rio de Janeiro,1992.

FEYERABEND, P. *Contra o método*. Lisboa: Relógio D`Água, 1993 [1975].

GIANSANTI, R. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atual, 1998.

GONÇALVES, C. W.P. *Amazônia, Amazonas*: São Paulo: Contexto, 2001.

GTA RONDÔNIA. *Resex de Rondônia denunciam omissões de governos*. Disponível em <http://www.gta.org.br/noticias_exibir.php?cod_cel=1534>. Acesso em: 23 maio 2006.

HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In GOLDENBERG, M. (Org.). *Ecologia, ciência e Política*. Rio de janeiro: Ed. Revan, 1992, p.09-48.

HOMMA, A. Vida nova para áreas desmatadas. *Jornal da Ciência*: Publicação da SBPS- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Rio de Janeiro, ano XX, n.569, p.07, fev. 2006.

KORNEXL, W. *Avaliação da Potencialidade Econômica da Usina de Borracha em Porto velho*, RO. Brasília, DF: CNPT/IBAMA- Projeto Resex, 9 p., 1998.

KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1991 [1960].

LEIS, H. R. Ambientalismo: um projeto realista utópico para a política mundial. In: _____. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 15-43.

LEONEL, M. *A morte social dos rios*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LOURENÇO, A. A Amazônia é um grande garimpo. *Tempo e Presença*: Revista mensal do CEDI, Rio de Janeiro;São Paulo, Ed. Especial, p.18-19, Ago/Set.,1989.

MEIRA, S. B. *A epopéia do Acre*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964.

ORGANIZAÇÃO DOS SERINGUEIROS DE RONDÔNIA, Porto Velho: RO, 2005.
(folheto)

PADUA, E. M.M. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. Campinas, SP, 2000 [1997].

PESSOA, S. O arco do desflorestamento. In *Revista Amazônia Legal*: Programa de prevenção e controle de queimadas e incêndios florestais na Amazônia legal, IBAMA/MMA, Brasília, 2002, p.14-21.

PINTON, F. e AUBERTIN, C. Extrativismo e desenvolvimento regional. In: EMPERAIRE, L. et al. *A floresta em jogo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p.151-159.

QUINTAS, J. S. *Como o Ibama exerce a educação ambiental*. Brasília: IBAMA, 2005.

RIBEIRO, B; VERÍSSIMO, A.; PEREIRA, K. O avanço do Desmatamento sobre áreas protegidas em Rondônia. *Imazon: O estado de Rondônia*, n. 06, dezembro/2005. Disponível em <www.Imazon.org.br>. Acesso em: 10 maio 2006.

ROCHA, J. F. Andamento do processo de Chico Mendes. *Tempo e Presença: Revista mensal do CEDI*, Rio de Janeiro; São Paulo, Ed. Especial, p.28, Ago/Set., 1989.

ROCHA NETO, O. G. et al. *Principais Produtos extrativos da amazônia e seus coeficientes técnicos*. Brasília, DF: CNPT/IBAMA, 78p., 1999.

RONDONIA/PLANAFORO.Zoneamento socioeconômico-ecológico de Rondônia. Porto Velho, 2000.

RONDONIA/PLANAFORO/ITERON/SEDAM/OSR. Plano de utilização da reserva extrativista estadual do Rio Pacaás Novos, Porto velho, 2002.

RONDÔNIA. Secretaria de estado do desenvolvimento ambiental e Núcleo de sensoriamento remoto e climatologia. Diagnóstico das Unidades de Conservação Estadual: Reservas Extrativistas, 2002.

ROSA, J. M. Mandante da morte de Chico Mendes volta para a cadeia. Disponível em <<http://www.estadão.com.br/ultimas/nacional/noticias/2006/ago/03/388.htm>>. Acesso em: 4 ago. 2006.

RUDIO, F. V. *Introdução ao projeto de Pesquisa Científica*. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 2000 [1986].

RUEDA, R. P. *A defesa do extrativismo na Amazônia: as reservas extrativistas*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/resex/textos/h9.htm>>. Acesso em: 23 maio 2006.

SILVA, M.A.M.L; SILVA, Z A.G.P G; SILVA, E.R. *De volta ao tempo dos padrões? A manutenção da floresta em reservas extrativistas*. Disponível em <<http://www.universoverde.com.Br/TrabalhosCientificos/trabcientantonietapatroes.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2004.

TOCANTINS, L. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. Rio de Janeiro: biblioteca do Exército, 1973.

TOCANTINS, L. *Amazônia: natureza homem e tempo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

URE, J. *Invasores do Amazonas*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

VIEIRA, I. C. G. Programa para recuperar o Arco do Desmatamento da Amazônia. *Jornal da Ciência: Publicação da SBPS-Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, Rio de Janeiro, ano XX, n.569, p.04-05, fev. 2006.

VIOLA, E. J. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991); da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In GOLDENBERG, M. (Org.). *Ecologia, ciência e Política*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992. p.49-75.

100% aprovado. São Paulo: DCL, 2004

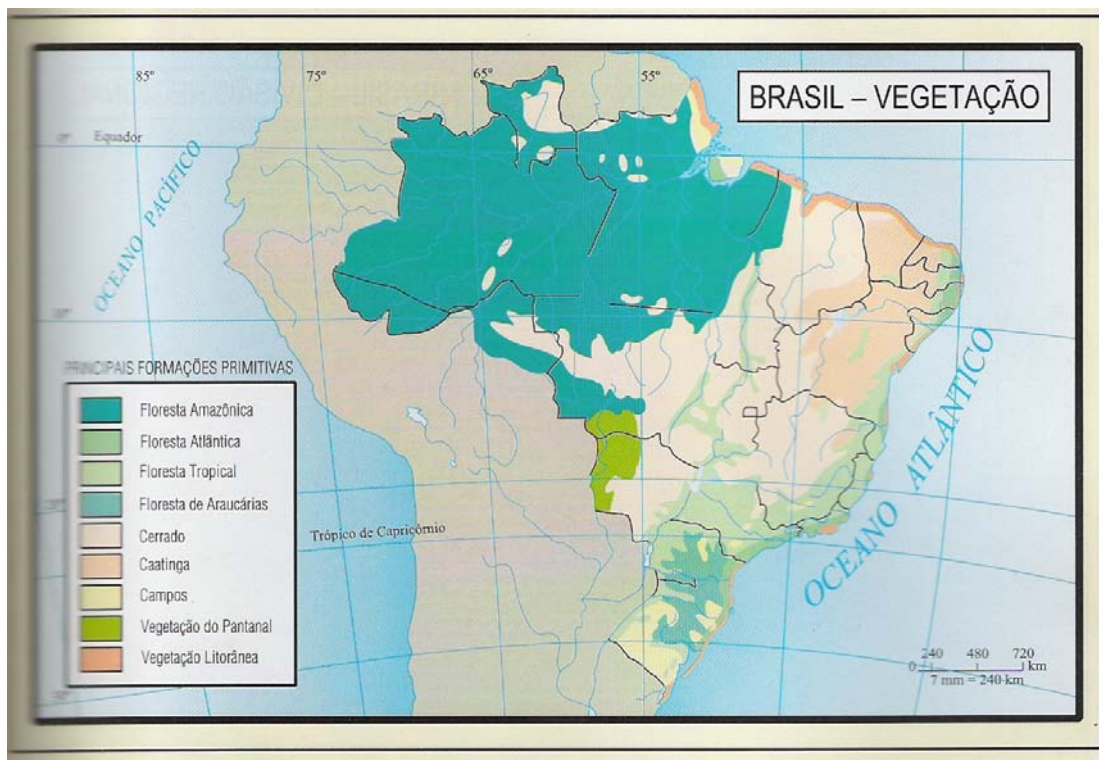
ANEXOS

ANEXO A - Mapa 01.



Fonte: 100% Aprovado (2004).

ANEXO B – Mapa 02.



Fonte: 100% Aprovado (2004).

APÊNDICES

APÊNDICE A – Extração da seringueira.



Foto: Valdinéia de Oliveira Santana – (Maio/2005).

APÊNDICE B – Colocação de seringueiro em Machadinho D'Oeste.



Foto: Valdinéia de Oliveira Santana – (Maio/2005).

APÊNDICE C – Colocação de seringueiro em Machadinho D`Oeste.



Foto: Valdinéia de Oliveira Santana – (Maio/2005).

APÊNDICE D – Local onde é feito o processo de defumação.



Foto: Valdinéia de Oliveira Santana – (Maio/2005).

APÊNDICE E– Um defumador.



Foto: Valdinéia de Oliveira Santana – (Maio/2005).